



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

MARTA REGINA AIRES DA SILVA

**DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO E O “RETORNO GARANTIDO” DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA EM LAJEADO - TO**

**MIRACEMA DO TOCANTINS - TO
2019**

MARTA REGINA AIRES DA SILVA

DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO E O “RETORNO GARANTIDO” DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA EM LAJEADO – TO

Monografia apresentada a UFT –
Universidade Federal do Tocantins –
Campus Universitário de Miracema para
obtenção do Título em Bacharel em Serviço
Social, sob orientação da Professora
Doutora Maria Helena Cariaga Silva.

MIRACEMA DO TOCANTINS - TO

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- D229d Da Silva, Marta Regina Aires.
Desligamento Voluntário e o "Retorno Garantido" do Programa Bolsa Família em Lajeado - TO. / Marta Regina Aires Da Silva. – Miracema, TO, 2019.
144 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2019.
Orientador: Maria Helena Cariaga Silva
1. A pobreza. 2. Programa Bolsa Família. 3. Desligamento Voluntário e o Retorno Garantido. 4. Programa de Transferência de Renda. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

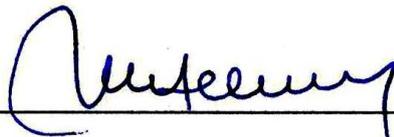
MARTA REGINA AIRES DA SILVA

DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO E O "RETORNO GARANTIDO" DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM LAJEADO – TO

Monografia apresentada a UFT –
Universidade Federal do Tocantins –
Campus Universitário de Miracema para
obtenção do Título em Bacharel em Serviço
Social, sob orientação da Professora
Doutora Maria Helena Cariaga Silva.

Data de Aprovação: 27/03/2019

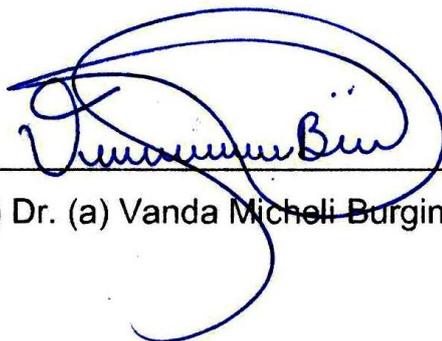
Banca examinadora:



Prof. (a) Dr. (a) Maria Helena Cariaga – Orientadora, UFT.



Prof. (a) Msc. Amanda Elisa Vaz – Examinadora, UFT.



Prof. (a) Dr. (a) Vanda Micheli Burginski – Examinadora, UFT.

Dedico a Deus meu grande protetor, sem ele não saberia suportar todos os obstáculos de minha vida.

Dedico este trabalho a duas pessoas muito especiais que no momento não encontra-se presente ao meu lado. Aos meus pais (in memoria) Joana Florêncio da Silva e Deasil Aires da Silva!! Pai, Mãe te amarei sempre. Dedico a meus dois filhos, meus grandes amores Mayana Mayla Aires e Marcos Paulo Aires, essa grande vitória e de vocês, que eu possa servir de exemplo na vida de vocês, lembre-se sempre que estudar e fundamental em nossas vidas, sem o estudo não somos ninguém.

“Educação não transforma o mundo.

Educação transforma pessoas.

Pessoas transformam o mundo.”

(Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

“Tantas vezes pensamos ter chegado. Tantas vezes é preciso ir além.”

Fernando Pessoa

Quero agradecer primeiramente ao meu bom Deus pela vida, porque sem ele não estaria nesse exato momento descrevendo a imensa alegria da conquista e vitória.

Nesses anos de luta e batalha durante o meu percurso de aprendizagem foram muitas barreiras enfrentadas, mas Deus sempre esteve comigo me direcionando para o caminho da fé. Relembrando uma grande trajetória em minha vida, quero aqui expor algo que aconteceu comigo no dia 25 de fevereiro de 2017 aconteceu uma tragédia, ganhei um choque na minha residência enquanto estendia roupas no varal, morri e vivi novamente, foi quando um anjo mandado por Deus veio e me salvou o nome do meu anjo Flavio Martins quero aqui também agradecer onde devo minha vida a ele. Durante esse acontecimento desmaiei e no pensamento eu dizia para Deus não deixa eu morrer agora ainda nem terminei meu curso na UFT, a primeira coisa que veio na minha cabeça foi meus filhos e minha faculdade. Depois desse acontecimento entendi que Deus tem um proposito em minha vida, eu tinha que continuar de qualquer forma para dar suporte aos meus filhos e mostrar para eles que com fé, força e foco tudo na vida se constrói. Obrigado meu Deus pela vida novamente!

Pensei bem, e acho que tenho que agradecer eu mesma, sim, porque sou uma pessoa forte, guerreira, consegui mais um sonho. Durante esse percurso passei muitas noites em claro no processo de aprendizagem. Por ser corajosa ao enfrentar rodovias, pontos de ônibus, pegando transporte com destino a Miracema e Palmas. Que mesmo diante dos obstáculos me fez perceber que os vencedores jamais desistem no meio do caminho. Por isso estou aqui na reta final e dizer Mãe, Pai eu conseguir... Obrigado Deus!

Quero agradecer aos meus pais (in memoria) Joana Florêncio da Silva e Deasil Aires da Silva, eles foram meu alicerce, me ensinaram a amar as pessoas de uma forma especial sem exclusão social e hoje sou quem eu sou, e agradecer pelo sobrenome que me deram vou honra sempre. Pois sei que não estão mais aqui, mais continuam me olhando lá do céu e nos meus sonhos, onde sei que minha força vem de

Deus e dos meus pais que sempre me ensinou que estudar era preciso para conseguir algo na vida com dignidade e respeito ao próximo. Pai, Mae vou te amar para sempre!

Minha família, minha base meu tudo, agradecer meu esposo Paulo Rodrigues pela compreensão de estar longe sem horário de estar em casa, sem o acompanhamento em seu cotidiano, por entender o processo de construção do meu futuro. Aos meus dois tesouros de minha vida, meus filhos Mayana Mayla Aires e Marcos Paulo Aires por entender a minha ausência quando vocês mais precisaram, pelo amor que sentimos uns aos outros! Amo vocês.

Agradecer meus irmãos que mesmo longe sempre torceram com a minha vitória, meus sobrinhos amados para eles eu sou a fonte de expiração e toda minha família que torceram por mim. Família sendo a base de tudo!!

Quero expor minha gratidão aos meus mestres da Universidade Federal do Tocantins – UFT de Miracema – TO e a todo o Corpo Docente do curso de Serviço Social, que foram essenciais para a minha formação profissional e pessoal. Em nome de todos os Professores quero cita a Professora Leila Eliane Aizza, profissional que admiro, pela sua garra, pela sua estratégia em ministrar as disciplinas, no qual tive o privilégio de participar das disciplinas de Oficina de Instrumental Técnico-Operativo II, uma disciplina de suma importância dentro do contexto. Vale destacar que essa disciplina peguei várias vezes, sai dela mestre em Oficina de Instrumental...rsrs. Já Política de Assistência Social, veio para contribuir no meu aprendizado, uma disciplina fundamental no Curso de Serviço Social, quem fez essa disciplina só tem a ganhar com a sua formação. E a última disciplina veio para fechar o meu círculo de aprendizagem, Pobreza e Transferência de Renda, sendo uma disciplina optativa mais de uma bagagem enorme. Nessa disciplina onde tudo se iniciou o meu estudo sobre a Pobreza. Essa disciplina contribuiu muito para o meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Agradeço a minha turma da faculdade, amigos que criei um laço de amor e carinho. A nossa turma não era aquela turma 100%, mas era uma turma legal, era uma turma que tudo que começava dentro da UFT se iniciava em nossa turma, parecíamos os cobaias da faculdade. Em toda turma sempre tem aqueles que criam mais vínculos uns com os outros, claro que as panelinhas foram se criando de uma forma natural. Eu sempre dei bem com todos, colocava a paz dentro da sala, mais em vez em quando tinha um disse me disse e pegava fogo...rsrsrs. Então diante dos vínculos criados, o meu colega de turma Rodrigo Mamédio foi um parceiro excelente, o vínculo foi tão grande que eu se tornei a mãe dele, então todos dentro da faculdade já conhecia nossa

história, mãe e filho e esse filho contribuiu muito com a minha formação, meu muito obrigado. E esse vínculo foi só aumentando, surgindo então a Letícia Brito, uma menina na dela, retraída e quase não conversava com ninguém, eu como a conversadeira da turma resolvi se aproximar dela, foi quando viramos amigas e criamos um laço de amizade, e esse laço foi só aumentado a cada momento, essa amizade irei levar por resto da minha vida. E para finalizar apareceu a Sabrina Fontenelle, totalmente diferente de mim, uma pessoa apaixonada, sonhava acordada, tínhamos vários papos, adorava conversar com ela. Hoje ainda continuamos conversando, mas através do WhatsApp e a amizade continua. Na minha turma ainda tem muitas pessoas queridas, a Ana Clara, Viviane Alves, Celiane, Adilvana, Diana, e Jhennifer onde vou citar logo mais, e outros demais.

Agradeço, as minhas supervisoras, às professoras de estágio Rosemeire Santos e Amanda Elisa Vaz, onde pude realmente diferenciar o olhar do Assistente Social, na observação, a escuta, a fala, o agir profissional. Agradeço também meu Supervisor de Campo, Raimundo dos Santos Moura admiro o seu profissionalismo e dedicação ao seu trabalho, pontuando sempre o sigilo profissional. Agradeço a minha parceira de estágio Jhennifer Barros, passamos muitos momentos juntas em meios de contratempos e anseio para finalizar o nosso estágio. Valeu apena garota.

Agradeço a turma de viagem, foram tantos momentos inesquecíveis que jamais poderia esquecer de mencionar nos meus agradecimentos!! Primeira viagem sendo em Cachoeira, Salvador - Bahia, foi fantástico, quando se ingressamos na faculdade. Em Rio de Janeiro, nossa sem descrição, queria viver tudo de novo, onde tudo começou a amizade com duas pessoas maravilhosas, Aline Parente e Beatriz ou Bia, essa turma parou o Rio! Continuando, Recife, Olinda Pernambuco Brasil, nada é igual, a praia do Carneiro nem se fala desse paraíso, tudo belo. E por último cidade de Goiás velho, que cidade histórica mais linda, cheia de vida, fiquei apaixonada. E diante desse contexto veio muito aprendizado, vários autores do Serviço Social, fazendo debates, palestras e conhecimento. Com uma bagagem rica de sabedoria, autores como José Paulo Netto e Marilda Villela Iamamoto. Eu pude contemplar os debates desses dois ícones do Serviço Social. Tive esse grande privilégio.

Agradeço a todos/as os/as demais colegas de outras turmas, pela experiência e convivência dentro de uma universidade, com diferentes formas de pensar e agir. Em nome dos demais colegas quero aqui agradecer uma pessoa muito especial, Sandra Gomes que esteve ao meu lado sempre, numa trajetória de pontos de

van, coletivos e ônibus. Passamos por várias dificuldades juntas e não desistindo, uma sempre dando a mão para outra, com a esperança de um futuro melhor.

Agradeço a minha orientadora Maria Helena Cariaga, pela confiança em depositar na minha pessoa. Não foram momentos fáceis, mais conseguir atravessar mais uma barreira em minha vida. Quero também agradecer a banca, Amanda Elisa Vaz e Vanda Micheli Burginski por fazer parte do meu aprendizado e aceitar o convite para minha defesa.

Agradeço, a toda equipe técnica de trabalhadores da área administrativa e dos serviços gerais, da UFT, por contribuírem com a limpeza do prédio e o acolhimento com os alunos criando um vínculo de amizade e confiança. O ser humano sempre precisando uns aos outros.

Agradeço a todos os participantes da pesquisa, em nome do gestor e os beneficiários do Programa Bolsa Família em Lajeado – TO. Esse trabalho é de suma importância para minha formação profissional, e saiba que vocês foram a peça fundamental para minha pesquisa, sem vocês não teria alcançados os resultados de minha análise dos dados.

Agradeço a todos que contribuíram com a minha formação profissional, os citados e os não citados, há todos vocês meu muito obrigado!!

RESUMO

A Presente Monografia vem discorrer sobre o “desligamento voluntário e o retorno garantido” do Programa Bolsa Família em Lajeado do Tocantins. Com o objetivo buscar-se-á compreender o processo do desligamento voluntário e o retorno garantido, a partir da identificação e participação com os beneficiários (as) e o gestor do Programa Bolsa Família. Os objetivos específicos da temática, visa analisar o Programa Bolsa Família (PBF) no município de Lajeado –TO, investigar como as famílias ficavam sabendo das informações sobre o desligamento voluntário e o retorno garantido e identificar quais as dificuldades encontradas pela família no momento do bloqueio do benefício. A coleta de dados foi desenvolvida a partir da metodologia qualitativa. A técnica da coleta dos dados, empregou a elaboração de dois roteiros de entrevistas, com o gestor do Programa Bolsa Família, o ex-beneficiário e 03 (três) beneficiarias do Programa Bolsa Família. Os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo contribuíram para aprofundar alguns conceitos debatidos neste trabalho. A conclusão da pesquisa, a compreensão do processo do desligamento voluntário e o retorno garantido do Programa Bolsa Família no município de Lajeado, depois dos relatos, das entrevistas, da pesquisa com o gestor e os beneficiários (as) do Programa, realmente pude compreender como se dá esse processo. O Programa Bolsa Família, para o beneficiário permanecer nele, tem que seguir algumas normas e diretrizes estipuladas pelo programa.

Palavras-Chave: A pobreza, Programa Bolsa Família, desligamento voluntário e o retorno garantido.

ABSTRACT

The Present Monograph has been discussing the "voluntary and guaranteed termination" of the Bolsa Família Program in Lajeado do Tocantins. With the objective of seeking the voluntary and guaranteed termination process, based on identification and participation with the members (as) and manager of the Bolsa Família Program. The specific objectives of the strategy, visa analysis of the Bolsa Família Program (PBF) in the municipality of Lajeado - to investigate how survival rates of information on voluntary termination and guaranteed return are and to identify the same options of difficulties for the family at the time of blocking the benefit. The data collection was provided from the qualitative methodology. Data collection is carried out with two interview scripts, with the Bolsa Família Program Manager, the former beneficiary and 03 (three) beneficiaries of the Bolsa Família Program. The results we reanalyzed through field research to deepen some concepts discussed in this work. The research paper, a series of voluntary disconnection studies and the guaranteed return of the Bolsa Família Program in the Municipality, after the meeting, the interviews, the research with the manager and the research (as) of the Program, I really could understand how. The Bolsa Família Program, for the beneficiary, remains, has some rules and guidelines stipulated by the program.

Key Words: Poverty, Bolsa Família Program, voluntary and guaranteed termination.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 – Identidade Visual do Programa Bolsa Família.	48
Figura 2 – Identidade Visual dos efeitos dos descumprimentos do Programa Bolsa Família.....	57
Figura 3 - Identidade Visual da Conferência de Assistência Social. "Garantia de direitos"	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação do gestor do Programa Bolsa Família entrevistado.....	100
Quadro 2 - Identificação dos beneficiários do (PBF) entrevistado.....	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
BSP	Benefício para Superação da Extrema Pobreza
BVN	Benefício Variável à Nutriz CADÚNICO Cadastro Único
CADÚNICO	Cadastro Único
CF	Constituição Federal
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
NIS	Número de Informações Sociais – Identificação Social
NOB	Norma Operacional Básica de Assistência Social
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGRM	Programa de Garantia de Renda Mínima
PIS	Programa de Integração Social
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTR	Programa de Transferência de Renda
RF	Responsável Familiar
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SENARC	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

SIBEC	Sistema de Benefícios ao Cidadão
SICON	Sistema de Condicionalidades
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFT	Universidade Federal do Tocantins

Sumário

1 INTRODUÇÃO	16
2 A POBREZA: OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	19
2.1 A pobreza e suas mazelas sociais	19
2.2 Programas de Transferência de Renda no Brasil	31
2.3 O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal	42
2.4 O Programa Bolsa Família	48
2.4.1 Procedimentos para o “Desligamento Voluntário e o Retorno Garantido”	59
3 A POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL E FAMILIA	64
3.1 O Serviço Social no Brasil e as intervenções com as famílias	64
3.1.1 A importância da Família	72
3.2 A Política de Assistência Social no Brasil	78
4 CONHECENDO O CAMPO DE PESQUISA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE LAJEADO/TO: O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA DE CAMPO	90
4.1 Centro de Referência da Assistência Social e os Serviços de Proteção Básica	90
4.2 Apresentação e análise dos resultados e discussões	98
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICES	137

1 INTRODUÇÃO

A presente Monografia que deu base a este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentou como objetivo geral compreender o processo do desligamento voluntário e o “retorno garantido” do Programa Bolsa Família em Lajeado – TO. Os objetivos específicos da temática abordada visa analisar o Programa Bolsa Família (PBF) no município de Lajeado –TO, investigar como as famílias ficavam sabendo das informações sobre o desligamento voluntário e o retorno garantido e identificar quais as dificuldades encontradas pela família no momento do bloqueio do benefício. O estudo foi aplicado aos sujeitos, o gestor do Programa Bolsa Família, o ex-beneficiário e as beneficiárias do PBF.

Contemplamos que esta pesquisa apresenta em sua análise, as coleta de dados referentes à importância desse benefício na vida dos beneficiários (as) que foram entrevistadas

O foco principal desta temática, que o desligamento voluntário do Programa Bolsa Família, com algumas normas e diretrizes estabelecidas dentro do PBF, sendo o preenchimento de um formulário, com a atualização do cadastramento único, colhendo algumas informações específicas desses beneficiários para solicitarem o desligamento do Programa.

O presente estudo, quanto a sua pesquisa se insere no marco da metodologia qualitativa, com a técnica da entrevista semiestruturada. Sua finalidade mostra os registros das estratégias metodológicas, tendo em vista as estratégias mantidas pelo gestor do programa com as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em condição de suspensão do benefício. Realizamos 05 (cinco) entrevistas sendo coleta de dados com o gestor do Programa Bolsa Família, com o ex-beneficiário do Programa e 03 (três) beneficiárias do Programa Bolsa Família. Esses roteiros tiveram como divisão por blocos, para o Gestor do Programa Bolsa Família, foram lançadas no bloco I, 12 questões da Identificação Social, em seguida no bloco II, foram lançadas 20 questões. As perguntas feitas a respeito do Programa Bolsa Família e o “Desligamento Voluntário e o Retorno Garantido”. Para os beneficiários (as) do Programa Bolsa Família, foram lançados no bloco I, 16 questões da Identificação Social, em seguida no bloco II, foram lançadas 25 questões, perguntas mencionadas a respeito do Programa Bolsa Família e o “Desligamento

Voluntário e o Retorno Garantido”. As falas dos entrevistados (as) foram citadas neste trabalho conforme a escuta realizada pela pesquisadora, ou seja sem alterações na ortografia.

O Programa Bolsa Família, tem por objetivos, combater a fome, a pobreza; promover a segurança alimentar e o acesso à rede de serviços públicos de saúde, educação e assistência social.

A autora Yazbek (2008) sobre a Política de Assistência Social, diz que,

Nessa perspectiva, a política de Assistência Social, enquanto política de Estado constitui-se “como estratégia fundamental no combate à pobreza, à discriminação, às vulnerabilidades e à subalternidade econômica, cultural e política em que vive grande parte da população brasileira” (YAZBEK, 2008a, p. 20-21).

Essa pesquisa foi realizada a partir da minha inquietação em querer saber quais os motivos que os beneficiários do Programa Bolsa Família, não se desligava do programa quando arrumava algum emprego ou alguma condições de vida melhor, deixando o seu benefício bloquear.

A pesquisa visa compreender melhor como é feito esse desligamento voluntário e o “retorno garantido” desses beneficiários, com algumas normas e diretrizes estabelecidas dentro do PBF, despertou-me o interesse do estudo com uma contribuição de debates sobre o tema. Para se alcançar o objetivo geral desse trabalho, o TCC foram constituído por três Capítulos.

No segundo capítulo - A Pobreza: os Programas de Transferência de Renda. Esta primeira seção tem como finalidade abordar as principais discussões teóricas acerca das categorias pobreza e suas mazelas sociais, partindo do surgimento da questão social até chegarmos a criação das políticas sociais de combate à pobreza. Os subcapítulos Programas de Transferência de Renda no Brasil, Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, O Programa Bolsa Família e Procedimentos para o Desligamento Voluntário e o Retorno Garantido.

No terceiro capítulo - A Política de Assistência Social e família, esta segunda seção tem como finalidade abordar as principais discussões teóricas da Política de Assistência Social, sua ampliação enquanto direito social e trazendo um foco central a importância das famílias dentro das políticas públicas.

Os subcapítulos, O Serviço Social no Brasil e as intervenções com as famílias, A importância da família e A Política de Assistência Social no Brasil.

No quarto capítulo - Conhecendo o campo de pesquisa no centro de referência da Assistência Social no município de Lajeado/TO: o Percorso Metodológico da Pesquisa de campo. Esta quarta seção tem como finalidade abordar as principais discussões teóricas do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Sendo uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade. Este item dedica-se a entender os serviços de proteção social básica, organizando e articulando a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. Neste capítulo abordará o processo metodológico para a realização da pesquisa, buscando delinear o caminho percorrido de cada processo para sua efetivação. Os subcapítulos, Centro de Referência da Assistência Social e os Serviços de Proteção Básica e Apresentação e Análise dos Resultados.

No final do trabalho monográfico, contendo a conclusão da pesquisa, a compreensão do processo do desligamento voluntário e o retorno garantido do Programa Bolsa Família no município de Lajeado, depois dos relatos, das entrevistas, da pesquisa com o gestor e os beneficiários (as) do Programa, realmente pude compreender como se dá esse processo. O Programa Bolsa Família, para o beneficiário permanecer nele, seguindo algumas normas e diretrizes estipuladas pelo programa. Contendo as referências bibliográficas, há inclusão de apêndices das entrevistas efetuadas com o gestor, com ex-beneficiário e as beneficiárias do Programa Bolsa Família em Lajeado – TO

2 A POBREZA: OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

“A pobreza não é um acidente. Assim como a escravidão e o Apartheid, a pobreza foi criada pelo homem e pode ser removida pelas ações dos seres humanos”

Nelson Mandela

Esta primeira seção tem como finalidade abordar as principais discussões teóricas acerca das categorias pobreza e suas mazelas sociais, partindo do surgimento da questão social até chegarmos a criação das políticas sociais de combate à pobreza.

Para essa elaboração foram utilizadas como referencial teórico as obras dos autores: Mantoux (1988), Cerqueira apud Paulo Netto (2005), Stotz (2005), Sposati (1997), Santos (2012), Iamamoto (2007), Polanyi (2000), Montañó (2012), Malthus (1996), Martinelli (1991), Soares (2002), Rocha (2010), entre outras. Esses autores buscam relacionar a pobreza que se inicia na Revolução Industrial com as transformações do indivíduo no processo produtivo, com as expressões da questão social. As ações de combate à pobreza no Brasil se intensificam a partir da década de 1990 por meio de programas de transferência de renda com condicionantes.

2.1 A pobreza e suas mazelas sociais

O processo de formação da classe trabalhadora está diretamente vinculado ao surgimento da pobreza enquanto questão social¹. Entende-se por questão social a produção e distribuição de riquezas, tendo o trabalho como base estrutural da sociedade capitalista. A expressão da questão social se dá a partir do fenômeno do “pauperismo” que assolou a sociedade. (PAULO NETTO, 2001, p. 29). A pauperização da população trabalhadora é o resultado do capitalismo industrial e

¹ A questão social resulta da divisão da sociedade em classes e da disputa pela riqueza socialmente gerada, cuja apropriação é extremamente desigual no capitalismo. Supõe, desse modo, a consciência da desigualdade e a resistência a opressão por parte dos que vivem de seu trabalho. Nos anos recentes, com as novas configurações da acumulação/legitimação do capital mundializado, a questão social assume novas configurações e expressões e “as necessidades sociais das maiorias, as lutas dos trabalhadores organizados pelo reconhecimento de seus direitos e suas refrações nas políticas públicas, arenas privilegiadas do exercício da profissão sofrem a influência do neoliberalismo, em favor da economia política do capital” (Iamamoto, 2007, p. 107).

crecia da mesma maneira que aumentava a produção (PAULO NETTO, 2001, p. 42). Desta forma a questão social surge como produto e expressão da contradição entre capital e trabalho.

As autoras, faz um breve relato sobre a pobreza,

Abordando a pobreza em uma perspectiva estrutural e totalizante, é necessário compreendê-la como uma das manifestações da questão social, e, dessa forma, como expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando-se no âmbito de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria. (SILVA, 2016, p. 40. YAZBEK, 2016, p. 40).

A questão Social está relacionada as determinações sociais ocorrendo os problemas sociais, políticos, econômicos e culturais que afetam a vida dos indivíduos em sociedade.

Por questão social, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que a classe operaria impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a questão social está fundamentalmente vinculado ao conflito entre o capital e o trabalho (CERQUEIRA apud PAULO NETTO, 2005, p. 17)

O grande marco histórico da pobreza teve no início durante a Revolução Industrial e transformou o mundo após seu desenvolvimento na Inglaterra, a partir do século XVIII. Segundo historiador Mantoux (1988), essas transformações no processo produtivo caracterizada justamente pela mecanização, essa mecanização seria das produções ou seja a introdução das maquinas no processo produtivo. A mecanização² da produção criou o proletariado rural e urbano, composto de homens, mulheres e crianças, submetido a um trabalho diário exaustivo, no campo ou nas fábricas. As fabricas impunham uma disciplina de trabalho mais rígido do que nas oficinas manufactureiras, sendo assim o operário foi obrigado a ser assíduo as novas regras de trabalho e se ajustar dentro das necessidades da produção fabril, com os pontos diários de entrada e saída, e se faltasse ao trabalho teria o descontos nos salários no final do mês. As extensas jornadas de trabalho se estendiam por 12 a 16 horas diárias, sem feriados ou férias, não se respeitando nem mesmo os domingos, os acidentes ocorriam com frequência, devido aos curtos períodos de descanso. A Inglaterra tinha acumulação de capitais, comercio marítimo com as explorações de suas colônias e

² A mecanização se estendeu do setor têxtil para a metalurgia, transportes, agricultura, pecuária e todos os outros setores da economia, inclusive o cultural. Mantoux (1988).

possuía a mão de obra, que se tornou uma mão de obra abundante e barata, a origem dessa, podemos dizer que se deu a partir e principalmente da política de cercamentos implementada. O processo conhecido como enclosures, ou cercamentos.

A Revolução Industrial no Século XVIII – um clássico sobre o tema, publicado 1906. Vejamos o que o autor afirma;

Foi na Inglaterra, na última terça parte do século XVIII, que nasceu a grande indústria moderna. Desde o princípio, sua arrancada foi tão repentina, e teve tais consequências, que pode ser comparada a uma revolução. [...] Mas, por mais rápida que pareça ter sido a Revolução Industrial ligava-se a causas longínquas. (MANTOUX, 1988, p.1).

De acordo com o historiador Mantoux (1988), quando as Leis de Cercamentos (Enclosure Acts) foram editadas por sucessivos monarcas ingleses, mas que ganharam maior fôlego a partir de meados do século XVIII. Essa alteração consistiu em uma crescente ação de privatização de terras que eram de uso comum dos camponeses, através do cercamento desses locais realizado por poderosos senhores. Os cercamentos³ eram terras que foram cercadas para a criação de ovelhas, cuja lã era usada na fabricação de tecido, principal produto inglês na época. Antes disso, muitos camponeses estavam submetidos a uma relação de servidão. Seu senhor lhes dava proteção militar e, em troca eles eram obrigados a trabalhar em suas terras. Por mais explorados que fossem, os servos tinham onde morar, plantar e criar alguns animais. O senhor que cercava suas terras rompia esse laço e libertava os servos de qualquer obrigação. Sendo expulsos das terras, os servos perdiam suas condições de sobrevivência e não tinham para onde ir. Assim, os cercamentos provocaram intensa migração do campo para a cidade.

Em sua perspectiva, os cercamentos e as novas técnicas agrícolas promoveram o aumento da oferta de mercadorias que podiam ser vendidas a um melhor preço, beneficiando a nação. Os cercamentos produziram a transformação de indivíduos produtores de valores de uso a partir da utilização de mão de obra familiar em assalariados. Como consequência dessas mudanças no campo, as cidades

³ O Cercamento é um espécie de virtual expulsão dos camponeses que causa um Êxodo Rural, neste caso na Inglaterra ocorreu devido a substituiu a antiga produção agrícola pela criação de ovelhas, que exigem mesmo mão de obra, para o fornecimento de matéria-prima textual (a lã) para a indústria. Os trabalhadores expulsos do campo, iam para as cidades em busca de outros meios de sobrevivência e acabara tornando-se mendigos ou vadios ou formando o primeiro grupo de operários, Oriundos do campo. Mantoux (1988).

criaram, devido à grande massa de camponeses atraídos para o trabalho nas fábricas, formando o proletariado⁴ industrial. Os novos trabalhadores das indústrias ainda mantinham os hábitos adquiridos no trabalho agrícola e em outros trabalhos domésticos. Por isso as indústrias tiveram que impor uma disciplina desconhecida por aqueles trabalhadores rurais e domésticos. Essa mudança na forma de trabalho, eram comuns dentro de uma fábrica, o trabalhador mudou também em sua vida cotidiana, porque antes viviam na zona rural e depois passou a viver na zona urbana, sofrendo vários tipos de transformações.

A questão social, compreendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais produzidas pela sociedade capitalista, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (Iamamoto.2007).

A questão social começa a emergir a partir do processo de cercamentos desencadeado pela indústria da Revolução Industrial. Surgem as expressões das desigualdades da sociedade com a expulsão dos trabalhadores para as cidades industriais emergentes, portanto, apresentavam todas as formas de precariedades, sejam nas condições de trabalho, na habitação inadequada, doenças, fome e, ainda na transformação.

Segundo o historiador Mantoux (1988) nas cidades, os trabalhadores tinham como principal opção se submeterem aos baixos salários oferecidos nas fábricas. Estava constituída, assim uma massa de trabalhadores capaz de se sujeitar aos baixos salários pagos pelos donos das indústrias. Passando a configurar demandas sociais numa nova sociedade que se consolidou no final do século XVIII.

De acordo com Santos (2012), a questão social decorre das contradições e desigualdades sociais produzidas no capitalismo, caracterizadas por relações conflituosas e antagônicas entre capitalistas e trabalhadores. A partir da organização coletiva e luta dos trabalhadores reivindicando direitos de cidadania, assumindo também uma dimensão política (Iamamoto, 2007). Essa situação gera os protestos dos trabalhadores, violentamente reprimidos. A pobreza e a má distribuição de renda são crescentes, nos anos da Revolução Industrial. A questão social resulta da relação

⁴ Proletariado é a classe social mais baixa que se formou dentro das sociedades industrializadas, aquela que menos resistência poderia oferecer à pressão exercida pelas demais camadas sociais. Mantoux (1988).

entre capital e trabalho, tornando-se cada vez mais grave, pelas condições de vida dos trabalhadores, sem garantias trabalhistas, sem moradias, saúde precária e quase nenhuma escolarização. Segundo o historiador Mantoux (1988). No entanto, a atual configuração da questão social refere-se à ampliação da exploração da precarização das relações de trabalho na sociedade capitalista começando pela degradação do trabalho, a perda e o desaparecimento de muitas categorias e postos de trabalho, e isso ocorre com o aprofundamento e as transformações do capitalismo e suas refrações incidindo na vida diretamente na vida dos trabalhadores, e também as modificações operadas no âmbito do Estado que passa a se retirar do campo social com cortes, privatizações e etc.

Para o historiador Mantoux (1988), a Revolução Industrial foi uma mudança, que transformou a forma de produção da mercadoria, tendo várias alterações na cadeia produtiva, nos modos de produção e de trocas.

Na Inglaterra, no início do século XVII, desenvolveu a Lei dos Pobres, de 1601, a Lei de Domicílio de 1662, e a Speenhamland de 1795, tinham como objetivo social manter a ordem do funcionamento das castas, e impedir a livre circulação da força de trabalho, retardou a constituição do livre mercado de trabalho. (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p. 49).

O surgimento e o desenvolvimento de várias leis principalmente aquelas que antecederam a Revolução Industrial, para ordenar e estruturar o exercício do trabalho, para todas as pessoas eram consideradas em condições de trabalharem.

A Coroa inglesa junto com o parlamento inglês discutiu um projeto de lei que assistia essas pessoas, esse preceito legal foi conhecido como Lei dos Pobres⁵ em 1601. Já era a pobreza presente no contexto industrial. A Lei dos Pobres é considerada como uma das primeiras formas de organização da sociedade para atender a uma questão social emergente: a pobreza.

Segundo o autor Polanyi (2000), Poor Law (Lei dos Pobres) destinada aos desempregados, velhos, crianças e incapazes de se empregar ou seja, daqueles que não podiam obter sua subsistência pelo seu trabalho a partir do acesso à terra. Sendo

⁵ O SURGIMENTO DA LEI DOS POBRES, a Lei dos Pobres foi criada em 1601, no final do reinado da Rainha Elisabeth para aperfeiçoar outra norma assistencialista de 1597. Seu objetivo era conter a crescente população que surgia nos centros urbanos ingleses devido a migração de trabalhadores das áreas rurais a procura de emprego. Como nem sempre essas pessoas eram encaixadas no mercado de trabalho houve um aumento no número de miseráveis que perambulavam pelas ruas da Inglaterra, causando diversos problemas sociais. Polanyi (2000).

um sistema de ajuda social aos pobres. A lei dos Pobres foi criada em 1601, no final do reinado da Rainha Elizabeth. Essa lei dos pobres, determinava que os pobres considerados capacitados deveriam trabalhar de qualquer forma e cabia à paróquia providenciá-lo, fazendo com que toda a assistência ficasse sob sua responsabilidade, mediante arrecadação de impostos e taxações que recaíam sobre os ricos.

Os autores mencionam sobre as Leis dos Pobres, afirma que,

As Leis dos Pobres (Poor Law) formavam um conjunto de regulações pré-capitalistas que se aplicavam às pessoas situadas à margem do trabalho, como idosos, inválidos, órfãos, crianças carentes, desocupados voluntários e involuntários, etc. Contudo a despeito de, na aparência, esse conjunto de regulações se identificar com a pobreza, era no trabalho que ele se referenciava. Tanto é assim que, entre 1536 a 1601, as Leis dos Pobres, de par com o Estatuto dos Artífices (Statute of Artificies), compuseram o Código do Trabalho na Inglaterra. (POLANYI apud PEREIRA, 2002, p. 103)

O trabalho era uma obrigação, independentemente da idade ou das condições físicas do ser humano. Com o aumento dessa população, a igreja dizia para os governantes do Estado que era dever deles suprir as necessidades dos menos favorecidos. Por um controle dessa população foi criada a Lei dos Pobres em 1601. Sendo assim foram criados fundo monetário a todos que não tinham trabalho ou condição de sustentar seus filhos, mas tinham força o suficiente para trabalhar, assim, essas pessoas deveriam trabalhar para o estado e para a igreja.

O Act of Settlement (Decreto de Domicílio) de 1662, o autor diz que,

[...] que estabeleceu as regras da assim chamada servidão paroquial, só foi abrandado em 1795. Esse passo tornaria possível o estabelecimento de um mercado nacional de trabalho se não tivesse surgido, no mesmo ano, a Speenhamland Law ou "sistema de abonos". A intenção dessa lei tinha um sentido oposto, isto é, o de reforçar poderosamente o sistema paternalista da organização de trabalho, nos moldes herdados dos Tudors e dos Stuarts. (POLANYI, 2000, p.100).

De acordo com o autor Polanyi (2000), o sistema de abonos eram tabelados⁶ e variavam de acordo com o valor do pão, o objetivo era garantir aos pobres uma renda mínima. O trabalhador recebia muito pouco e com o abono sua

⁶ A famosa recomendação dos magistrados dizia: Quando o preço do quilo de pão de uma determinada qualidade "custar 1 shilling, qualquer pessoa pobre e diligente terá 3 shillings por semana para seu sustento, quer ganhos por ela própria ou pelo trabalho de sua família, quer como um abono proveniente do imposto dos pobres, e 1 shilling e 6 pence para o sustento de sua mulher e qualquer outro membro da sua família. Quando o quilo de pão custar 1/6, 4 shillings por semana mais 1/10. A cada pence acima de 1 shilling no aumento do preço do pão corresponderão 3 pences para ele e 1 pence para os demais". Essas cifras variavam em alguns condados mas, na maioria dos casos, adotava-se a tabela de Speenhamland. Polanyi (2000).

renda era elevado ao nível previsto na tabela. Assim, ficaria assegurada ao pobre uma renda mínima independente dos seus proventos. A lei, por meio do abono que fornecia uma renda mínima as pessoas independente de seu trabalho, considerava-se constituinte de direitos sociais, pouco vistos ainda na época. Sendo que esse sistema de abonos veio para rebaixar a classe trabalhadora e recebiam só o mínimo do mínimo.

Um outro aspecto da anulação do método Speenhamland revelou-se menos óbvio para a maioria dos escritores do século XIX, de acordo com o autor,

[...] Através da Speenhamland pretendia-se que a Poor Law fosse administrada liberalmente, porém, ela se transformou de fato no oposto do seu intento original. Sob a lei elisabetana, os pobres era forçados a trabalhar com qualquer salário que pudessem conseguir e somente aqueles que não conseguiam trabalho tinham direito a assistência social; nunca se pretendeu e nem se concedeu qualquer assistência sob a forma de abono salarial. (POLANYI, 2000, p. 101).

Durante o processo Speenhamland Law ou sistema de abonos, o indivíduo mesmo empregado e seu salário fosse menor do que a renda familiar de todos da casa estabelecido pela tabela, o indivíduo recebia a assistência da mesma forma. O trabalhador não tinha interesse material, e nem queria satisfazer seu empregador, sendo que a sua renda era a mesma qualquer que fosse o seu salário. Polanyi (2000).

Essa renda era um valor mensal correspondente ao preço do alimento que a família fosse gastar ao longo do mês, portanto essa bonificação era extremamente mínima, não resolvia os problemas de ordem econômica na Inglaterra. Para autora, a renda como critério de pobreza, diz que,

A renda como critério de pobreza é o estabelecimento de “um valor monetário associado ao custo do atendimento das necessidades médias de uma determinada população”. A partir de valores distintos são estabelecidas as linhas de indigência e de pobreza. A primeira diz respeito, especificamente, às necessidades nutricionais e a segunda faz referência a um conjunto mais amplo das necessidades (habitação, vestuário, transporte etc. (ROCHA, 2003, p. 12).

Então a partir dessa concepção de consumo mínimo necessário, apresenta algumas dificuldades: como no caso da cesta básica alimentar o problema está em definir a composição da cesta e a escolha dos preços adequados por produto; já em relação às outras necessidades básicas não se dispõe de parâmetros de consumo essencial.

A Lei dos Pobres de 1601 sofreu diversas adaptações até a promulgação, em 1834, do Ato de Emenda, que formulou a base da assistência social aos necessitados de todo o país, sistema que foi mantido por mais de dois séculos. Entre os principais objetivos da nova lei, destacam-se a administração descentralizada do auxílio aos pobres e a tentativa de impedir que as pessoas produtivas solicitassem ajuda. Os trabalhadores nessa nova lei dos pobres para receber o auxílio era necessário trabalhar por um salário inferior ao do mercado de trabalho. A intenção era evitar que as pessoas se aproveitassem do auxílio à pobreza.

As leis dos pobres foram instituídas na Inglaterra para remediar a frequente miséria do povo, mas é para se rezear que, embora elas possam ter aliviado um pouco a intensidade da miséria individual, provocaram um dano geral numa parcela muito maior. A beneficência representaria um estímulo da miséria, a ação filantrópica estaria reforçando e estimulando os costumes e hábitos dos pobres, as causas da pobreza. (MALTHUS, 1996a, p. 268).

Sobre o indivíduo que recebe a assistência, a autora cita que,

[...] o sujeito que recebe assistência, beneficiário, acomodar-se-ia a tal situação, tendendo a reproduzir sua condição, sua pobreza. A assistência seria a verdadeira causa da ociosidade, da acomodação, do conformismo, enfim, da pobreza (cf. MARTINELLI, 1991, p. 58).

Segundo o autor Montaño (2012), em vez de tratar da pobreza com ajuda, doações e ações filantrópicas, como sendo problema de carência. O pobre passa a ser marginal aos olhos da comunidade, passa a ser visto como ameaça a população. Dentre as “causas da pobreza”, aponta, a partir das manifestações de vários organismos internacionais, como sendo,

[...] a distribuição extremamente desigual dos efeitos não apenas da crise econômica, mas das políticas de ajuste ortodoxas, recaindo sempre sobre os setores mais desfavorecidos; as estruturas extremamente assimétricas de distribuição da renda; as debilidades da política social e os ataques permanentes de setores influentes à própria legitimidade do gasto social, entre outras. (SOARES 2002, p. 46).

De acordo com o autor Montaño (2012) a pobreza tem várias concepções a serem discutidas, a pobreza é contraditoriamente o par da acumulação e a crise é contraditoriamente par da expansão. As concepções hegemônicas de pobreza e

“questão social” no capitalismo concorrencial. O autor explica como a “questão social” (responsabilizada pelo indivíduo) surgiu a separação entre o econômico e o social.

[...] a “questão social”, a miséria, a pobreza, e todas as manifestações delas, não como resultado da exploração econômica, mas como fenômenos autônomos e de responsabilidade individual ou coletiva dos setores por elas atingidos. A “questão social”, portanto, passa a ser concebida como “questões” isoladas, e ainda como fenômenos naturais ou produzidos pelo comportamento dos sujeitos que os padecem. (MONTAÑO, 2012, p. 272).

Segundo o autor Montaño, as causas da miséria e pobreza, é explicada e vinculada a três fatores: o déficit educativo, o problema de planejamento do orçamento familiar e o problema de ordem moral-comportamental e, é por meio de ações filantrópicas que se tenta resolver. Cita também a lei dos Pobres e o porquê do “aumento” da pobreza. Fim da filantropia e a inserção da repressão. O autor menciona os fatores causados pela miséria e pobreza, afirma que,

Primeiramente a pobreza no pensamento burguês estaria vinculado a um déficit educativo (falta de conhecimento das leis “naturais” do mercado e de como agir dentro dele). Em segundo lugar, a pobreza é visto como um problema de planejamento (incapacidade de planejamento orçamentário familiar). Por fim, esse flagelo é visto como problemas de ordem moral-comportamental (malgasto de recursos, tendência ao ócio, alcoolismo, vadiagem etc.). (MONTAÑO, 2012, p. 272)

Segundo Montaño (2012), a partir deste contexto, surgem as concepções da cultura da pobreza, sendo que a pobreza e as condições de vida do pobre, são responsabilidade culturais de cada indivíduo. Nesse sentido que o tratamento da questão social se divide em concepções, segmentos filantrópicos, moralizador e comportamental. Esses segmentos seriam separados por tipo de problemas de cada indivíduo, cada grupo e território. Os filantrópicos, os valores da filantropia burguesa. O moralizador sendo algumas alterações nos aspectos morais do indivíduo. E o comportamental, os comportamentos dos indivíduos, com as manifestações da questão social na pobreza, buscando soluções para esses comportamentos.

Para a autora o conceito de pobreza, considera que,

“Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada.” Essa concepção nos leva a questionar quais são as necessidades e o que é adequado, indicando assim, que se trata de um fenômeno complexo, composto por dimensões subjetivas, econômicas,

sociológicas e políticas que variam conforme as especificidades locais, em razão das heterogeneidades sociais e culturais. (ROCHA, 2003, p. 9).

Tem como resultado de análise ou procedimentos de mensuração conforme cada realidade social específica. Uns dos fatores importantes trata-se da questão de identificar os traços essenciais da pobreza em determinada sociedade. Essa análise da pobreza seria no contexto geral, como mudança econômica e tecnológicas, baixa escolaridade, falta de acesso a serviços básicos ou desemprego. Trata-se de um conceito em construção, cujos pressupostos diferem de acordo com os valores e princípios sociais

O debate em torno do conceito de pobreza tem gerado muitas discussões. A forma mais utilizada para a mensuração de pobreza, por sua simplicidade, é o estabelecimento de uma linha de pobreza, ou seja, um nível de renda abaixo da qual as pessoas são classificadas como pobres. A autora Rocha (2010) aborda dentro do contexto a pobreza absoluta e a pobreza relativa, as desigualdades e a pobreza não surgiu nos países pobres e sim nos países ricos criando várias problemáticas da pobreza. Então depois desses questionamentos que o fenômeno da pobreza em diferentes níveis de desenvolvimento social e produtivo, surgiram a pobreza absoluta e relativa.

O conceito de pobreza varia de acordo com cada sociedade, existindo uma diferença entre pobreza absoluta e a pobreza relativa. A autora Rocha (2010), define esses dois padrões de pobreza: Pobreza absoluta, é uma situação de miséria ou penúria, de carência absoluta, que é praticamente igual para todas épocas e lugares. Já a pobreza relativa, é uma situação de carência em termos relativos, trocando um comparativo com as outras pessoas, com os demais membros da sociedade.

Vale destacar alguns exemplos dessa temática, eu pego uma pessoa pobre do Brasil e pego uma pessoa pobre dos Estados Unidos, o conceito de pobreza ele vai ser muito diferente e principalmente nos termos de pobreza relativa. O pobre norte americano, ele pode ser considerado pobre para os padrões norte americano. Porém se eu pegar a renda desse pobre e comparar com a realidade brasileira, esse pobre norte americano ele pode ser um membro de uma classe média no Brasil. Assim como podemos comparar em outros Países com a comparação com a pior realidade brasileira, que a pobreza é extrema.

De acordo com o autor Faria (2000), no Brasil, a existência da pobreza não ocorre devido à falta de recursos e sim da desigual distribuição. Entendendo, que o Brasil é um país rico, porém, com maiores índices de desigualdade social e econômico no mundo. Neste sentido, a pobreza é vista como decorrente da desigualdade social.

A comparação internacional entre o grau de desigualdade de renda no Brasil e o observado em outros países comprova não só que a desigualdade brasileira é das mais elevadas em todo o mundo, mas contribui também para entender como um país com renda per capita relativamente elevada pôde manter, nos últimos 20 anos, em média, cerca de 40% da sua população abaixo da linha de pobreza (FARIA, 2000, p. 21).

Definições do conceito da pobreza absoluta e pobreza relativa, segundo a autora vale destacar que,

[...] Pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos “relativamente pobres” em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos. (ROCHA, 2010, p. 11).

Ainda em Rocha (2010), encontramos a distinção entre pobreza relativa não apresenta limites claros. O problema da pobreza sendo um dos pontos principais das preocupações da sociedade brasileira.

Neste contexto tem como a prioridade é resolver as desigualdades sociais entre as pessoas. Mas, para tornar possível a execução de políticas públicas que resolvam este problema seria necessária, primeiro, conceituar o que é pobreza. A autora Rocha (2006), diz que e um conjunto de informações que permitem compreender a pobreza e questões como a distribuição de renda, o funcionamento do mercado de trabalho e concepções de políticas sociais.

Neste aspecto a renda é fundamental para o estudo da pobreza, o procedimento de mensuração da linha⁷ de pobreza. Essa linha de pobreza, quando

⁷ Linha de pobreza é o termo utilizado para descrever o nível de renda anual com o qual uma pessoa ou uma família não possui condições de obter todos os recursos necessários para viver. A linha de pobreza podem pertencer a duas categorias: arbitrárias ou observadas. [...] que haja garantia de que seu valor possibilite o atendimento de um conjunto de necessidades básicas. As linhas observadas se baseiam na estrutura de consumo de população de baixa renda, como investigados em pesquisa de orçamentos familiares. (ROCHA, 2010, p. 44).

se refere sendo suas necessidades mais amplas, a mediação da pobreza por intermédio do recurso a linhas de pobreza que separam ricos ou não pobres, de pobres, ou pobres de indigentes, os mais pobres entre os pobres. O conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, seja renda. Uma linha de pobreza relativa pode ser definida, por exemplo, calculando a renda per capita de parte da população.

Então os motivos que levam a continuação da pobreza são a geração de empregos que não acompanha o crescimento populacional, a má distribuição da renda, a desigualdade social, a saúde e a corrupção. Sendo assim no mercado de trabalho não consegue inserir todos os trabalhadores, com o aumento da população. E enquanto a corrupção, quanto mais corrupto é o governo, mais pobre é o País. E o que leva a continuidade da pobreza no mundo é o desnível existente entre a geração de emprego e sobre tudo o crescimento populacional.

As políticas sociais buscam combater a miséria, a fome, a pobreza e a desigualdade social, transformando estratégias em práticas. Essas estratégias de redistribuição aparecem sob a forma dos programas de transferência de renda. Esses programas consistem basicamente na transferência de valores em dinheiro às famílias socialmente vulneráveis, sendo os beneficiários. Essas contrapartidas, também conhecidas como condicionalidades, são adotadas com o objetivo de elevar os índices de educação, saúde, nutrição e reduzir problemas como o trabalho infantil e a evasão escolar. Esta seria uma alternativa para articular as ações de combate à pobreza. No quadro político atual, o discurso sobre pobreza e miséria, onde a necessidade de eliminar esse mau que aflige a sociedade.

Vários autores define a pobreza e suas mazelas. Mas o que realmente é pobreza? O que define uma pessoa como sendo pobre? De acordo com Carneiro (2005), nas produções teóricas atuais sobre o tema o enfoque gira em torno da perspectiva monetária, focada na renda e no consumo dos indivíduos. Nesse sentido;

A definição da pobreza é, portanto, dada por sua mensuração: pobreza está ligada direta e substancialmente à ausência de renda, sendo pobres os que se situam abaixo de uma linha de rendimento monetário definida de forma absoluta ou relativa. Uma pessoa é pobre se a renda ou os gastos de consumo agregados forem inferiores a um valor estabelecido como necessário para a sobrevivência. Esse valor pode ter como referência um padrão absoluto (calculado a partir de requisitos nutricionais) ou ser relativo ao padrão vigente em dada sociedade, definindo a pobreza absoluta e a relativa, respectivamente. (CARNEIRO, 2005, p.68-69).

Para entender mais sobre o processo de distribuição de renda, o próximo subtítulo que segue abaixo, os autores definem e conceituam os Programas de Transferência de Renda no Brasil, surgiram como alternativa para combate à pobreza. Silva, destaca que a injusta distribuição de renda não sendo igualitária para todos, a pobreza no Brasil tem raízes históricas,

[...] no Brasil, a pobreza aprofundou-se como consequência de um desenvolvimento concentrador da riqueza socialmente produzida e dos espaços territoriais, representados pelos grandes latifúndios no meio rural, e pela especulação imobiliária no meio urbano. Tem raízes na formação sócio histórica e econômica da sociedade brasileira. (SILVA, 2010, p. 157)

Silva, Yazbek e Giovanni (2004, p. 202), destacam também que a principal causa da pobreza no Brasil é a desigualdade na distribuição de renda e riqueza socialmente produzida, destacando que a redistribuição exige, portando uma focalização, “tanto nos ricos, cobrando mais destes, como nos pobres, redistribuindo renda”. Diante disso consideram que qualquer que seja a política que tenha por objetivo o enfrentamento à pobreza deve ser articulada com a política econômica, com investimento social a médio e em longo prazo.

Considerando esses aspectos, a partir da década de 1970 a pobreza e a distribuição de renda, ganharam um grande marco no cenário nacional, sendo através dos discursos de enfrentamento da pobreza. Os Programas de Transferência de Renda começaram a ser implantados no Brasil, destacando como importante instrumentos na redução e combate à pobreza.

2.2 Programas de Transferência de Renda no Brasil

Os Programas de Transferência de Renda (PTR)⁸ são considerados por alguns autores como um dos componentes do Sistema Brasileiro de Proteção Social. Segundo a autora Rocha (2013), que no Brasil desde os anos 1970, já existiam

⁸ Como medida de combate à pobreza, a prestação de Programas de Transferência de Renda (PTR) não constitui um traço apenas da realidade brasileira. No mundo ocidental europeu, tal característica integrou a realidade social de alguns países como a Inglaterra no século 18, com a Speenhamland Law (POLANYI, 2000) e de outros, dentro e fora continente europeu, que desenvolverem tais programas ao longo século 20 (VANDERBORGHT; PARIJS, 2006).

programas de transferência de renda para suprir a pobreza, mas estavam focalizados aos idosos e portadores de deficiência⁹.

A Constituição Federal de 1988 previu a transferência de renda, segundo a autora, nota que,

“[...] é importante destacar que transferências de renda focalizadas nos mais pobres já existiam no Brasil desde a década de setenta. Tinham, porém, pouca visibilidade, além de cobertura bastante limitada da sua população alvo [...]” (ROCHA, 2011, p. 115).

A partir da Constituição em seu art. 194 é estabelecida a seguridade social brasileira, composta pela saúde, previdência social e a assistência social. Para Sposati (2011), quando a Assistência Social se propõe a garantir a proteção social, ela não está se comprometendo com a totalidade dessa proteção, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, sendo que nenhuma delas seja isoladamente sempre interligada umas às outras.

Ao afirmar Silva (2007), Seguridade Social na Constituição Federal de 1988, a proteção social ao cidadão em risco, sendo a dificuldade, da desvantagem e da vulnerabilidade. A sociedade com sua responsabilidade, na esfera do interesse público.

A seguridade social é um dos direitos básicos previstos na Carta Internacional de Direitos Humanos (artigo 22): Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Os Programas de Transferência de Renda surgiram como alternativa para combate à pobreza. Eles foram concebidos segundo a ideia de que o beneficiário tem a autonomia para definir como melhor utilizar o benefício por saber quais são suas necessidades mais urgentes. Segundo o autor, o qual afirma que,

⁹ Cabe esclarecer que o termo "portadores" implica em algo que se "porta", que é possível se desvencilhar tão logo se queira ou chegue-se a um destino. Remete, ainda, a algo temporário, como portar um talão de cheques, portar um documento ou ser portador de uma doença. Por volta da metade da década de 1990, a terminologia utilizada passou a ser "pessoas com deficiência", que permanece até hoje. Por isso, vamos sempre nos lembrar que a pessoa com deficiência antes de ter deficiência é, acima de tudo e simplesmente: pessoa. (Por que a terminologia "pessoas com deficiência"? *) Inclusão com dignidade. Inserção da Pessoa com Deficiência e Reabilitados no Mercado de Trabalho. E-mail de contato: beljornalista@globo.com

Alguns deles, (...) também são concebidos segundo a ideia de que o beneficiário é portador de habilidade para o exercício da cidadania e podem comportar-se como agentes econômicos eficazes no mercado de modo a trazer benefício não só para si e sua família, mas para inserir-se num contexto mais amplo de relações por meio das quais podem paulatinamente mitigar os efeitos de sua condição de pobreza (SANTANA, 2007, p.03).

Os Programas de Transferência de Renda passam, então, a serem considerados importantes mecanismos para o enfrentamento do desemprego e da pobreza. Já a autora, menciona sobre o debate de transferência de renda no Brasil,

No Brasil, o debate sobre a transferência de renda, mediante programas de renda mínima, tem sido vinculado a uma agenda de erradicação da pobreza. O primeiro registro data de 1975, num artigo publicado na Revista Brasileira de Economia, denominado “Redistribuição de Renda”, de Antônio Maria da Silveira. No artigo, o autor defende que, no Brasil, não se verificava uma relação adequada entre crescimento econômico e bem-estar, comprometendo as necessidades de sobrevivência da população, inclusive dos trabalhadores. (SILVA E SILVA, 2016, p. 27).

Alguns autores destacam que o marco inicial do Sistema de Proteção Social no Brasil situam-se entre os anos de 1930 a 1945, período marcado por grandes transformações sociais, políticas e econômicas, ligadas às alterações das bases produtivas.

Segundo as autoras Silva e Lima (2016) o desenvolvimento do Sistema de Proteção Social no Brasil¹⁰ situam-se na década de 1930 a 1943, de fato sendo um período de grandes transformações socioeconômicas, com a passagem do modelo rural para o modelo urbano industrial. No que se refere o Sistema de Proteção Social as autoras mencionam outros autores para dizer que,

[...] no que se refere à Proteção Social, Draibe e outros (1995) admitem que alcançamos os anos 1990 com um sistema caracterizado por superposições de objetivos, competências, clientela-alvo, agências e mecanismos operadores; instabilidade e descontinuidade dos programas sociais; insuficiência e ineficiência, com desperdício de recursos; distanciamento entre formuladores de políticas e beneficiários; ausência de mecanismos de controle e acompanhamento de programas, o que é agravado com a

¹⁰ Um sistema nacional de proteção social começa a ser implantado no Brasil a partir da Revolução de 30 com a criação simultânea, por Vargas, da legislação trabalhista, da estrutura sindical corporativa (que substituiu a legislação vigente desde o início do século) e dos esquemas previdenciários. Esses esquemas, os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), foram institucionalizados sob a forma de autarquias vinculadas ao Ministério do Trabalho (criado em 1931 como Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio) e cobriam segmentos ocupacionais do mercado formal de trabalho urbano. O sistema segmentado de IAPs foi unificado em 1967, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). O quadro a seguir, sintetiza as diferenças entre os IAPs criados por Vargas (MPS, 2007; GENTIL, 2006; WERNECK VIANNA, 2005; ANDRADE, 2003a, 1999; AFONSO, 2003; DRAIBE, 2002; COHN, 1980).

privatização das políticas sociais, mesmo aquelas políticas básicas para a reprodução da força de trabalho como as da educação, saúde e habitação. (SILVA E LIMA, 2016, p.24).

Segundo as autoras, a institucionalidade atual do Sistema Brasileiro de Proteção Social é representada por Benefício de Prestação Continuada, considera que,

[...] o Sistema Brasileiro de Proteção Social é representada essencialmente pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), em implementação desde 1996; pelo Seguro Social Rural, criado na Constituição Federal (CF) de 1988; pelo Programa Bolsa Família (PBF) criado em 2003, pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) criado em 2004; e pelo Brasil Sem Miséria (BSM) criado em 2011. Esse sistema tem como instrumento básico para sua implementação o Cadastro Único (CadÚnico), sistema de informação sobre a população pobre no Brasil com renda per capita de até meio salário mínimo, utilizado para inclusão e acompanhamento de beneficiários nos diversos programas sociais do Governo Federal. (SILVA E LIMA, 2016, p.25).

Diante deste contexto sobre o Sistema de Proteção Social que surge um grande avanço entre as articulações das políticas contributivas e as não contributivas, onde se ampliam os Programas de Transferência de Renda no Brasil. Os autores caracterizam os Programas que transferem renda no sistema de proteção social brasileiro, definindo da seguinte maneira, apontam que,

“Esses programas entendidos como transferência monetária à família ou indivíduos, transferência está, na maioria dos programas, associada às exigências de contrapartida no campo da educação, da saúde e do trabalho”. (SILVA, YAZBEK e GIOVANNI 2004, p. 48),

No Brasil, este debate inicia nos anos de 1990, tendo como marco a proposição pelo Senador Eduardo Suplicy (PT/SP) do Projeto de Lei 80/1991 que instituiu o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) para todo brasileiro a partir de 25 anos de idade, aprovado no Senado, mas até hoje não aprovado na Câmara Federal. (SUPLICY, 2002, p. 123). A partir da estabilização monetário, em 1994, começaram a ser criados Programas de Transferência de Renda, sempre focalizados nos pobres entre eles as famílias pobres com crianças, priorizavam os mais vulneráveis.

Para Suplicy (2002) esses programas são garantia do direito que o ser humano tem à vida, mediante a uma justa participação da riqueza produzida. Apesar do projeto do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGMR) até hoje não ter sido votada pela Câmara dos Deputados, foi esse o start no cenário político que elevou a

importância desses programas para que ocorresse um processo de redistribuição da renda no Brasil.

Suplicy (2002) destaca que a renda básica de cidadania instituída em 2005 é destinada a brasileiros residentes no país e estrangeiros residentes há pelo menos 5 anos no Brasil, independentemente de sua condição socioeconômica. Colocando alguns critérios, primeiramente é destinado aos pobres, depois ampliada a toda população, o valor pago é comum a todos os cidadãos em parcelas iguais e mensais com o objetivo de assegurar as despesas mínimas, ou seja, alimentação, educação e saúde. A Renda Básica de Cidadania¹¹ seria paga em dinheiro de forma regular e individual. Dessa forma, seria paga a ricos e pobres, operando na lógica inversa dos programas já existentes.

[...] Tenhamos em mente que não faz parte da definição de renda básica que ela deva ser suficiente para satisfazer as necessidades básicas do beneficiário: conforme sua definição, o valor da renda básica poderia ser maior ou menor. Também não faz parte da definição de renda básica que ela deva substituir todos os demais benefícios pagos em dinheiro: um benefício universal não precisa ser um benefício único [...] (SUPLICY, 2002, p. 210).

Segundo Suplicy (2002), ele explica dentro do contexto que a renda básica sendo uma renda individual paga por uma comunidade de políticos. Essa renda é paga em forma de dinheiro, e não paga com bens ou serviços. É paga de maneira regular e não como uma doação única. E que a renda mínima, todos passariam a ganhar essa renda, seja ele rico ou pobre, todos os brasileiros ganharia esse bolsa família e sem necessidade para dar explicação para o governo.

Em concordância com Faleiros (1997, p. 23 apud Santos, 2008, p. 17), “o projeto do Senador Eduardo Suplicy propõe uma renda para quem trabalha e para quem não trabalha, não distinguindo os capacitados dos não capacitados”. Ou seja, o projeto abrange a todos que recebem até um certo rendimento.

¹¹ [...] entretanto, se a preocupação não é manter pessoas pobres ocupadas a qualquer preço, mas sim proporcionar-lhes acesso a uma atividade remunerada que tenha sentido, a própria natureza incondicional da renda básica é uma vantagem crucial: ela possibilita a disseminação de poder de barganha de modo a capacitar (tanto quanto for admissível) os menos favorecidos a distinguir empregos atraentes ou promissores de empregos desagradáveis. É, portanto, com base em uma concepção ampla de justiça social, a qual confere ao trabalho a importância que ele merece, e não apesar dela, que o direito a uma renda básica deveria ser tão incondicional quanto é passível de ser estendido a todos de forma sustentável [...] (SUPLICY, 2002, p. 209-210).

De acordo com a autora Rocha (2013), os Programas de Transferência de Renda criados em meados dos anos 1990 pelas três esferas de governo (municipal, estadual e federal) pareciam ser diferentes dos mecanismos utilizados pela assistência aos pobres, baseados na doação de bens, alimentos básicos como o processo de filantropia e caridade. Os Programas de Transferência de Renda (PTR) são postos para definir uma compensação financeira para famílias pobres poderem permitir que seus filhos possam frequentar a escola, ir ao posto de saúde, formação profissional e criar condições para que o grupo familiar consiga romper com o ciclo reprodutor da pobreza.

De acordo com os autores, a Construção de uma Política de Transferência de Renda, que marcou os meados da década, sustenta que;

O ano de 1991 é um marco para a construção de uma Política de Transferência de Renda, pois é nesse período que foi aprovado o projeto de Lei nº. 80/91, do então senador Suplicy (PT), que propunha a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM). Essa medida possibilitou o surgimento de “experiências pioneiras em Campinas, Brasília, Ribeirão Preto e Santos” (SILVA e SILVA, YAZBEK e GIOVANNI, 2004, p. 33).

Com essa transformação deu-se início o processo de construção de uma Política Nacional de Transferência de Renda no País. Afinal, o Brasil estava em meio a uma crise de inflação e endividamento externo, e os representantes políticos estavam mais preocupados com o crescimento econômico, e não dando prioridade ao enfrentamento da pobreza e da redistribuição de renda (SILVA e SILVA, YAZBEK e GIOVANNI, 2004). Vale destacar que a prioridade a esses Programas de Transferência de Renda a partir de 1991, se insere na implementação do neoliberalismo no Brasil.

O período pós década de 70 é marcado pelo avanço dos ideais neoliberais, que surge como reação teórica ao Estado intervencionista e de bem-estar. Na política, neoliberalismo é um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia. No Brasil, o Neoliberalismo começou a ser seguido de uma forma aberta nos dois governos consecutivos do presidente Fernando Henrique Cardoso. Neste caso, seguir o neoliberalismo foi sinônimo de privatização de várias empresas do Estado. Diante do exposto os

neoliberais, eram frutos do poder dos sindicatos e do movimento operário, que desgastam as bases de acumulação, e do aumento dos gastos sociais do Estado.

Segundo a autora, descreve o contexto neoliberal, relata que,

O contexto neoliberal implica na perda de identidade do coletivo, pautando-se na autonomia do indivíduo social e político de si mesmo, fragilizando o enfrentamento político e a luta pela diminuição das desigualdades sociais no Brasil. Nesse sentido, “consolidar os direitos e a cidadania da maioria, com a participação da sociedade civil é o desafio maior” (OSTERNE, 2001, p. 110).

A Política de renda mínima vem assumindo papel relevante no âmbito do Sistema de Proteção Social Brasileiro, após Constituição Federal de 1988, revelando o debate que se amplia, no âmbito do avanço da hegemonia neoliberal, de ampla pobreza no país e da perspectiva da descentralização das políticas sociais, diante disso o crescimento da violência nas grandes cidades o que vem demandando uma política de caráter preventivo, direcionadas para crianças e adolescentes de rua (SILVA, 1997).

Segundo a autora Rocha (2013), compreende-se que, a partir da Constituição Federal de 1988, e a partir da regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, esse Programa de Transferência de Renda foi o objeto de mudanças no seu desenho institucional, ganhou uma grande importância, com o acesso a direitos sociais e o grande marco sendo a questão do acesso aos serviços de saúde, que se torna universal.

Conforme a Constituição Federal de 1988 – Art. 6 são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a maternidade e à infância, à assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Nessa Constituição Federal de 1988, amplia-se de forma significativa os direitos sociais, a autora salienta que,

Estes programas tiveram sua base legal alterada, criando condições para sua expansão sustentada a partir dos anos 1990. Assim, quando programas como o Bolsa Escola começam a ser implantados em 1995, tem origem o paralelismo de dois sistemas federais de transferências de renda assistenciais focalizadas nos pobres. Por outro lado, o sistema constitucional voltado para os idosos e portadores de deficiência pobres. Por outro lado, os novos programas focados em famílias pobres com crianças. (ROCHA 2013, p. 2)

De acordo com alguns autores, (Silva,2002a, 2002b, 2013; Silva et al.,2007; Silva, Yazbek e Giovanni, 2012), em estudos anteriores desenvolveram uma organização do processo histórico da construção dos programas de transferência de renda no Brasil, com vários momentos da conjuntura brasileira.

Os autores relatam esses históricos de acordo com a Política de Assistência Social, diz que,

A transferência de renda é concebida como uma transferência monetária direta a indivíduos ou a família, sendo esses programas considerados no contexto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com base em duas características essenciais: São destinados ao público-alvo da Política de Assistência Social e sua concessão independe de contribuição previa, isto é, representam a garantia de uma renda mínima de subsistência, em complementação à renda do trabalho. (SILVA,2002a, 2002b, 2013; SILVA et al., 2007; SILVA, YAZBEK e GIOVANNI, 2012, p. 29).

E importante frisarmos, que a Assistência Social foi elevada à condição de política pública não contributiva, por meio do art. 203 da Constituição Federal de 1988.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988, p. 11).

Para Künnehan (2009) e Soares et. al. (2005), os Programas de Transferência de Renda (PTR) são programas sociais que garantem pagamentos não contributivos, na forma de dinheiro, para pessoas pobres ou ameaçadas pela fome. O objetivo desses programas é aumentar a renda real das famílias. De forma mais específica, segundo Künnehan (2009), os PTR são programas estatais de transferência de dinheiro com o objetivo principal de assegurar um nível de consumo mínimo aos titulares de direitos.

A autora Cohn (2004, p. 08) afirma que as políticas de transferência de renda assumem especial importância desde que, quando da sua formulação e implementação, não se constituam num fim em si mesmo, visto que este instrumento

pode de imediato, aliviar os sinais de pobreza,¹² mas não as suas causas, que possuem implicações econômicas e sociais mais profundas. Por isso que a promoção do desenvolvimento social deve buscar por demandas políticas de inserção social, tanto no campo econômico como no campo social, o que exige políticas Inter setoriais e uma capacidade do Estado de remodelar seus sistemas e práticas de proteção social.

De acordo com a autora os Programas de Transferência de Renda em condicionalidades, o qual afirma que,

Os programas de transferência de renda com condicionalidades, quando implantados como políticas públicas de governo, devem contemplar tanto a dimensão do alívio imediato da pobreza como o da sua superação, permitindo o enfrentamento da questão social da pobreza. Os PTR com condicionalidades, embora discricionários, obrigam uma responsabilidade dos beneficiários. Não se trata de um fator impositivo e punitivo, mas sim uma oportunidade de vincular os beneficiários ao acesso de bens e serviços essenciais de caráter universal, permitindo que esses segmentos sociais de baixa renda sejam alçados à condição de cidadãos. (COHN 2004, p. 08 e 09).

Nesse âmbito, os Programas de Transferência de Renda são destacados como possibilidades para o enfrentamento da pobreza e do desemprego. E passam a ser defendidos por políticos e estudiosos dos problemas sociais das mais variadas teorias, dentre as quais se destacam as seguintes perspectivas.

Diante deste debate, os Programas de Transferência de Renda como mecanismo, os autores apontam que,

Uma de natureza liberal/neoliberal que considera os programas de transferência de renda como mecanismo compensatório e residual, eficiente no combate à pobreza e ao desemprego e enquanto uma política substituta dos programas e serviços sociais e como mecanismo simplificador dos Sistemas de Proteção Social; uma perspectiva de natureza progressista/distributivista que considera os Programas de Transferências de Renda enquanto mecanismos de redistribuição da riqueza socialmente produzida e como política de complementação aos serviços sociais básicos já existentes e voltada para a inclusão social; uma perspectiva que percebe

¹² Silva, Yazbek e Giovanni (2004), destacam também que a principal causa da pobreza no Brasil é a desigualdade na distribuição de renda e riqueza socialmente produzida, destacando que a redistribuição exige, portando uma focalização, “tanto nos ricos, cobrando mais destes, como nos pobres, redistribuindo renda”. Diante disso consideram que qualquer que seja a política que tenha por objetivo o enfrentamento à pobreza deve ser articulada com a política econômica, com investimento social a médio e em longo prazo. Para os autores a redução da pobreza, perpassa entre outros fatores, e aponta-se a exigência de ampliação da inserção de jovens no sistema de educação, mas também, há demanda por políticas públicas de geração de emprego e redistribuição de rendas planejadas e executadas com seriedade e articuladas, somente “no contexto mais amplo é possível se visualizar os Programas de Transferência de Renda como efetivo mecanismo de enfrentamento da pobreza no Brasil”. Silva, Yazbek e Giovanni (2004, p. 202).

os programas de transferência de renda como mecanismo provisório para permitir a inserção social e profissional dos cidadãos, numa conjuntura de pobreza e desemprego (SILVA, YAZBEK e GIOVANNI, 2004, p. 36).

Yazbek (2001, p. 48) destaca que o significado de pobreza vai muito além do que é considerada, aponta-a no sentido de ausência de cidadania e poder, ou seja, a pobreza política: “[...] a pobreza não é apenas uma categoria econômica, não se expressando unicamente pela carência de bens materiais. Pobreza é também uma categoria política, que se traduz pela ausência de direitos, de possibilidades e de esperanças”.

Conforme estudo realizado por Silva e Silva (2006) em 1995 surgiram às primeiras experiências do Programa de Renda Mínima/Bolsa Família, inicialmente em Campinas, Brasília e Ribeirão Preto, estendendo-se para vários municípios e Estados brasileiros. Em 1996, foram iniciadas as primeiras experiências de iniciativa do Governo Federal, com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Benéfico de Prestação Continuada (BPC). Em 1999 foram iniciadas as experiências Estaduais.

Ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2001, foram ampliados os programas federais com a criação do Programa Bolsa Escola e Bolsa Alimentação. Essa ação do governo intensificou os debates em defesa de uma Renda de Cidadania, para todos os brasileiros. Em 2003 o Presidente Luiz Inácio ao assumir o governo adotou como meta principal o enfrentamento da fome e da pobreza, no país, colocando as Políticas Sociais como mecanismos de ação aos seus objetivos político e social, articulando-as a uma Política Econômica, assim lançou a proposta de unificação dos Programas de Transferência de Renda. (SILVA E SILVA, 2006, p. 28).

Desta forma, inicia-se um processo de unificação dos Programas Federais de Transferência de Renda, sendo inicialmente unificados quatro programas de transferência de renda, como: Bolsa-Escola¹³, Bolsa-Alimentação¹⁴, Vale Gás¹⁵ ou

¹³ Conforme Tavares e Pazello (2006), o Bolsa Escola era direcionado às crianças e adolescentes que estivessem matriculadas no ensino fundamental e frequentado a escola. A renda familiar deveria ser menor ou igual a R\$ 90,00 valor de meio salário mínimo de 2001. Deveria ter idade entre 7 a 14 anos, a mãe recebia um valor em dinheiro de R\$ 15,00 por criança, esse valor só poderia beneficiar até três crianças chegando a um valor máximo de R\$ 45,00 por família.

¹⁴ O Bolsa Alimentação, criado em 2001, pelo Ministério da Saúde, visava reduzir deficiências nutricionais e a mortalidade infantil entre as famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, destinado a famílias com mulheres gestantes ou que estivessem amamentando os filhos na faixa de 06 meses de idade ou ainda com crianças de 06 meses a 06 anos de idade. Além da transferência monetária, era oferecido atendimento básico à saúde da família, sendo os beneficiários do Programa assistidos por uma equipe do Programa Saúde da Família. (MDS, 2008).

¹⁵ O Programa Auxílio Gás foi criado em 2002, pelo Ministério de Minas e Energia, para compensar às famílias pobres devido à retirada de subsídio ao gás de cozinha. O critério de acesso era a família já

Auxílio-Gás e Cartão-Alimentação¹⁶. Vale destacar que todos esses outros Programas de Transferência de Renda criados pelo Governo federal e implementados de modo descentralizado nos municípios brasileiros são os seguinte: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, Benefício de Prestação Continuada – BPC, Previdência Social Rural, Programa Nacional de Renda Mínima Vinculado à Educação - Bolsa Escola, Programa Bolsa Alimentação, A gente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, Auxílio Gás, Cartão Alimentação, O Bolsa Família.

Além da unificação pretendida, o Programa Bolsa Família¹⁷ também se propõe a estabelecer melhor focalização para melhor enfrentamento da pobreza no país. O objetivo é simplificar o acesso aos benefícios e elevar o valor monetário transferido às famílias. Semelhantemente aos outros Programas de Transferência de Renda, é implementado de modo descentralizado nos diversos municípios.

Nesse trabalho entendemos transferência de renda, de acordo com a autora, afirma que,

[...]uma transferência monetária direta a indivíduos ou famílias. No caso brasileiro e de várias experiências da América Latina e Caribe, são programas focalizados em segmentos pobres da população e têm sua prestação condicionada a determinadas exigências que devem ser cumpridas pelos indivíduos ou pela família, principalmente no campo da educação, da saúde e do trabalho. (SILVA, 2005, p.3).

A transferência monetária concedida pelo Programa Bolsa Família é associada ao desenvolvimento de outras ações como alfabetização, capacitação profissional, apoio à agricultura familiar, acesso à educação e a serviços de saúde para os filhos, atribuído relevância ao que denomina contrapartidas ou condicionalidades a serem cumpridas por parte das famílias beneficiárias.

integrar os programas do Governo federal ou ter uma renda familiar per capita mensal de até meio salário mínimo. (MDS, 2008).

¹⁶ O Cartão Alimentação, instituído já no âmbito do Governo Lula em fevereiro de 2003, constituía-se numa das ações, situadas no campo das Políticas Específicas que integram o Programa Fome Zero, criado para combater a fome e as suas causas estruturais. (MDS, 2008).

¹⁷ O Bolsa Família é considerado uma inovação por se propor a proteger o grupo familiar como um todo, representado pela mãe; pela elevação do valor monetário do benefício; pela simplificação e pela elevação de recursos destinados a programas dessa natureza. Destina-se a famílias indigentes, com renda per capita familiar de até R\$ 50,00 e a famílias consideradas pobres, com renda per capita familiar de até R\$ 100,00, de modo que o primeiro grupo de famílias recebe um benefício fixo no valor de R\$ 50,00, podendo receber mais R\$15,00 por cada filho de até 15 anos de idade, até três filhos, podendo alcançar um benefício total de até R\$ 95,00 por família. As famílias consideradas pobres recebem uma transferência monetária variável de até R\$ 45,00, sendo R\$ 15,00 por cada filho de até 15 anos de idade. As famílias têm toda liberdade na aplicação do dinheiro recebido (SILVA, 2004, p. 128).

Essas reflexões permitem dizer que os Programas de Transferência de Renda representam na atualidade o principal componente na constituição do Sistema Brasileiro de Proteção Social, todavia algumas questões devem ser postas principalmente em relação às possibilidades de impactos futuros sobre a redução da pobreza no Brasil.

Para Silva e Silva et. al (2004 p. 36 - 37), mostram que o debate referentes aos Programas de Transferência de Renda os situam como “possibilidade de solução para a crise do desemprego, e o enfrentamento da pobreza, sendo defendidos por políticos, organizações sociais e estudiosos das questões sociais de diferentes matizes teóricas”.

Com todo esse desfecho sobre os Programas de Transferência de Renda do Governo Federal, essa unificação gerou um debate, e uma nova criação, o Cadastramento Único do Governo Federal, como um banco de dados único para melhorar e unificar o cadastro dos beneficiários dos vários programas sociais implementados. Onde iremos destacar algumas atribuições e criação do Cadastro Único no próximo tópico.

2.3 O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

O Cadastro Único¹⁸ para Programas Sociais, também conhecido como CadÚnico v7, foi criado no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso em 24 de outubro de 2001 pelo Decreto 9364 da Presidência da República. Foi disciplinado pelo Decreto Nº 6.135, de 26 de junho de 2007, que foi assinado pelo Ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. E, posteriormente, foi regulamentado pela Portaria 376 de 16 de outubro de 2008. Com intuito de coletar dados e informações para identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda. Com esses dados, o poder público pode desenvolver políticas específicas para a redução da vulnerabilidade dessas famílias.

¹⁸ O Cadastro Único é um instrumento que identifica e caracteriza os mais pobres e permite conhecer a realidade socioeconômica das famílias de baixa renda. Por meio de um sistema informatizado, o governo federal consolida os dados coletados no Cadastro Único para formular e implementar políticas específicas, que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas. (MDS, 2008).

De acordo com Bartholo et al, (2010) o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC) é marcado por ações na política de assistência social, que deram bases para muitas políticas sociais da primeira década do ano 2000, entre elas o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

Esse programa foi criado em 2001, para apoiar os programas de transferência de renda criados no período, para constituir na única base de dados a ser utilizado pelo programas e também ações em âmbito estadual e municipal (BARTHOLO et al, 2010). A proposta do cadastro único é identificar potenciais beneficiários dos programas sociais, buscando unificar o cadastro e evitar a sobreposição de programas a um mesmo indivíduo e/ou família (MENEZES E SANTARELLI, 2011).

Segundo as autoras, sobre o Cadastro Único, o qual afirmam que,

O CadÚnico permite o registro da realidade socioeconômico dessas famílias, mediante informações de todo o núcleo familiar, características dos domicílios, das formas de acesso a serviços públicos essenciais, além do registro de dados sobre cada componente da família. Os dados registrados são consolidados por um sistema informatizado, gerando o citado CadÚnico. (SILVA, 2016, p. 79 e LIMA, 2016, p. 79).

A execução do CadÚnico é de responsabilidade do governo federal, os estados, os municípios e o distrito federal. Onde é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e tendo como agente operador a Caixa Econômica Federal que mantém o Sistema de Cadastro Único.

De acordo com Bartholo et al., (2010). Embora o Cadastro Único tenha sido criado, em 2001, como um instrumento a ser utilizado pelos programas focalizados de transferência de renda do Governo Federal, sua consolidação só ocorreu de fato com a implementação do Programa Bolsa Família (PBF), que unificou os programas de transferência de renda existentes até 2003.

É preciso ressaltar que o cadastro único e seus objetivos como a base de dados, a autora cita que,

O cadastro Único teve como objetivo se constituir como a base de dados sobre as famílias potencialmente beneficiárias dos programas focalizados nos pobres, permitindo conhecer e acompanhar ao longo do tempo as suas condições de vida, em especial no que se refere à atuação dos programas sociais do governo. O formulário padronizado que deveria ser preenchido pelos municípios reunia informações sobre o domicílio e sobre cada pessoa na família. (ROCHA, 2013, p. 64).

Em 2004, a base do Cadastro Único passou a agregar informações dos programas unificados ao Programa Bolsa Família (PBF) – como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás –, agravando fragilidades de diversas ordens. Foi a partir de 2005, com a expansão do Programa Bolsa Família (PBF), que se iniciou um intenso trabalho de qualificação dos dados já registrados, bem como a inclusão das famílias ainda não cadastradas. Os municípios assumiram papel de destaque nesse processo, sobretudo com a assinatura do Termo de Adesão ao Cadastro Único e ao Programa Bolsa Família (Portaria GM/MDS nº 246/2005) e a criação de um incentivo financeiro à atualização cadastral pago aos municípios pelo MDS. Nesse período, o desenvolvimento e a consolidação do Cadastro Único pautaram-se pela necessidade de dar sustentação, viabilidade e escala ao próprio PBF (VIEIRA, 2011).

Outro momento importante, no que se refere ao processo de ampliação e melhoria da qualidade das informações do Cadastro Único, está na implantação da Versão 7 (V7) do seu Sistema, que incorporou um novo formulário – compatibilizado com as pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – e um sistema operacional de funcionamento online, que trouxe mais celeridade ao processo de inclusão e atualização dos dados das famílias pelos municípios. A V7 viabilizou ainda a coleta de várias outras informações.

A autora, pontua sobre a atualização da versão, uma versão recente, destaca que,

O CadÚnico tem sido atualizado, sendo a versão 7 a mais recente, composta por um Formulário Principal, instrumento básico de coleta de informações de identificação do domicílio e da família e cada um dos seus componentes. Nessa versão, é possível listar até doze moradores do domicílio e cadastrar seis de seus componentes, sendo estruturado em dez blocos: Identificação e Controle, Características do Domicílio, Família, Identificação da Pessoa, Documentos, Pessoa com Deficiência, Escolaridade, Trabalho e Remuneração, Responsável pela Unidade Familiar e um bloco de Marcação Livre para o município. (SILVA, 2016, p. 80).

Assim como defendido por Barros et al. (2010), o público-alvo e da diversidade de dados presentes em sua base, o Cadastro Único figura como importante instrumento para análises e informações das condições de vida de programas sociais para essa população. Os documentos obrigatórios para o cadastramento é o CPF ou o Título de Eleitor do Responsável Familiar e um documento daqueles que morarem na casa. Mais também são necessários,

Identidade; Carteira de Trabalho; Certidão de Nascimento; Certidão de Casamento; Carteira de Motorista (pois contém o CPF).

O Cadastro Único é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias. Segundo as autoras, sobre o acesso das famílias ao PBF, salienta que,

O acesso das famílias ao Programa Bolsa Família é antecedido pela inclusão no CadÚnico para Programas Sociais do Governo Federal, instrumento de identificação e caracterização de famílias consideradas de baixa renda, aquelas com até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos. (SILVA, 2016, p. 79 e LIMA, 2016, p. 79).

É através do Cadastro Único do Governo Federal, o sistema consegue formular políticas próprias para melhorar as condições em que se encontram estas famílias, avaliando os dados obtidos que mostram a realidade socioeconômica dessas famílias, possibilitando-as a serem beneficiadas em diversos programas do governo.

Vale destacar o registro das famílias dentro da realidade socioeconômica, diz que,

O CadÚnico permite o registro da realidade socioeconômica dessas famílias, mediante informações de todo o núcleo familiar, características dos domicílios, das formas de acesso a serviços públicos essenciais, além do registro de dados sobre cada componente da família. Os dados registrados são consolidados por um sistema informatizado, gerando o citado CadÚnico, instrumento utilizado pelo poder público para formular e implementar políticas específicas direcionadas para “redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias são expostas” (BRASIL, 2010, att. p. 80).

De acordo com (BRASIL, 2010c) O CadÚnico é constituído pelas seguintes informações;

a) identificação da família e das pessoas que compõem; b) características familiares; c) identificação da residência; d) renda da família; e) gastos da família; e f) informações sobre propriedades e participação em programas sociais, dentre outras. Cabe ressaltar que a porta de entrada do PBF é o cadastramento das famílias pobres no CadÚnico. Tal atribuição é uma das mais importantes, na medida em que o alcance dos objetivos de redução da pobreza e da desigualdade social depende do

cadastramento das famílias que realmente se enquadrem no perfil estabelecido para o programa.

Para se candidatar ao programa, é necessário que a família esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, com seus dados atualizados há menos de dois anos. Essa atualização cadastral é um importante mecanismo de qualificação, pois permite que o Cadastro Único apresente informações referentes à realidade atual da família e de seus membros.

Neste sentido sobre a revisão Cadastral, as autoras relatam que,

No período de 2009 a 2010, foi iniciado o processo de revisão cadastral das famílias de dois em dois anos e definida a prioridade de acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades pela Rede de Assistência Social, sendo aprovado o Protocolo de Gestão Integrado de Benefícios e Serviços no âmbito do SUAS. No final de 2010, o Bolsa Família já alcançava praticamente 13 milhões de famílias, apresentando excelente focalização no seu público-alvo, famílias pobres e extremamente pobres. (SILVA, 2016, p.36 e LIMA, 2016, p. 36).

De acordo com a autora Silva (2016) as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família mantenha seus dados sempre atualizados informando à prefeitura qualquer mudança de endereço e telefone de contato e modificações na constituição de sua família, como nascimento, morte, casamento, separação, adoção, mudança de escola e etc. O cadastramento é um pré-requisito, mas não implica na entrada imediata das famílias no programa, nem no recebimento do benefício.

Barca e Chirchir (2014) destacam, ainda, para uma dimensão essencial acerca dos aspectos operacionais e de implementação: a integração de sistemas. Para se alcançar tal dimensão, vale destacar a importância da existência de uma chave-única, que permita a identificação dos cadastrados de forma clara e precisa em todos os sistemas que utilizarem seus dados.

Todas as pessoas registradas no Cadastro Único recebem o Número de Identificação Social (NIS), que é atribuído, automaticamente, pela Caixa Econômica Federal por meio do sistema online de cadastramento. No entanto, o NIS não é um número nacional de identificação única. Através do número do NIS o beneficiário consegue vários benefícios, um deles sendo a isenção da taxa de concurso público: Candidatos de baixa renda incluídos no Cadastro Único têm o direito de não pagar taxa de inscrição em concursos públicos realizados pelo governo federal. Segundo

Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) depois do NIS gerado poderá ter acesso a vários benefícios como: Bolsa Família, ID Jovem 2.0, Seja Digital, Tarifa Social de Energia Elétrica, Carteira do Idoso. Entre outros benefício social.

Como destaca Bichir (2011) e Barros et al. (2010), a existência de um procedimento único de cadastramento, independentemente do programa usuário que utilizará tais dados, traz diversas vantagens, tais como: a redução da discricionariedade dos municípios na coleta dos dados; a economicidade do gasto público para os diversos programas usuários, uma vez que evita a duplicidade de esforços; e a construção dos fundamentos para uma efetiva integração de programas a partir da indispensável unicidade cadastral. A Caso atenda aos requisitos de renda e não esteja inscrito, procure o responsável pelo Programa Bolsa Família na prefeitura de sua cidade para se inscrever no Cadastro Único.

Conforme a autora, sobre o Cadastramento e Recadastramento do Cadastro Único, aponta que,

“[...] a institucionalização do Cadastro Único representou um avanço fundamental para a política social focalizada nos pobres. O cadastramento é um processo contínuo, e as famílias cadastradas que se qualifiquem para o Bolsa Família são incorporadas ao programa na medida da possibilidade de vagas no seu município. Na verdade, a clientela do programa é constantemente renovada, já que famílias que já não atendem às condições quanto ao rendimento e composição familiar deixam espontaneamente o programa ou são excluídas por ocasião do recadastramento. São recadastradas anualmente famílias que já estejam no programa por dois anos. Caso ainda atendam as condições de elegibilidade, continuam no programa por mais dois anos, isto é, até o recadastramento seguinte [...]”. (ROCHA, 2013, p.135).

Como já mencionamos algumas falas de autores sobre o CadÚnico, que o Cadastro Único e a grande porta de entrada dos programas sociais do Brasil hoje, como a maioria da população não estava em nenhum registro do governo federal, e vários programas a serem lançados querendo alcançar a população de mais baixa renda e vulnerável. Diante disso foi necessário a construção do cadastro único, de inserir a população que se enquadrava no contexto, sendo o mapeamento da pobreza. Porém via-se a necessidade de uma maior articulação com programas e políticas sociais. Sendo assim, tais indicativos, possibilitaram a criação de um programa que vinha ao encontro a unificação de todos os programas citados, o qual foi denominado Programa Bolsa Família. O qual será apresentado no próximo tópico.

2.4 O Programa Bolsa Família

Figura 1 – Identidade Visual do Programa Bolsa Família.



Fonte: BRASIL. MDS. PBF (2009b).

Os Programas de Transferência¹⁹ de Renda foram unificados no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e teve prosseguimento da presidenta Dilma Rousseff, como estratégias para o enfrentamento da fome e da pobreza. Ficou denominado mais conhecido como o Programa Bolsa Família (PBF)²⁰. Os autores ressaltam que,

Há que se ressaltar que a proteção social no Brasil, sob a responsabilidade do Estado, vem se ampliando a partir de 2003 com o início do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com ampliação de programas sociais e incremento de recursos orçamentários destinados aos programas sociais, cujo destaque vem sendo atribuídos ao Bolsa Família, orientando para a unificação dos programas de transferência de renda em implementação nos país em níveis municipal, estadual e federal. (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2014, p.24).

¹⁹ A transferência de renda é concebida como uma transferência monetária direta a indivíduos ou a famílias, sendo esses programas considerados no contexto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com base em duas características essenciais: são destinados ao público-alvo da Política de Assistência Social e sua concessão independe de contribuição previa, isto é, representam a garantia de uma renda mínima de subsistência, em complementação à renda do trabalho. (SILVA E SILVA, 2016, p. 29).

²⁰ O Programa Bolsa Família é a mais importante das políticas sociais do governo brasileiro e é hoje o maior programa de transferência condicionada de capital do mundo. Instituído no Governo Lula pela Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003, convertida em lei em 09 de janeiro de 2004, pela Lei Federal n. 10.836. (MDS, 2008).

A origem do Programa Bolsa Família está nos anos 1980, com o idealizador do projeto de ajuda direta, Herbert José de Sousa conhecido como Betinho, nesse período ele teve a ideia de dá em dinheiro como ajuda as pessoas mais necessitadas.

A ação de maior relevância na política pública no governo de Itamar Franco foi o Plano de Combate à Fome e à Miséria (PCFM), instituído no segundo semestre de 1993, sendo criado através da articulação entre governo e sociedade civil. Ainda fazia várias campanhas contra a fome, a miséria, e pobreza.

Em seguida ao ano de 1995 até 2002 esses programas foram criados ainda na administração do então presidente da república Fernando Henrique Cardoso do PSDB que permaneceu como chefe de Estado. Nessa época o governo não admitia dá dinheiro para o povo, concordava em dá benefício material, serviços. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, iniciou com o Programa Bolsa Escola, e outros programas sociais destinados à população de baixa renda.

O Programa Bolsa Família foi criado em 2003, a partir da unificação do Programa Bolsa Escola e demais programas federais (Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Cartão Alimentação, Peti4). Esses Programas criados ainda na administração do então presidente da república Fernando Henrique Cardoso. Em 2003 assume a presidência da república Luís Inácio Lula da Silva do PT que promoveu a consolidação desses programas e expandiu criando o Programa Bolsa Família. O Programa Bolsa Família (PBF) é o principal programa brasileiro de transferência direta de renda com condicionalidades, sua estrutura está fundamentada em dimensões, sendo o alívio imediato da pobreza, direitos sociais, na área da saúde, educação, com outros programas sociais voltados ao desenvolvimento das famílias.

Segundo o autor, explica como se deu a origem do Programa Bolsa Família, menciona que,

A origem do programa Bolsa Família (o Bolsa Família integra o Fome Zero) esteve no Programa Cartão-Alimentação, que posteriormente foi transformado em Bolsa Família. O Programa Cartão Alimentação fez parte das políticas específicas do Programa Fome Zero, em janeiro de 2003, sendo substituído em 20 de outubro desse ano pelo Programa Bolsa Família. O intuito da iniciativa foi, em primeiro lugar, de fazer convergir os diversos programas de distribuição de renda existentes num só. O Programa Bolsa Família foi fruto da unificação dos programas de transferência de renda do governo federal, ou seja, Bolsa-Alimentação (Ministério da Saúde), Auxílio-Gás (Ministério das Minas e Energias), Bolsa-Escola (Ministério da Educação) e o Cartão-Alimentação (MESA) (COGGIOLA, 2009, p. 104).

O autor aborda um dos pontos centrais do Programa Bolsa Família, identifica que,

[...] Uma das característica centrais do programa é que ele procura associar a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos, como saúde, alimentação, educação e assistência social. O Bolsa Família tem dois objetivos básicos: combater a miséria e a exclusão social, e promover a emancipação das famílias mais pobres. [...] (WEISSHEIMER,2006, p. 25).

Segundo Silva (2007) o novo governo indicava como prioridade o enfrentamento da fome e da pobreza no país compreendendo a importância das Políticas Sociais²¹ para isso. Objetivando a unificação²² dos diversos Programas de Transferência de Renda difundidos no Brasil e com uma proposta de combate à fome e a exclusão social, é criado em 2003 o Programa Fome Zero, pelo Governo Federal.

O Programa Bolsa Família (PBF) visa à unificação e ampliação desses programas sociais em apenas um único programa social. Tem o intuito de eliminar a fragmentação destes programas, proporcionando uma maior cobertura no atendimento, já que muitas das famílias eram atendidas por apenas um programa. Este processo se deu de forma complexa e exigiu o esforço de todas as esferas governamentais.

Desta forma a autora Silva (2006) descreve alguns pré-requisitos devem ser considerados para permitir a real funcionalidade dessa proposta de unificação, os quais são,

Exigência de estrutura local adequada, considerando que o Bolsa Família é implementado de modo descentralizado, e pessoal estável, suficiente e capacitado para implementação do Programa e estabelecimento de articulação com a rede local de serviços sociais; Existência de uma rede local de serviços sociais capaz de atender a demandas dos usuários do Bolsa Família, principalmente no que se refere às condicionalidades impostas às

²¹ Políticas sociais são programas que possuem o objetivo de proporcionar condições básicas, como saúde, alimentação e educação, especialmente à população mais carente, mediante a constituição de direitos e deveres, tanto por parte do gestor da política quanto dos beneficiários dos referidos programas (CARDOSO et al, 2005).

²² Pensar a unificação importa considerá-la não como mero mecanismo de gestão, mas como um processo que deve ser colocado a serviço de um Sistema de Proteção Social universal, capaz de atender todas as pessoas em situação de risco e vulnerabilidade, considerado a multidimensionalidade e o caráter estrutural da pobreza e da fome no Brasil. Essa visão demanda [...] uma efetiva articulação da transferência monetária com outros programas sociais e com uma Política Econômica de geração de emprego e renda, de valorização da renda do trabalho e de desconcentração da renda e da riqueza socialmente produzida, o que não se fará sob a orientação neoliberal que continua marcando o desenvolvimento da economia brasileira, mormente durante toda a década de 1990 e nesse início de século XXI. (Silva; Yazbek e Giovanni 2012, p.145)

famílias beneficiárias; Uso de mecanismos adequados e eficientes para garantir a focalização do Programa e capacidade de atendimento de todas as famílias elegíveis, o que significa uma real focalização concebida como uma discriminação positiva, devendo o Programa ser colocado a serviço de um Sistema de Proteção Social universal; Coordenação local e nacional ágil, eficiente e articulada; Consideração ao caráter multifuncional e estrutural da fome e da pobreza no País (SILVA, 2006, p. 30).

A autora descreve o significado da unificação dos programas de transferência de renda, relata que,

A unificação dos programas de transferência de renda representa uma evolução e inovação no âmbito desses programas em implementação no Brasil a partir de 1995. Propõe-se a uma maior racionalização e simplificação do acesso da população aos referidos programas, cujo objetivo central é elevar a efetividade no combate à fome e à pobreza, prioridade social do governo brasileiro a partir de 2003. Propõe-se ainda a garantir maior proteção ao grupo familiar, inclusive com elevação do valor monetário do benefício. (SILVA E SILVA, 2014, p.43)

A autora Silva e Silva (2014), ressalta dentro do contexto sobre a unificação, que tem a pretensão em ter um programa mais justo e eficiente. Segundo seus formuladores, pode contribuir para melhor identificação nas famílias consideradas pobres e extremamente pobres com o enfrentamento da fome e da miséria no Brasil, permitindo o desenvolvimento, monitoramento e a avaliação do programa. Para essa efetivação dessa proposta é necessário desenvolver ações e parcerias entre União, Estados e Municípios, tendo a participação da sociedade, com todos esses fatores podendo ter um avanço importante no campo das políticas sociais. Fonseca (2003).

De acordo com Silva (2007) O Programa Fome Zero²³ surge então como uma proposta do governo federal para garantir o direito à alimentação adequada àquelas pessoas que tem dificuldade de acesso a este direito humano. Além disso, busca-se com isso a conquista da cidadania e a inclusão social dessa população vulnerável à fome. E dentre os seus programas e ações contém o eixo de transferência de renda, alimentação e nutrição e acesso à educação e a informação.

Além da unificação pretendida, o Bolsa Família também se propõe a estabelecer melhor focalização para melhor enfrentamento da pobreza no país. O

²³O Projeto Fome Zero relatava que até aquele momento não existia uma política geral de segurança alimentar e que a vulnerabilidade à fome atingia milhões de brasileiros. Esse projeto foi desenhado para atacar o problema de insegurança alimentar a partir da melhoria do nível de renda da população pobre, já que no Brasil a fome está mais relacionada com insuficiência de renda do que da falta de oferta ou escassez de alimento (TAKAGI, 2010).

objetivo é simplificar o acesso aos benefícios e elevar o valor monetário transferido às famílias. Semelhantemente aos outros Programas de Transferência de Renda, é implementado de modo descentralizado nos diversos municípios.

Conforme a autora, diz sobre o Programa Bolsa família e a proteção do grupo familiar,

O Bolsa Família é considerado uma inovação por se propor a proteger o grupo familiar como um todo, representado pela mãe; pela elevação do valor monetário do benefício; pela simplificação e pela elevação de recursos destinados a programas dessa natureza. Destina-se a famílias indigentes, com renda per capita familiar de até R\$ 50,00 e a famílias consideradas pobres, com renda per capita familiar de até R\$ 100,00, de modo que o primeiro grupo de famílias recebe um benefício fixo no valor de R\$ 50,00, podendo receber mais R\$15,00 por cada filho de até 15 anos de idade, até três filhos, podendo alcançar um benefício total de até R\$ 95,00 por família. As famílias consideradas pobres recebem uma transferência monetária variável de até R\$ 45,00, sendo R\$ 15,00 por cada filho de até 15 anos de idade. As famílias têm toda liberdade na aplicação do dinheiro recebido (SILVA, 2004, p. 128).

O Programa Bolsa Família tem o foco principal, sendo o combate à fome, a pobreza e as desigualdades sociais por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso a direitos sociais como a saúde, educação, assistência social; promover a inclusão social, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

Diante do exposto, salientamos o conceito de vulnerabilidade de acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004,

[...] À população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras). (PNAS, 2004, p.33).

Este conceito de vulnerabilidade social para famílias que se encontram nessa condição, geralmente esses indivíduos não possuem emprego ou quando possuem são trabalhos autônomos, sem vínculos empregatícios, temporários, enfim, a renda familiar é muito pouca para garantir o sustento de toda a família. Sendo que grande parte das famílias vivem somente com um ou dois salários mínimos, que mal dá para suprir suas necessidades básicas. Portanto, a família que se encontra nessa situação está numa insegurança social, de ausência de proteção social e que necessita de políticas mais afirmativas.

O Programa Bolsa Família tem como objetivo de combater a pobreza por alguns meios, considera que,

Transferência direta de renda às famílias, que permite o alívio imediato da situação de pobreza; Ampliação do acesso a serviços públicos que representam direitos básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, por meio das condicionalidades, contribuindo para as famílias rompam o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza; Coordenação com outras ações e com outros programas dos governos, nas suas três esferas, e da sociedade, de modo a apoiar as famílias para que superem a situação de vulnerabilidade e pobreza. (BRASIL, 2014, p. 5).

Para Pereira (1996), a pobreza absoluta se caracteriza pela ausência e privação de requerimentos mínimos necessários para manter a vida ou a subsistência de pessoas a essa condição. Constituindo-se assim, em uma categoria ao contrário da pobreza relativa. Com isso há implicações político ideológicas na resposta e ações do Estado na superação da pobreza.

Conforme Senna (2007), um dos pontos mais complexos a ser enfrentado pelo Programa Bolsa Família (PBF) é a construção de critérios e mecanismos de seleção, incluindo ou excluindo grupos familiares que estão em vulnerabilidade social, segundo o grau de pobreza por renda per capita. A autora, afirma também que outro desafio de programas focalizados como o PBF diz respeito à forma de seleção dos beneficiários. No caso deste programa, as famílias são selecionadas com base nas informações inseridas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Para ter acesso ao Programa Bolsa Família é necessário estar registrado no Cadastro Único, de acordo com a afirmação do autor, argumenta que,

Cadastro Único é um banco de dados, operado pelo MDS, que contém as informações sobre todos os participantes de programas sociais estatais e sobre possíveis candidatos a esses programas. O registro pressupõe uma entrevista feita pela equipe municipal com a família para identificar suas necessidades, especialmente baseada na sua renda. A equipe verifica e documenta as condições de vida da família. (KUNNEMAN 2009, p. 43).

Cabe ressaltar que a porta de entrada do Programa Bolsa Família é o cadastramento das famílias pobres no Cadastro Único ou CadÚnico, função atribuída às prefeituras municipais. Tal atribuição é uma das mais importantes, na medida em que o alcance dos objetivos de redução da pobreza e da desigualdade social depende do cadastramento das famílias que realmente se enquadrem no perfil estabelecido para o programa.

Sendo assim, é importante ressaltar que o cadastro no CadÚnico não significa a entrada dessas famílias no Programa Bolsa Família. Portanto, o critério principal para a inserção no programa é a situação econômica, a renda per capita da família é o que determina a entrada ou não no Programa Bolsa Família (PBF).

Segundo os dados do MDS (2006), diz que a Renda per capita; Quando algum componente da família obtém renda tanto por carteira assinada, aposentadoria outras fontes de remuneração, e a mesma forem associadas ao programa, assim que identificada pelo município, a mesma ultrapassar a per capita de 140,01, será excluída do programa. O Bolsa Família tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

Então para a autora, gerando uma focalização nas famílias, afirma que,

“Dissemina-se a ideia de que os programas sociais tem maior possibilidade de aperfeiçoar recursos quando passam a focar a família ao invés do indivíduo”. (SENNÁ, 2007, p.89).

Vale ressaltar que o Programa Bolsa Família rompe com a ideia tradicional de família nuclear e na própria Lei 10.836/04 que o institui traz o seguinte conceito que consta no artigo 2 parágrafo 1º;

De acordo com Brasil (2006) diz que, família como unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob um mesmo teto que se mantém pela contribuição dos seus membros.

Senna (2007) ressalta ainda, que diferentemente dos programas de transferência de renda anteriores, que excluía as famílias sem filhos, gestantes ou nutrízes, o Bolsa Família amplia, em termos, o seu alvo de atendimento, permitindo o acesso destes tipos de família ao Programa.

[...] Importante salientar que se trata ainda de uma perspectiva restritiva, haja vista que o acesso das famílias sem filhos é somente permitido àquelas que estiverem em situação de extrema pobreza. Sobre este ponto [...], talvez o principal problema seja o baixo valor do corte de renda para extrema pobreza (SENNÁ, 2007, p. 89).

A unidade beneficiária do Programa é o grupo familiar, que é representado preferencialmente pela mãe. Assim, entendemos que a família é o primeiro espaço de

socialização de um indivíduo. Todavia, é importante ressaltar que as famílias incluídas no Programa Bolsa Família são preferencialmente as que se encontram em condições socioeconômicas abaixo da linha da pobreza. A família tem o papel essencial de assegurar o cumprimento das condicionalidades²⁴, entretanto cabe ao Estado também cumprir com suas obrigações e deveres em promover serviços para a população nas áreas da saúde e educação. Esse programa tem critérios de inclusão, de seleção e algumas condicionalidades impostas.

A autora, salienta sobre o acompanhamento das condicionalidades, diz que,

O acompanhamento das condicionalidades está previsto em lei para ser realizado de forma descentralizada, onde cada esfera de governo assume responsabilidades, apesar de existir essa legislação “é sobre o município que recai a maior parte das responsabilidades de oferta de serviços e de gestão do acompanhamento do cumprimento das obrigações das famílias beneficiárias” (SENNA, 2007, p.89).

Os autores dizem que o Programa tem um alvo, e apontam os efeitos das condicionalidades, relatam que,

O programa tem um alvo principal que é o combate à pobreza, mas seus efeitos e condicionalidades são imensos, revelando assim um potencial importante para uma série de transformações sem as quais a promessa de um país moderno e democrático não poderia ser cumprida nas condições atuais: seus impactos atingem não apenas a camada pobre e menos favorecida da população em geral, mas mais precisamente as relações de gênero e suas consequências, tais como a estrutura familiar, o escasso horizonte educacional dos filhos, os déficits nutricionais das crianças e a inclusão cívico-política dos beneficiários. (REGO e PINZANI, 2013, p. 214).

Segundo Brasil/MDS (2014) as condicionalidades são os compromissos nas áreas da Educação, da Saúde e Assistência Social assumidos pelas famílias e que precisam ser cumpridos para que elas continuem a receber o benefício do Bolsa Família. Condicionais do PBF na Educação: frequência escolar, Saúde: acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento, Assistência Social: frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços socioeducativos. O objetivo das condicionalidades não é punir as famílias, mas responsabilizar de forma conjunta os beneficiários e o poder público, que deve

²⁴ Condicionais são as exigências do programa para que a família receba o benefício. Além disso, elas são compromissos que as famílias assumem junto ao governo federal e são de fundamental importância para a manutenção do programa. As condicionalidades são na área de Saúde e Educação e devem ser cumpridas para que o benefício não seja cancelado, bloqueado ou suspenso. Elas são de fundamental importância e devem exigir a atenção das famílias beneficiárias. (MDS, 2004).

identificar os motivos do não-cumprimento das condicionalidades e implementar políticas públicas de acompanhamento para essas famílias.

As condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) são os compromissos que as famílias devem cumprir para a manutenção do benefício, configuram-se também como responsabilidades do Estado na oferta de serviços que possibilitem o acesso das famílias. Estas condicionalidades situam-se nas áreas da educação, saúde e assistência social (BRASIL/MDS, 2014).

O acompanhamento das condicionalidades é realizado por meio da parceria do Ministério do Desenvolvimento Social, dos Estados e municípios, sendo as mesmas as seguintes:

Na saúde,

Criança menores de 7 anos devem estar com o calendário vacinal em dia e ter o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento; Gestante devem fazer consultas de pré-natal, pelo calendário do Ministério da saúde. (BRASIL, 2014, p.10).

Na educação,

Todas as crianças e os adolescentes de 6 a 15 anos das famílias beneficiárias devem estar matriculados na escola e ter frequência mínima de 85% das aulas; Jovens de 16 a 17 anos devem estar matriculados na escola e ter frequência mínima de 75% das aulas. (BRASIL, 2014, p.10).

Na assistência social,

São para crianças e adolescentes com idade de 0 a 15 anos: Participação em serviços socioeducativos; Participação em serviços de convivência; Participação em serviços de fortalecimento de vínculos. São necessárias para que a criança ou o adolescente se torne uma pessoa mais integrada à sociedade, à família e à comunidade na qual está inserida. (BRASIL, 2014, p.10).

As famílias que descumprirem os compromissos assumidos com o Programa Bolsa Família podem sofrer efeitos gradativos, que vão desde Advertência, Bloqueio, Suspensão até o Cancelamento do Benefício. As famílias que tiverem interrupção do pagamento do Bolsa Família devido a descumprimento de condicionalidade deverão procurar o CRAS-Centro de Referência de Assistência Social de sua localidade.

Segundo Brasil/MDS (2014) o que acontece com as famílias que descumprem os compromissos do Bolsa Família, os efeitos dos descumprimentos são:

- Advertência: a família é comunicada de que algum integrante deixou de cumprir condicionalidades, mas não deixa de receber o benefício.
- Bloqueio: o benefício fica bloqueado por um mês, mas pode ser sacado no mês seguinte junto com a nova parcela.
- Suspensão: o benefício fica suspenso por dois meses, e a família não poderá receber os valores referentes a esse período;
- Cancelamento: a família deixa de participar do PBF.

Segue a figura abaixo explicando passo a passo os efeitos dos descumprimentos.

Figura 2 – Efeitos dos descumprimentos do Programa Bolsa Família.



Fonte: BRASIL. MDS. PBF.

As famílias em descumprimento são notificadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social, por meio de cartas e mensagens no extrato de pagamento, recomendando que procurem a gestão do PBF no município, em caso de dúvidas. As cartas indicam o integrante da família que descumpriu algum dos compromissos (se foi relacionado à área de saúde ou de educação) e o efeito aplicado. A correspondência também relembra ao Responsável Familiar (RF) quais são as condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Segundo Silva (2016), as condicionalidades são uma das áreas do Programa Bolsa Família que tem gerado polemias, a autora traz concepções sobre as condicionalidades no Brasil, sendo a condicionalidades enquanto o acesso e

ampliação de direitos, enquanto negação de direitos e também na questão política e conservadora.

O Programa Bolsa Família caracteriza-se como um Programa de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) e integra hoje o Plano Brasil Sem Miséria, criado pela atual presidente Dilma Rousseff. O programa apresentando critérios de elegibilidade e condições para permanência e manutenção do benefício. Assim como muitos programas existentes no mundo, o PBF também busca combater à pobreza e à extrema pobreza, e este objetivo materializa-se dentro de três eixos apontados pelo MDS (2014);

a) promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda às famílias; b) reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento de condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; e c) coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Programa consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. São exemplos de programas complementares: programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos. (MDS, 2014).

Segundo MDS (2018) quem pode receber o Bolsa Família são aquelas famílias que se encontram em situação de extrema pobreza ou de pobreza. Sendo que: **Situação de extrema pobreza:** Renda per capita de até R\$ 89,00. Todas as famílias nessa faixa de renda poderão receber o benefício.

Situação de pobreza: Renda per capita de R\$ 89,01 a R\$ 178,00. Só receberão as famílias que possuírem menores de idade ou gestantes na composição familiar. O benefício do Programa Bolsa Família pode variar muito, existem vários tipos de benefícios: benefício básico: Valor de R\$ 89,00 mensais pagos a famílias em situação de extrema pobreza; benefício variável: Valor de R\$ 41,00 pago a todos que estão dentro dos critérios para o recebimento.

De acordo com os dados do MDS (2018) o benefício variável se divide em: benefício variável de 0 a 15 anos: para quem tem criança e adolescente de 0 a 15 anos na casa; benefício variável à gestante: para quem possui grávida na casa; benefício variável nutriz: para quem possui mulher amamentado na casa; benefício variável jovem: Valor de R\$ 48,00 pago a todas as famílias que podem receber o benefício e que possuem adolescentes ou jovens de 16 e 17 anos na residência e benefício para superação da extrema pobreza: Valor variável pago a famílias em

situação de extrema pobreza. Ele varia de acordo com o cálculo da renda per capita da família junto com o benefício já recebido pelo Bolsa Família.

Segundo MDS (2018) O Calendário do Programa Bolsa Família é uma lista de datas fornecida pela Caixa Econômica Federal na qual consta a data de liberação do benefício para as famílias. Essa data é dada pelo final do número do NIS, constante no cartão do benefício ou no Cartão do Cidadão. Esse calendário está disponível na Caixa Econômica Federal, nas lotéricas federais em todos os Estados e Municípios.

Segundo a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), órgão do MDS responsável pelo programa, o Bolsa Família tem entre seus principais objetivos: aliviar a pobreza de forma imediata, por meio da transferência direta de renda às famílias; contribuir para a redução da pobreza entre gerações, por meio do acompanhamento das condicionalidades; e apoiar e desenvolver as famílias por meio da articulação com programas complementares. Assim, os objetivos do PBF apresentam além de um caráter emergencial, por se constituir em programa que transfere diretamente os benefícios às famílias, mas também de longo prazo por exigir contrapartidas que garantam aos beneficiários direitos sociais mínimos, como educação e saúde, que contribuem para o desenvolvimento de capital humano entre as famílias pobres (MDS, 2008a).

Como já foi mencionado antes em algumas falas de autores sobre o Programa Bolsa Família, um programa de transferência de renda que atende as famílias pobres e extremamente pobres. Esses programas vieram com o propósito de garantir a possibilidade de uma vida digna para aquelas famílias que se encontram na pobreza.

No próximo subtítulo iremos pontuar algumas questões dos procedimentos para o Desligamento Voluntário e o Retorno Garantido. De que maneira o beneficiário pode estar pedindo o desligamento do Programa Bolsa Família.

2.4.1 Procedimentos para o “Desligamento Voluntário e o Retorno Garantido”

O desligamento voluntário e o retorno garantido possibilita que as famílias que tiveram o aumento de renda solicitem o desligamento do programa Bolsa Família, ato que lhes garante o retorno facilitando ao programa caso percam a renda e voltem à situação de pobreza ou extrema pobreza.

Conforme os autores, apontam o tempo de permanência das famílias no programa, diz que,

“O tempo de permanência das famílias beneficiárias nos programas e seu desligamento tem sido apontado como questões problemáticas relevantes enquanto predominaram os programas municipais e estaduais”. (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2014, p. 224).

Segundo os autores Silva; Yazbek; Giovanni, (2004) diz sobre as críticas, é considerada uma forma reveladora de inserções mínimas de consumo, cumprindo “uma função meramente compensatória [...] incapaz de alcançar um nível de dignidade humana de real inclusão e participação social” (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004). O foco da crítica é a viabilização das “portas de saída” acenadas no PBF mediante sua articulação com políticas estruturantes de trabalho e renda.

Diante da fala dos autores citados acima, o ser humano não pode chegar a um nível mais elevado, uma condição de sobrevivência. Não pode se quer sair da pobreza, para continuar no programa. A mesma forma que o Programa Bolsa Família te inclui ele também te exclui colocando alguns critérios para permanecer dentro dele, condições de extrema pobreza.

De acordo com (CASTEL, 2012, p. 568-569). [...] a exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade. Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas [...]

Os “excluídos” são, na maioria das vezes, vulneráveis que estavam “por um fio” e que caíram. Mas também existe uma circulação entre essa zona de vulnerabilidade e a da integração, uma desestabilização dos estáveis, dos trabalhadores qualificados que se tornam precários, dos quadros bem considerados que podem ficar desempregados (CASTEL, 2012, p. 568-569).

Sendo a pobreza um fenômeno social que não nos pode deixar indiferentes, convém definir o que é a pobreza,

(...) situação de privação resultante de falta de recursos. Esta definição tem duas partes que interessa sublinhar: privação e falta de recursos, termos entre os quais existe uma relação de causa e efeito. (COSTA, 2007, p. 27).

Segundo Costa (2007) diz que, a falta de recurso podem afetar os indivíduos, até mesmo em aspectos da sua personalidade. Em suas necessidades básicas: alimentação, vestuário, condições habitacionais, transportes, comunicações, condições de trabalho, possibilidades de escolha, saúde e cuidados de saúde, educação, formação profissional, cultura, participação na vida social e política, etc. A falta de recursos impedirá, naturalmente, ou limitará fortemente, o acesso ao mercado de bens e serviços.

Para os autores Lessa, Tonet (2008), por meio do trabalho, os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, mas também lançam as bases para que se construam como indivíduos. A partir do trabalho, o ser humano se faz diferente da natureza, um ser social, pelo fato da capacidade de criar ideias ou seja a evolução humana.

Na mesma direção, a autora defende o trabalho como categoria fundante da vida humana, argumenta que,

Por meio do trabalho o homem se afirma como ser criador, não só como indivíduo pensante, mas como indivíduo que age consciente racionalmente. Sendo o trabalho uma atividade prático-concreta e não só espiritual, opera mudanças tanto na matéria ou no objeto a ser transformado, quando no sujeito, na subjetividade dos indivíduos, pois permite descobrir novas capacidades e qualidades humanas (IAMAMOTO, 2009, p.60).

Por outro lado, a própria natureza contraditória das relações sociais fundadas sob o mundo do capital e a realidade presente que evidencia, como anota o autor, considera que,

“Um novo ciclo de demolição do trabalho em escala global”, inviabilizam expectativas mais consequentes nessa direção, evidenciando que em tais circunstâncias históricas, “portas de saída” se revelam uma dificuldade estrutural. (ANTUNES, 2009, p. 3).

De acordo com a autora Silva e Silva (2016) as famílias beneficiárias do PBF que não mais necessitam receber o benefício e desejam solicitar o desligamento voluntário do programa, deverão procurar o Gestor Municipal e manifestar expressamente sua decisão de se desligar do Programa. Essa manifestação é feita por meio de uma declaração escrita, assinada pelo Responsável da Unidade Familiar (RF). A família que solicitar e tiver o benefício cancelado pelo motivo de “Desligamento voluntário”, mas que posteriormente necessite do benefício do PBF novamente tem a garantia de retornar imediatamente ao Programa.

As autoras ressaltam alguns critérios sobre o desligamento do Programa Bolsa Família, diz que,

O desligamento do PBF, portanto, ocorre pelo não atendimento aos critérios de renda, condição de pobreza e de extrema pobreza, e pelo descumprimento de condicionalidades, ocorrendo também o que é denominado de desligamento voluntário quando as famílias beneficiárias procuram o Gestor Municipal e informam não mais necessitar do benefício. Essa decisão deve ser apresentada por uma declaração escrita dirigida ao Gestor Municipal do Programa Bolsa Família e assinada pelo responsável pela Unidade Familiar, comunicando que a família não mais necessita receber o benefício e que deseja solicitar o desligamento voluntário do programa. (SILVA e LIMA, 2016, p. 81).

Segundo o Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (2011) sobre o desligamento voluntário, o gestor municipal deverá:

- a) anexar a declaração de solicitação de desligamento voluntário assinada pelo RF ao seu formulário do Cadastro Único;
- b) atualizar os dados da família do Cadastro Único, em especial o campo renda;
- c) cancelar o benefício do PBF apenas no Sistema de Benefícios ao Cidadão (Sibec), pelo motivo "Desligamento voluntário". (MDS, 2011, p. 01)

Vale destacar que o gestor municipal não deve excluir o cadastro da família, deve apenas cancelar o benefício do PBF no Sibec. Sendo assim, o cartão magnético do PBF deverá permanecer em poder do beneficiário, ou seja, o gestor municipal não poderá reter o cartão, ainda que o benefício seja cancelado.

De acordo com Silva e Lima (2016) diz que; no caso de desligamento voluntário, a família que venha necessitar, posteriormente, do benefício, apenas precisa procurar o setor responsável pelo PBF no município para atualizar o cadastro. Essa simples ação dá a oportunidade a outra família de participar do Programa. Poucas famílias tomam essa decisão por achar que não poderão mais nunca fazer parte do Programa ou que a qualquer momento podem voltar à condição anterior de vulnerabilidade social.

Antes de tudo, o desligamento voluntário ajuda também o Governo Federal a identificar as famílias que tiveram melhorias e como o programa favoreceu nessa melhoria vivenciada pela família. O desligamento voluntário depende exclusivamente de uma decisão do Responsável Família. Ninguém pode obrigar a família a fazer o desligamento voluntário. Como o nome já diz, o desligamento é uma ação voluntária do Responsável Familiar.

De acordo com os dados do MDS (2011) Desligamento Voluntário; A medida assegura, a qualquer momento dentro do prazo de 36 meses, o retorno imediato de famílias que tenham se desligado voluntariamente do PBF por não necessitarem mais do benefício financeiro. Uma normativa lançada em 2011, por introdução operacional nº 48 que orienta como prosseguir.

Segundo MDS (2011), o procedimentos para o retorno garantido, as famílias que solicitarem e tiverem o benefício cancelado, pelo o motivo “Desligamento Voluntário”, mas que necessitarem voltar a ser beneficiárias do Programa Bolsa Família, o Gestor Municipal devesse atualizar os dados da família no Cadastro Único, em especial no campo onde atualiza a renda.

A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc/MDS) novas regras para a reversão de cancelamento de benefícios e criou mecanismos para incentivar o desligamento voluntário das famílias que não necessitem mais receber o benefício financeiro do PBF.

Diante do contexto, o MDS afirma que caso precisem novamente do benefício em algum momento, as famílias que tiverem saído do Bolsa Família voluntariamente terão a garantia de retorno imediato ao Programa. A orientações sobre o assunto constarão de Portaria e Instrução Operacional a serem publicadas em breve. A Instrução Operacional nº 48, de 13 de outubro de 2011, normatiza os procedimentos a serem adotados para o Retorno Garantido, além de trazer novas regras de reversão de cancelamento de benefícios.

Então nesse procedimento, foram criadas novas regras para a reversão de cancelamento de benefícios. O gestor municipal terá maior prazo para realizar a reversão de cancelamento, o que confere mais agilidade à solução de problemas de benefícios cancelados e evita prejuízos aos beneficiários.

No caso do retorno garantido, rápido e fácil. De acordo com MDS novas regras para a reversão de cancelamento a reversão será feita pelo gestor municipal, que terá prazo maior para a reversão de cancelamento. Isso dará mais agilidade ao processo, minimizando possíveis prejuízos aos beneficiários do Programa.

Então de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), caso o beneficiário volte a situação de pobreza, tem o retorno garantido ao programa. Assim quando não precisarem mais do Programa (PBF) se desligam e quando precisarem retorne ao Programa de combate à fome e a pobreza no Brasil.

3 A POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL E FAMILIA

Figura 3 – Identidade Visual da Conferência de Assistência Social.
"Garantia de direitos no fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social"



Fonte: BRASIL. MDS.

Esta segunda seção tem como finalidade abordar as principais discussões teóricas da Política de Assistência Social. Este item dedica-se a entender o processo histórico pelo qual se desenvolveu a assistência social no Brasil, devendo considerar a dois vetores que a orientam, ora à manutenção das práticas tradicionais, ora à sua ampliação enquanto direito social e trazendo um foco central a importância das famílias dentro das políticas públicas.

E um breve histórico do surgimento do Serviço Social no Brasil, a igreja católica teve um papel muito importante no surgimento da profissão de serviço social, que começou como caridade na trajetória da ajuda aos necessitados. Para essa elaboração foram utilizadas como referencial teórico as obras dos autores: Santos (1983), Castro (2006), Silva (1995), Cotrim (1994), Fehlberg (2009), Estevão (2005), Martinelli (2000), Montañó (2009), Iamamoto (2011), Freitas (2011), Forti (2013), Carvalho (2008) e outros citados no decorrer do trabalho.

3.1 O Serviço Social no Brasil e as intervenções com as famílias

No Brasil o Serviço Social começou a ganhar espaço, por volta da década de 1930, diante de uma longa condição histórica economicamente limitada e crises

advindas dos setores político, social e religioso. Tem suas origens na primeira metade do século XX, com suas raízes cristãs de assistencialismo, a igreja Católica controlava todo processo de ajuda ao próximo e benefícios aos menos favorecidos, sendo patrocinada pela ordem burguesa.

O autor relata sobre o Serviço Social, afirma que,

O Serviço Social é uma profissão que carrega em sua gênese fundamentos embasados na filantropia e no assistencialismo, conforme a teoria burguesa positivista prega trazendo ações pleiteadas no formato da ajuda e caridade. Ao realizar uma análise mais profunda acerca da trajetória histórica da profissão, se entende porque esta prática conservadora e tradicional ainda se perpetua nos dias atuais, apesar de que o movimento de ruptura torna-se cada vez mais claro, tendo em vista que o assistente social assume o seu papel enquanto trabalhador assalariado, o que toma “o único elemento diferenciador entre os “antecedentes” e o Serviço Social profissional”. (MONTAÑO, 2009, p. 30).

Segundo Iamamoto (2011), a gênese do Serviço Social no Brasil, enquanto profissão na divisão social do trabalho das grandes mobilizações da classe operária na décadas do século XX, tendo o debate da “questão social”, que a sociedade nesse período passa por várias expressões, exige um posicionamento do Estado, da classe dominantes e da Igreja.

A autora pontua o debate da questão social, diz que,

O debate sobre a 'questão social' atravessa toda a sociedade e obriga o Estado, as frações dominantes e a Igreja a se posicionarem diante dela". A Igreja Católica torna-se fundamental na abertura das duas primeiras escolas de Serviço Social: a Escola de Serviço Social de São Paulo, em 1936 e a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, em 1937, sendo essas duas escolas as pioneiras do Serviço Social no Brasil. (IAMAMOTO, 2004, p. 18).

De acordo com Freitas (2011) a história do Serviço Social no Brasil, sobre o começo da profissão, como aconteceu o seu desenvolvimento, práticas profissionais e os princípios fundamentais do Serviço Social, diz que,

O início da profissão no Brasil, marcado por aspectos como o desenvolvimento do capitalismo, influência da Igreja e importação de modelos europeus e norte-americanos para a prática profissional, deixa nítido que o agir profissional estava hegemonicamente direcionado para ações que visavam prioritariamente "amenizar" os efeitos das relações sociais desiguais sem, entretanto, questionar o sistema no qual se criam e reproduzem tais desigualdades. A intervenção nos espaços financiados pelo Estado também se orientava pelo conceito de filantropia, uma vez que a assistência social era considerada benefício do Estado, e não direito do cidadão, e o profissional agia orientado pela perspectiva de repassar benefícios. (FREITAS, 2011, p. 2).

Segundo Lima (1987), surge assim no Brasil, o movimento católico leigo, onde o Serviço Social aparece como um departamento que fica sob os cuidados da Ação Católica: “A Ação Católica era um movimento de colaboração dos leigos no apostolado da Igreja, visando desenvolver sua missão de evangelização.” (LIMA, 1987, p. 33).

O processo que se faz necessário destacar está vinculado à busca pela recuperação da hegemonia ideológica da Igreja Católica, através do fortalecimento da Ação Católica Brasileira (ACB).

Conforme a autora, o Serviço Social como Profissão, cita que:

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no ‘mundo temporal’, nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa (IAMAMOTO, 2011, p. 18).

Vale ressaltar que o aparecimento do Serviço Social, no início da década de 1930, com a mobilização, pela igreja, do movimento católico leigo, emergindo, assim, o Serviço Social como um departamento especializado da Ação Social, embasado em sua doutrina social.

O principal acontecimento da década de 1930, relacionado ao Serviço Social foi à fundação do primeiro Centro de Estatuto e Ação Social de São Paulo (CEAS), em 1932, considerado como manifestação original do serviço social no Brasil. Essa instituição aparece como condensação dos setores da Ação Social e Ação Católica.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2008) essas instituições surgem dentro do movimento de reação católica e visam atender algumas demandas do processo de desenvolvimento capitalista. Essas ações podem ser consideradas como o embrião do Serviço Social brasileiro.

A importância dessas instituições e obras, e de sua centralização, a partir da cúpula da hierarquia, não pode ser subestimada na análise da gênese do Serviço Social no Brasil. Se sua ação concreta é limitada, se seu conteúdo é assistencial e paternalista, será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitirão a expansão da Ação Social e o

surgimento das primeiras escolas de Serviço Social (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 167).

Tem-se, assim, o início do “Curso Intensivo de Formação Social para Moças” promovido pelas Cônegas de Santo Agostinho, os autores mencionam que,

O principal objetivo do CEAS era “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais” [...] (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011, p 178).

Na década 1932 foi ministrado o curso intensivo de filantropia para formação social de moças, promovido pelas cônegas de Santo Agostinho, a criação de uma organização que atendesse os necessitados. As trabalhadoras sociais da época eram moças ricas e de famílias que lidavam diretamente com proletariado da época. Assim o Serviço Social era adaptar o homem ao convívio social, trabalhadoras sociais trabalhavam com as famílias e faziam sua intervenção na sociedade, essas trabalhadoras sociais ainda agiam dentro das próprias empresas da família.

Para Castro (2011), Surge o Centro de Estudos e Ação Social – CEAS,

O CEAS foi o considerado como o embrião da profissionalização do Serviço Social no Brasil [...] o trabalho de organização e preparação dos leigos se apoia numa base social feminina de origem burguesa, respaldada por Assistentes Sociais belgas que ofereceram a sua experiência para possibilitar a fundação da primeira escola católica de Serviço Social (CASTRO, 2011, p. 102).

Portanto, o Serviço Social em sua “fase inicial”, as expressões da questão Social, o autor ressalta que,

O Serviço Social é pautado num posicionamento moralizador em face das expressões da “questão social”, “captando o homem de maneira abstrata e genérica, configurou-se como uma das estratégias concretas de disciplinamento e controle da força de trabalho, no processo de expansão do capitalismo monopolista” (FORTI, 2013, p. 99).

O Serviço Social brasileiro passou por diversas transformações ao longo das últimas décadas. Essas transformações implementadas pelo capital, para a manutenção de sua hegemonia, colocam desafios constantes e cada vez mais complexos aos assistentes sociais, que precisam a todo o momento criar estratégias

de intervenção que materializem a construção profissional histórica de emancipação da classe trabalhadora.

O Serviço Social é uma profissão de caráter interventivo e investigativo inserida na divisão sócio técnica do trabalho tendo como objeto de intervenção as manifestações da questão social, considera-se que a “[...] investigação e a intervenção [...] compreendem a dialética do modo de ser da profissão.” (GUERRA; BRAGA, 2009, p. 703).

A trajetória do Serviço Social no Brasil revela como, ao longo de setenta anos, o campo da formação dos assistentes sociais passou por mudanças marcantes, que carecem ainda de estudos aprofundados acerca da relação entre a dinâmica interna à profissão e os processos sócio históricos, particularizadas, nesse período, pelas políticas públicas, pela esfera da cultura e pela educação superior (ALMEIDA, 2009, p. 638).

Articulação dessas duas dimensões no exercício profissional do Assistente Social, permiti-o pensar e analisar o contexto de seu objeto de intervenção, identificar os limites e possibilidades de sua ação profissional e propor estratégias de intervenção.

Tal como menciona Battini (2009) ação investigativa, diz que,

Com base na ação investigativa, o trabalho profissional poderá transcender o objeto real, configurando-o em objeto científico, o que propiciará a indicação de mecanismos para novas articulações nos processos que determinam a mudança do limite para além do imediatamente dado; possibilitará ainda a construção de um marco teórico representativo de intervenção, abrindo caminhos estratégicos viabilizadores da transformação social. (BATTINI, 2009, p.73).

É no contexto das mudanças ocorridas nas relações sociais, que o Serviço Social tem a tarefa de decifrar as novas demandas da realidade. Diante de tal contexto, busca-se repensar a profissão do assistente social sob um olhar mais crítico, um novo posicionamento que vise dar respostas às demandas sociais impostas decorrentes da ofensiva neoliberal e do capitalismo operante.

Iamamoto e Carvalho (2011), a profissão de serviço social, ao passar a defender e a se comprometer com os interesses da classe trabalhadora, passou a buscar fundamentação teórica para além das doutrinas católicas, a fim de compreender a realidade contraditória, passou, então, a produzir novos

conhecimentos. Vale destacar outro ponto fundamental do Serviço Social sendo as intervenções com as famílias.

O Serviço Social será determinado por uma ação moral da família operária, atuando principalmente com mulheres e crianças. A atuação aqui não se caracteriza apenas por exercer a caridade, mas se configura principalmente como forma de intervenção ideológica na vida das famílias da classe trabalhadora.

Como demonstra Iamamoto (2013) os efeitos dessa atuação são essencialmente políticos: “o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais”.

Diferenciado da caridade tradicional, vista como mera reprodução da pobreza, o Serviço Social propõe uma ação educativa entre a família trabalhadora, numa linha não apenas curativa, mas preventiva dos problemas sociais. Distingue-se também da assistência pública, que, desconhecendo a singularidade e particularidade dos indivíduos, produz respostas não diferenciadas aos ‘problemas sociais’. [...] Desconhecendo o caráter de classe dos antagonismos sociais, os efeitos desses antagonismos são considerados motivos relevantes para um tratamento socioeducativo da ‘clientela’, tratamento esse de cunho doutrinário e moralizador, amplamente haurido no senso comum da classe de origem desses profissionais (IAMAMOTO, 2013, p. 23).

De acordo com Faleiros (2008), o processo de intervenção na particularidade do Serviço Social, é fundamental as intervenções nas condições de vida e de trabalho, à formação da identidade individual e coletiva.

A família é de grande relevância para o Serviço Social, pois se entende que a família não é algo natural, é uma instituição social, construída através de um processo histórico, econômico, os papéis sociais atribuídos a cada membro do núcleo familiar. Diante dos impactos econômicos da sociedade contemporânea, tais como: desemprego e diminuição de políticas sociais, sendo que acabam atingindo diretamente as famílias, principalmente as mais empobrecidas que necessitam das políticas sociais que venham atender suas necessidades.

Conforme a Política Nacional da Assistência Social identifica-se que,

[...] são funções básicas da família: prover a proteção e a socialização de seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais, de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. (PNAS, 2004, p. 29).

A família independente de sua estrutura, também deve ser cuidada e protegida. Sendo assim, os profissionais que intervêm no núcleo familiar devem

apresentar comprometimento ético com a profissão e com o usuário a quem presta seu trabalho. Nessa perspectiva, o profissional tem que trabalhar pautado nos princípios do Código de Ética, defendendo o usuário e os direitos que lhe são garantidos por Lei.

O Código de Ética do Assistente Social de 1993 com seus valores ético-políticos direcionado a identidade profissional do assistente social na luta pela defesa dos direitos humanos. O respeito à dignidade humana exige que alguns direitos sejam efetivados e protegidos para a pessoa. São fundamentais para o pleno exercício da cidadania os direitos políticos, sociais e civis fundamentais como direito a vida, à liberdade, à igualdade, à saúde, à educação, à moradia, a um trabalho.

O grande desafio hoje para a maioria dos países é a proteção e efetivação dos direitos humanos.

Não basta afirmar os direitos sem que as pessoas possam gozar deles na prática. É indispensável a existência de instrumentos de garantia, para que os direitos não possam ser ofendidos ou anulados por ações arbitrárias de quem detiver o poder econômico, político ou militar. (DALLARI, 2004, p. 96).

Um das suas estratégias usadas pelos profissionais sendo a visita domiciliar, a intervenção com os usuários e de suma importância. É necessário compreender que a visita domiciliar proporciona a aproximação a uma realidade complexa. Esse profissional para conhecer cada realidade exposta, precisa fazer uma análise de conjuntura, tendo essa capacidade de analisar, tendo uma compreensão de fazer o processo de cada caso, cada demanda da realidade dessas famílias.

O autor relata sobre a visita domiciliar, diz que,

A visita domiciliar é realizada pelo assistente social e precisa ser pautada pelos princípios éticos, assim “as capacidades humanas desenvolvidas pela práxis fundam a possibilidade de o ser social se objetivar como um ser ético.” Afirma (BARROCO, 2010, p. 57).

Os autores mencionam que o usuário, quando procura um serviço, geralmente é portador de uma necessidade material ou social, apontam que,

Sabemos que o atendimento dessas necessidades é realizado de forma setorializada, fragmentada, como se o indivíduo fosse um somatório de necessidades a serem satisfeitas, cada uma delas pela superposição de instituições específicas. Sabemos igualmente que, no caso brasileiro, o atendimento a estas necessidades é pulverizado e individualizado,

requerendo sempre uma seleção ou triagem que confirme o mérito ou validade do pedido de atendimento. (NETTO e FALCÃO, 2000, p. 54).

Essa demanda requer mediação, do profissional, entre as necessidades básicas e as possibilidades institucionais. Sendo um processo de passagem da situação de excluído para a de exclusão, em um serviço ou acesso. Sobre a mediação, sendo um processo que implica no compromisso dos Assistentes Sociais, um conjunto de atividades com o usuário, trazendo sua identidade, autonomia e reconhecimento.

Segundo Paulo Netto e Falcão (2000), a mediação é um instrumento de que o Assistente Social se utiliza no seu fazer profissional, inserida tanto nas demandas, quanto nas práticas sociais.

No âmbito do Serviço Social, os processos de atenção às famílias, fazem parte da história da profissão. Segundo Neder (1996), os assistentes sociais são os únicos profissionais que têm a família como objeto de intervenção durante toda sua trajetória histórica, ao contrário de outras profissões.

Para o autor, relata sobre o objeto de intervenção, diz que,

O objeto da intervenção do Serviço Social, se constrói na relação sujeito/estrutura e na relação usuário/instituição, em que emerge o processo de fortalecimento do usuário diante da fragilização de seus vínculos, capitais ou patrimônios individuais e coletivos. (FALEIROS, 2008, p. 44).

Para Goldani (2005), as políticas referidas às famílias são aquelas que através de um conjunto de normativas e instrumentos buscam fortalecer as suas funções sociais tendo em conta sua estrutura, suas características ou a demanda de seus membros.

Na intervenção com famílias “o assistente social muitas vezes assume também o papel de educador e de psicólogo”. Procura intervir sempre de maneira a proteger a família, promovendo o seu bem-estar. No entanto, é necessário o Assistente Social observar, escutar, visitar a família. A intervenção domiciliar constitui-se na atualidade como um procedimento estabelecido entre beneficiário e profissional.

Segundo Djaoni (2008), a intervenção no domicílio deve respeitar um conjunto de princípios, valorizar a auto imagem da pessoa e ou família visitada; privacidade e respeito pelo espaço da pessoa. Segundo a autora, a visita domiciliar, diz que;

A visita domiciliar é um instrumento técnico-operativo que define como “uma prática profissional, investigativa ou de atendimento, realizada por um ou mais profissionais, junto ao indivíduo em seu próprio meio social ou familiar.” (AMARO, 2007, p. 13)

De acordo com Amaro (2007), a visita domiciliar como intervenção, precisamos de pelo menos três técnicas para desenvolver ao visitar a família, sendo a observação, a entrevista e a história ou relato oral. Essa visita como técnica se organiza mediante o diálogo entre o visitador e visitado, a partir do relatos do indivíduo.

Conforme as palavras da autora, Amaro (2007) é importante que o profissional fique atento aos mínimos detalhes durante a visita domiciliar. Não estou dizendo que é preciso chegar à casa do usuário investigando tudo como se fosse investigador, mas que fique atento a tudo, pois, nem tudo o que é explicitado corresponde à verdade dos fatos.

Mioto (2001), as visitas domiciliares, acontecem na residência dos sujeitos e visam conhecer as condições de vida, onde esse sujeito vivem em seu cotidiano, como a residência, bairro onde esse sujeito se localiza. Além da entrevista, da visita domiciliar e da observação realizada durante o processo de visita, os documentos gerados também são fundamentais para o conhecimento da realidade em questão.

Na área da Assistência Social, os profissionais realizam visitas domiciliares como uma de suas estratégias de intervenção. Uma vez que o foco dessa política é a proteção social ao indivíduo, as ações são voltadas para a prevenção de situações de vulnerabilidade e à população de baixa renda e de extrema pobreza.

De acordo com Mioto (2004), diz que o trabalho com a família é a parte do cotidiano dos assistentes sociais na área de intervenção, buscando uma quase totalidade. Apesar de uma grande tradição com as famílias, a ação dos assistentes sociais continuam sendo muito consideradas. No item seguinte, abordaremos a importância da família e suas novas configurações no cenário brasileiro.

3.1.1 A importância da Família

Diante do contexto, a família sendo a parte do cotidiano dos assistentes sociais, buscando a intervenção de forma precisa. Conceito de família e suas novas

configurações, modo como a família se revela ao longo da história na sociedade, essas modificações que foram ocorrendo em diferentes momentos históricos.

Em primeiro momento, se tratando de família, destacamos o conceito do autor, entende que,

A definição de família é, antes de tudo, uma descrição, mas que, na verdade, constrói a realidade social. Nesta definição, família é um conjunto de indivíduos aparentemente ligados entre si – seja pela aliança (o casamento), seja, pela filiação, seja mais excepcionalmente pela adoção (parentesco) – e vivendo sob o mesmo teto (coabitação) (BOURDIEU, 1993 apud Uziel, 2002, p.89).

Como colocado, a família seria um conjunto de pessoas que estão interligadas entre si, que além de viverem sobre o mesmo espaço no âmbito familiar, são responsáveis por construir esta realidade social no qual se encontram inseridos. Conforme a autora e importante destacar que,

Pensar a família como uma realidade que se constitui pelo discurso sobre si própria, internalizado pelos sujeitos, é uma forma de buscar uma definição que não se antecipe à sua própria realidade, mas que nos permita pensar como ela se constrói, constrói sua noção de si, supondo evidentemente que isto se faz em cultura, dentro, portanto, dos parâmetros coletivos do tempo e do espaço em que vivemos, que ordenam as relações de parentesco (entre irmãos, entre pais e filhos, entre marido e mulher). Sabemos que não há realidade humana exterior à cultura, uma vez que os seres humanos se constituem em cultura, portanto, simbolicamente” (SARTI, 2004. p. 14).

A família exerce um importante papel na reprodução da vida social, sendo fundamental para a manutenção econômica dos seus membros, atuando como uma rede de proteção.

Conforme a autora, sobre a rede de Proteção, considera que,

Estes laços de proteção se evidenciam principalmente nas famílias subalternas, resultando em famílias extensas e com uma razão: “há uma troca permanente de serviços, um apoio de todas as horas e para todos os problemas” (CARVALHO, 1997, p. 15).

Carvalho (1997) afirma que o ambiente familiar é o local onde deve existir harmonia, afetos, proteção, apoio uns aos outros de forma de confiança e segurança ao indivíduo. Tendo um conforto de bem-estar proporcionam a unidade familiar. A autora o que é família? Qual a sua importância na sociedade e o seu papel, ela definiu a família como,

Conceitua a família como: “uma instituição social fundamental, de cujas contribuições dependem todas as outras instituições, justifica-se dada a importância do tema para se entender a natureza das sociedades, tanto no presente como no passado”. (SAMARA, 1998, p.07)

Diante do exposto a família é considerada uma instituição responsável por promover a educação dos filhos e inserir no meio social. Esse papel da família é de fundamental importância no desenvolvimento de cada indivíduo. É no seio da família que são transmitidos os valores morais e sociais como base no processo de socialização. O autor menciona sobre a família, aponta que,

Temos que a família “é um locus privilegiado de solidariedades, na qual os indivíduos podem encontrar refúgio contra o desamparo e a insegurança da existência”. (PEREIRA, 2004, p. 18)

Lôbo afirma que se deve considerar família em sua importância social e nas suas mais variadas formas e diferenças. Sendo assim, revela que,

Sob o ponto de vista do direito, a família é feita de duas estruturas associadas: os vínculos e os grupos. Há três sortes de vínculos, que podem coexistir ou existir separadamente: vínculos de sangue, vínculos de direito e vínculos de afetividade. A partir dos vínculos de família é que se compõem os diversos grupos que a integram: grupo conjugal, grupo parental (pais e filhos), grupos secundários (outros parentes e afins). (LÔBO, 2009, p. 2)

Existem vários tipos de famílias, numa trajetória histórica em grandes três períodos, sendo a família “tradicional” correlacionada à Idade Média, a família “moderna” surgida no final do século XVIII e a “contemporânea” ou “pós-moderna” na década de 1960, afirma Roudinesco (2003).

A família passou por profundas modificações, porém para melhor entendê-las deve-se analisar as formas que as famílias se desenvolveram. O modelo burguês de família, imposto à sociedade atual, é composto por pai, mãe e filhos, seguindo a estrutura da chamada “família nuclear” ou “família estruturada”. Abordam a família nuclear burguesa como “modelo ideal”, privilegiando padrões circunscritos à sua constituição.

Os autores ao afirmar sobre a família nuclear burguesa, diz que,

A família nuclear burguesa surgiu a partir da ascensão da burguesia industrial, mas também a partir do desenvolvimento e do aprimoramento

ideológico da família protestante e dentre outros, mas principalmente estava interligada ao espírito burguês da revolução, ou seja, a ideia da democracia formal (ALMEIDA, 1987, apud OSTERNE 2004).

Lessa (2012), que na Revolução Industrial, a sociedade que surgiram naquela época trouxe possibilidades e uma grande necessidade ao desenvolvimento dos indivíduos, sendo material e racional na sua sensibilidade.

O autor, relata sobre a família burguesa, afirma sobre o casamento burguês,

O casamento burguês atingiu sua maturidade na Europa. Patriarcal, a família burguesa exibe todas as características da família monogâmica. É fundada pela propriedade privada, se caracteriza pela retirada das mulheres da vida coletiva e pela redução de suas atividades ao serviço privado de seu senhor. Contrapõe o homem, enquanto marido a ser servido, à esposa, que domina tiranicamente o espaço doméstico para melhor atender a seu “provedor”; reduz a riqueza e densidade das relações afetivas abertas à paternidade na mesma proporção com que sobrecarrega a maternidade com a função de mediação entre o senhor, a prole e os serviçais. (LESSA, 2012, p. 69).

Segundo Osterne (2004) a família burguesa em seu contexto uma forma nuclear, representada pela figura do pai, da mãe e dos filhos, ou seja, era organizada e tinham divisão de papéis, sendo que era de responsabilidade do pai garantir o sustento, ou seja, o provedor do lar, enquanto para a mulher tinha o papel de mãe de cuidar e zelar pelos seus filhos e seu lar.

Essa família burguesa, onde nasce no seio da burguesia na década de 1750, servindo de exemplo ou normas para todas as outras estruturas familiares. No caso da união do casal, predominando sempre os interesses sociais e financeiros. Ao jovem burguês o amor romântico sendo impedido de viver esse momento. Outro fato que chama atenção sendo a divisão de papéis, o homem autoridade, provedor do sustento da família. A mulher exclusividade do lar, atenção dobrada com os filhos e o marido.

Portanto, segundo Uziel (2002), família é a construção destas realidades sociais, por meio da socialização, sendo divisão em famílias, no qual seja coletivamente reconhecido, assim, o que se denominaria família é uma família real.

Diante desse contexto sobre a família, grandes transformações surgiram outros tipos de família, sendo família nuclear, famílias monoparentais e matrifocais, famílias ampliadas ou extensas, famílias constituídas por casais do mesmo sexo, famílias reconstituídas. Conforme Giddens (2005) no século XX o núcleo familiar

tradicional dominante na época, enfrentou um desgaste em grande parte das sociedades. A partir daí surgiram várias formas de famílias na atualidade, são as novas configurações familiares.

Segundo Kaslow (2001) relata as novas configurações familiares da atualidade e composição familiar que podem ser reconhecidas e consideradas “família”: Relata os nove tipos da composição familiar,

- 1) família nuclear, incluindo duas gerações, com filhos biológicos;
- 2) famílias extensas, incluindo três ou quatros;
- 3) famílias adotivas temporárias (Foster);
- 4) famílias adotivas, que podem ser bi raciais ou multiculturais;
- 5) casais;
- 6) famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe;
- 7) casais homossexuais com ou sem crianças;
- 8) famílias reconstituídas depois do divórcio;
- 9) várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo (KASLOW, 2001, p.37, Apud SZYMANSKI, 2002, p.10).

A família monoparental²⁵ ganhou intensidade e visibilidade, esse novo modelo de família adquiriu direitos e deveres reconhecidos na Constituição Federal de 1988 como sendo família um lar formado por um dos pais. Apenas um dos pais é responsável pelo sustento, Educação e suas necessidades básicas, incluindo o afeto. A respeito desse modelo familiar, a autora apresenta em sua obra a seguinte análise,

A família monoparental ou unilinear desvincula-se da ideia de um casal relacionado com seus filhos, pois estes vivem apenas com um dos seus genitores, em razão de viuvez, separação judicial, divórcio, adoção unilateral, não reconhecimento de sua filiação pelo outro genitor, produção independente, etc. (DINIZ, 2002, p. 11).

Portanto, na atualidade em que vivemos a família não se define somente pela formação de pai, mãe e filhos, há vários tipos de famílias e modelos diferentes. Desta forma, os autores citados dentro do contexto mencionam as novas configurações familiares, que estão presentes na atualidade. Essas novas configurações familiares possibilitaram uma transformação da estrutura da família nuclear, para novos modelos de família na sociedade. Os novos arranjos familiares são de grande importância, pois nasceram a partir das mudanças sociais e pessoais que modificaram naturalmente o conceito de família.

²⁵ A expressão “famílias monoparentais” foi utilizada, segundo Nadine Lefaucher, na França, desde a metade dos anos setenta, para designar as unidades domésticas em que as pessoas vivem sem cônjuge, com um ou vários filhos com menos de 25 anos e solteiros. (VITALE, 2002, p. 47).

Assim, a instituição familiar foi ganhando novos rumos se adaptando à nova realidade, buscando desta forma a união constituída pelo carinho, amor e afeto, a busca pelo ideal da felicidade e a comunhão plena de vida a dois. Com isso sua configuração foi mudando e o papel do pai e da mãe na nova constituição familiar aos poucos foi se transformando.

No contexto da vida social, a importância da família é fundamental está explícito no artigo 226 da Constituição Federal do Brasil, quando declara que a família, base da sociedade tem a proteção do Estado. Sobre a importância da família na vida social, a proteção tem sido cada vez mais precária.

Segundo compreende Dias (2009) que: “é a doutrina que enfatiza o sentido de busca pelo sujeito de sua felicidade”. Desarticulando para o indivíduo e não para a organização a assistência jurídica, segundo prevê a Constituição Federal, em seu art. 226, § 8º, a saber,

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. [...] §8º - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. (DIAS, 2009, p. 52)

Essa proteção das famílias sendo através das políticas sociais, trazendo duas perspectivas. Defende a centralidade da família como cuidado e proteção. A outra entende que a capacidade de cuidado e proteção da família, garantidos através das políticas sociais, especialmente das políticas públicas. A política avança ao reconhecer a família como uma instituição em movimento, composição e função social estão sempre em troca com os espaços públicos e ao compreendê-la enquanto grupo que precisa ser cuidado, protegido e fortalecido a fim de que cumpra seu papel de espaço de proteção e socialização.

Para Alвори Ahlert (2003), Políticas Públicas são ações empreendidas pelo Estado para efetivar as necessidades da sociedade em termos de distribuição e redistribuição das riquezas, dos bens e serviços sociais nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal.

Como já mencionada anteriormente sobre a estrutura social familiar em cada momento do período histórico, ressaltamos que de acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS,

A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente ou deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (PNAS, 2004, p.41).

A PNAS diz que a família como um espaço contraditório e desigual e apresenta um conceito ampliado do grupo familiar e composto de pessoas unidas por laços de consanguinidade, afetivos de solidariedade. Como um lugar de felicidade mas que une pessoas por interesses diversos (Garcia, 2011).

De acordo com diversos autores, afirmam em seus escritos sobre a importância da família, as mudanças na sociedade, as grandes transformações, acordos e normas a serem seguidos. Nesse sentido, as transformações societárias nos indicam uma nova configuração familiar, marcada pela multiplicidade de arranjos familiares e pela necessidade de um novo olhar sobre as famílias, as alterações familiares e a posição que a família ocupa na política social estão dialeticamente.

3.2 A Política de Assistência Social no Brasil

A Política de Assistência Social²⁶ como um direito do cidadão e dever do Estado, uma vez que está garantida na Constituição Federal de 1988. É considerada um marco histórico no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos sociais, ainda mais quando se trata da área da Assistência Social.

Assim, está Constituição passa a reconhecer a Assistência Social como política social pública inserida no âmbito do tripé da Seguridade Social²⁷, junto com as

²⁶ A Assistência Social, antes de constituir-se em política pública, esteve a cargo de diversas instituições, na maioria das vezes, em âmbito privado, cabendo a elas exercer a proteção social. Desta forma, era desempenhada pela família, igreja e sociedade, como uma forma de ajuda pública. Contudo, posteriormente, o Estado assumiu a responsabilidade pela gestão das políticas sociais. Algumas vezes atuando pela lógica da subsidiariedade, principalmente a partir dos anos de 1990 com a consolidação do Terceiro Setor como “parceiro” do Estado na formulação e execução de políticas públicas (MIOTO, 2008).

²⁷ No tripé da Seguridade Social temos a previdência que pela lógica do seguro esteve atrelada a contribuição. A política de saúde, após a Constituição Federal de 1988 passa a ser considerada como direito universal. E a assistência apesar de ser reconhecida por lei como um direito universal não contributiva estabelece que as pessoas ao qual dela necessite comprovem seu atestado de pobreza e

políticas de Saúde e a Previdência social. De acordo com o art.199, previsto na Constituição, e importante destacar que,

A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, a Previdência e à Assistência social. Parágrafo único – Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: I – universalidade de cobertura e do atendimento; II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV – irredutibilidade do valor dos benefícios; V – equidade na forma de participação no custeio; VI – diversidade da base de financiamento; VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregados, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (BRASIL, 2012, p.53)

Mestrine (2008) aborda sobre a trajetória da Política de Assistência Social no Brasil, teve sua origem em ações e práticas, desenvolvidas pela Igreja Católica. Portanto, suas ações e práticas eram baseadas na caridade e filantropia, ou seja, sendo considerada uma prática antiga da humanidade. Vale destacar que o Serviço Social, no início da década de 1930, o marco inicial da caridade sendo a igreja, movimento católico leigo. Assim, o Serviço Social como um departamento da Ação Social, embasado em sua doutrina social. Como já foram mencionados em capítulos anteriores.

A regulamentação da assistência social no Brasil, em 1938 foi criada o primeiro Conselho Nacional de Serviço Social, sendo vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, composto por pessoas de alto poder aquisitivo, que praticavam a caridade substituindo o Estado com sua autonomia interna (LONARDONI; GIMENES; SANTOS, 2006).

Segundo Carvalho (2008) o Conselho Nacional de Serviço Social não se tornou um organismo atuante, fazendo com que em 1942 se instituisse a Legião Brasileira de Assistência (LBA), cuja coordenação se deu por Darcy Vargas, a primeira dama deste período político.

Ainda de acordo com a autora diz que,

As primeiras formas de intervenção estatal no trato da assistência social são focadas no âmbito estritamente da moral. A assistência ainda não é reconhecida como uma política social pública, por isso, observa-se nas

que não estejam aptas ao trabalho. Neste sentido, fere o preceito do que é definido na Constituição Federal de 1988.

intervenções estatais articuladas às instituições privadas que utilizavam a LBA como intermediadora destas articulações, que os programas sociais eram feitos de forma assistencialista e tinham cunho extremamente seletivo (CARVALHO, 2008, p.18).

Segundo a autora, a Assistência Social no Brasil, diz que,

[...] “a assistência social no Brasil, apesar de ser uma antiga e reiterativa medida de atenção aos pobres, só em 1988 passou a ser reconhecida como um direito de cidadania” deixando, pelo menos no papel de ser uma alternativa de direito. Sendo assim, no Brasil há uma opção por um ajuste econômico que teve como consequência a estagnação do crescimento econômico e a precarização e instabilidade do emprego formalizado e conseqüentemente a ampliação da pobreza. (PEREIRA, 1996, p.99).

De acordo com Soares (2000) os marcos legais da assistência social, LOAS²⁸, PNAS/2004 e NOB/SUAS, são documentos que definiu a política pública. Essa política está fundamentada no princípio democrático do controle social e a descentralização, tornando a família como foco central para a organização dos serviços. Entre seus beneficiários destacam-se além da família, cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social.

Somente a partir da Constituição de 1988 que esses marcos foram gerados, relata o autor, diz que,

A partir da Constituição de 1988, os programas que integra área de Assistência Social passam a ser dirigidos “a quem dela necessitar, independente da contribuição a Seguridade Social”. São seus objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção da sua integração à vida comunitária [...]. (SOARES, 2000, p. 316).

Através da Constituição Federal de 1988, que marca a ruptura legal do assistencialismo na efetivação das políticas de assistência social, assim como o da ajuda e do favor, previstos nos art. 203 da Seção IV da Constituição, a Assistência Social integra-se juntamente com a Previdência e a Saúde, que tratada Seguridade Social.

²⁸ A LOAS regulamentada os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, que tratam dos objetivos da assistência social e da prestação dos serviços correspondentes, do perfil do beneficiário e dos benefícios assistenciais, das fontes de financiamento e das diretrizes para a reorganização das ações governamentais, com destaque para a descentralização político-administrativa e a participação das organizações populares na formulação da política e no controle social das ações em todos os níveis. (RAICHELIS, 1998, p. 121-122).

Art. 203: A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição a seguridade social, e tem por objetivos;

- I – A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência à velhice;
- II- O amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III- A promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV- A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V- A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que promova não possuir meios de prover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme dispuser a Lei. (Constituição Federal de 1988, art. 203 da Seção IV).

Entretanto, a autora ressalta que,

“À mediação do Estado nesse confronto de interesse é fundamental”. Por que a não inserção no mercado de trabalho, por este não ser capaz de absorver de forma hegemônica todos os trabalhadores influi em uma intervenção estatal para prover condições mínimas de sobrevivência a estes trabalhadores. (PEREIRA, 1996, p.43).

Neste sentido, entre a Assistência Social e o trabalho a historicidade de como a Assistência Social vem sendo reconhecida diferenciando o trabalho e, neste sentido, a assistência será prestada aos desamparados. Então diante deste contexto os públicos-alvo da Política Pública de Assistência Social são os cidadãos que se encontram em situações de risco e vulnerabilidade social, sendo excluídos.

Para a autora, Ressaltando “o trabalho e assistência assim, mesmo reconhecido como direitos sociais, vivem uma contraditória relação de tensão e atração”,

” Isto porque está qualificação de desamparados” descrita no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 destina a assistência para uma porção da sociedade e no caso brasileiro, observa-se que o sujeito que não está inserido no mercado de trabalho necessitando assim da assistência, mas caso consiga uma inserção no mercado de trabalho o seu direito a assistência é anulado. (BOSCHETTI, 2003, p. 47).

Segundo a autora a Constituição Federal de 1988 transformou os sujeitos em detentores de direitos sociais, se ampliou a responsabilidade do Estado na proteção pública contra os riscos da vida contemporânea,

[...] o direito à assistência social passa a ter a mesma natureza e o mesmo status ontológico (status comum a todos e a cada ser da mesma espécie) que o direito à saúde e à educação, por exemplo, os quais, para poderem converter-se em políticas públicas, têm que: a) regulamentados por legislação complementar ou ordinária; b) prestar serviços e benefícios sistemáticos, continuados e previsíveis; c) ser subsidiados por programas e projetos na

implementação das ações e no combate à pobreza; d) contar com recursos materiais e financeiros para a sua segura, regular e obrigatória efetivação (BOBBIO apud PEREIRA, 1996, p.100).

Para Silva, Yazbek e Giovanni (2004) nos traz um breve conceito de proteção social no Brasil, onde se modificou a partir do momento em que se processa a democratização e o modelo de federativo consagrado pela Constituição Federal de 1988, trazendo a participação da comunidade no controle das políticas sociais.

Segundo Sposati (2007) aborda alguns conceitos que uma política social é resultante de um processo social, econômico, histórico e político. A sociedade estabelece quanto ao âmbito das responsabilidades sendo públicas ou privadas. Sendo assim, a política social refere como dever do Estado e direito do cidadão. A autora identifica a proteção social em duas esferas: privada e pública, diz que,

A primeira correspondendo àquela exercida pelo mercado, família, igreja e filantropia; a segunda, pelo Estado. Para a autora, “[...] a assunção do Estado como elemento-chave na garantia da proteção social em nenhum momento significou o abandono das antigas formas de proteção social” (MIOTO, 2008, p. 134).

Segundo Jaccoud (2009) afirma que a Assistência Social, ao limitar o seu acesso àqueles que dela necessitarem, os que estão em situação de pobreza e extrema pobreza. Essa concepção pode levar ao risco de se criar uma política pública exclusiva para os pobres e miseráveis.

Sobre essa discussão, a autora ainda ressalta que,

Em que pese o fato de o sistema brasileiro de proteção social ainda não operar uma cobertura universal para os riscos sociais, assim como não garantir um patamar de renda mínima para o conjunto da população, não há dúvidas de que ele opera profícuas políticas, mobiliza grande volume de recursos e tem capacidade de impactar as condições de vida de expressivos segmentos sociais. E se não cabe a ele a responsabilidade única ou primordial de combate à pobreza e à desigualdade, é de se esperar que seus impactos sejam capazes de reduzir a proporção de brasileiros vivendo abaixo das linhas de pobreza ou de indigência. (JACCOUD, 2009, p.72).

Para Sposati (2011), quando a Assistência Social se propõe a garantir a proteção social, ela não está se comprometendo com a totalidade dessa proteção, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, sendo que nenhuma delas seja isoladamente sempre interligada umas às outras.

Segundo Silva; Yazbek; Giovanni (2004, p. 23) o Sistema de Proteção Social, que,

“[...] Sistema de Proteção Social marcado por superposições de objetivos, competências, clientela-alvo, agências e mecanismos operadores; instabilidade e descontinuidade dos programas sociais; insuficiência e ineficiência, com desperdícios de recursos; distanciamento entre formuladores de políticas e beneficiários; ausência de controle e acompanhamento de programas (Draibeetalii, 1995), além do avanço de um movimento de privatização das políticas sociais mediatizados por nefasta articulação do Estado com o setor privado lucrativo, principalmente no que se refere às políticas de educação, saúde e habitação.

Após vários debates e mobilização política, foi criada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - Lei nº 8.742 de 07 de 1993, na qual foram definidos princípios, diretrizes, competências, gestão e financiamento da assistência social enquanto política pública, ocorrendo verdadeiro empenho em sua regulamentação nos âmbitos estaduais e municipais, evidenciando a luta na esfera dos direitos sociais (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2010; BATTINI; COSTA, 2007). A LOAS regulamenta os art. 203 e 204 da Constituição Federal de 1988.

Segundo a autora, a Lei Orgânica de Assistência Social, diz que,

Trata-se, mais do que um texto legal, de um conjunto de ideias, de concepção e de direitos. A LOAS introduz uma nova forma de discutir a questão da Assistência Social, substituindo a visão centrada na caridade e no favor. É o instrumento que regulamenta os pressupostos constitucionais, ou seja, o conteúdo da Constituição Federal em seus artigos 203 e 204, que definem e garantem os direitos à assistência social (GIAQUETO, 2010, p.02).

De acordo com a autora estes artigos tratam, respectivamente,

a) da prestação da assistência social e de seus objetivos; b) dos benefícios assistenciais e do perfil dos beneficiários; c) das fontes de recursos para as ações governamentais do setor; e d) das diretrizes mediante as quais as ações governamentais devem ser realizadas, destacando-se a descentralização político – administrativa e a participação da população na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (PEREIRA, 1996, p. 101).

Onde tudo se iniciou a partir da luta de diversos grupos e movimentos sociais, como sindicatos, partidos políticos, trabalhadores da área, intelectuais, profissionais liberais, parcelas da igreja, organizações públicas e privadas entre

outros. A partir desses movimentos, foram discutindo e construindo uma proposta de Lei Orgânica e de política de Assistência Social devida à extrema situação de vulnerabilidade e exclusão social.

Para Pereira (1996), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)²⁹ tem duas atribuições básicas: primeiro assegurar que o que foi avanço na Constituição Federal de 1988 não fique apenas no papel e definir o significado da assistência social como parte da Seguridade Social.

A assistência é então regulamentada pela LOAS que em seu artigo 1º, a define como direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva - para Pereira (2008, p. 25) significa que “não estabelece condições ou contrapartidas no seu processamento”, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

De acordo com a autora a LOAS expressa sobre o conceito da assistência social, diz que,

“A percebe como fruto da relação de antagonismo e reciprocidade entre Estado e Sociedade”; descrevem quais são os beneficiários da assistência social que Pereira (1996, p.106) concebe que como “todo cidadão que, por razões sociais, pessoais ou de calamidade pública, esteja em situação de incapacidade ou impedimento permanente ou temporário de prover para si e sua família”; (PEREIRA, 1996, p.104).

A LOAS torna-se então um dos principais mecanismos para legitimação e fortalecimento da assistência social como direito social porque dispõe sobre a organização da assistência social. Segundo Pereira (1996) prevendo uma estrutura descentralizada e participativa, da esfera federal para a estadual e municipal, incluindo o Distrito Federal; do Estado para a sociedade.

A Assistência Social no Brasil é norteada por alguns princípios definidos no Artigo 4º da LOAS, que garante o direito social, igualdade no atendimento, qualidade dos serviços e benefícios, divulgação dos programas e projetos assistenciais, com prioridade em necessidades sociais de acordo com determinação da renda.

²⁹ A LOAS (Lei Orgânica da assistência Social) define a Assistência Social como “direito do cidadão e dever do estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais [...] através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, art. 1º, LOAS, 1993).

Os Programas de Assistência Social são integrados e complementares com prioridades para inserção profissional e social, com objetivos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais (Artigo 24, LOAS). Já os Projetos são definidos na Seção V da LOAS, e se caracterizam como,

Investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e sua organização social (Artigo 25 - LOAS).

Amâncio (2008) a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Norma Operacional Básica (NOB) de Descentralização, confirmam os princípios já aprovados na LOAS, e criam comissões, para debater os aspectos de gestão entre os níveis de governo, estabelecem as regras e as formas de financiamento dos serviços, programas e projetos.

De acordo com o que está disposto na LOAS, capítulo II, seção I, artigo 4º, a PNAS, rege-se pelos seguintes princípios democráticos;

- I – supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (PNAS, 2004, p. 33).

Com base na Constituição Federal de 1988 e na LOAS, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), estrutura as seguintes diretrizes;

- I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;
- II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de Assistência Social em cada esfera de governo;
- IV –

Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos. (BRASIL, 2005, p. 32-33).

Dentro desse contexto a PNAS (Política Nacional de Assistência Social) surgiu com o objetivo de regular as mudanças previstas na Constituição no que se refere ao campo social.

Essa política foi aprovada em 2004, como resultado de um amplo e intenso debate nacional. É uma política que se efetiva juntamente com as políticas setoriais, para atender à sociedade e os direitos sociais. O público dessa política são os cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) trouxe várias mudanças na área de Assistência Social, inclusive a ampliação do conceito de usuários, como afirmado pela autora, diz que,

Os usuários no SUAS são os cidadãos, sujeitos de direitos e público da assistência. Não se trabalha com a ideia de carente, necessitado, sujeito demandantário de tutela. Eles não são vistos objeto de intervenção, mas sujeitos protagonistas da rede de ações e serviços. (AMÂNCIO, 2008, p.42)

De acordo com PNAS (2004) sobre o público usuário, a Política de Assistência Social, esses usuários sendo o cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco, essas famílias e indivíduo com a perda dos vínculos de afetividade e fragilidade.

Neste contexto, a PNAS é focada nas necessidades da família pois,

A centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. (PNAS, 2004, p. 41)

Em 1997 foi aprovada a primeira Norma Operacional Básica da Assistência Social, através da Resolução nº 204 do Conselho Nacional de Assistência Social.

que reuniu em um único documento norma que disciplinou o processo de descentralização político-administrativo entre os três entes da Federação e a “Sistemática Operacional para financiamento das Ações” desta política, estabelecendo os níveis de gestão, a operacionalização e a sistemática de

financiamento, os critérios de partilha e a prestação de contas dos serviços, benefícios, programas e projetos, além de instituir a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) com caráter consultivo (QUINONERO, et al, 2013, p.56).

A Política Nacional de Assistência Social e uma nova Norma Operacional Básica em conformidade com o contexto desta política (BRASIL, 2014-d), sendo esses instrumentos para a criação de conselhos deliberativos, fundos, recursos financeiros das Comissões Intergestoras Bipartites e Tripartites (LONARDONI; GIMENES; SANTOS, 2006).

A partir da constituição de 1988, foi implantado no ano de 1990 o SUS (Sistema Único de Saúde), tendo como base fundamental a promoção de saúde, também nesta esfera, foi instituído no ano de 2005 o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, através da Resolução nº 145 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, 2005 (SILVA; CORGOZINHO, 2011, p. 14).

O SUAS - desenhado na PNAS - é fruto de deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, nesse momento, realizando essa deliberação, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) busca regulamentar e organizar as ações socioassistenciais. Essa Conferência de Assistência Social realizada em dezembro de 2003, em Brasília sendo um dos fatores essenciais da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que tem por objetivo dar efetividade à Assistência Social como política pública.

A construção do SUAS está expresso no princípio constitucional do direito sócio assistencial como proteção de seguridade social, regulado pelo Estado como seu dever e direito de todo cidadão.

Aldaíza Sposati (2004) faz a seguinte consideração sobre o SUAS,

A implantação do SUAS exige romper com a fragmentação programática. Exige separar o paralelismo de responsabilidades entre as três esferas de governo. Exige construir referências sobre a totalidade de vulnerabilidades e riscos sociais superando a vertente de análise segregadora em segmentos sociais sem compromisso com a cobertura universal e o alcance da qualidade dos resultados. (Aldaíza Sposati, 2004, p.173)

O SUAS define os elementos essenciais à execução da política de Assistência Social tornando possível a normatização dos padrões nos serviços,

qualidade no atendimento, avaliação e resultados, nomenclatura dos serviços e da rede. (PNAS 2004, p. 39) e importante frisarmos, a organização dos elementos,

- Matricialidade Sociofamiliar;
- Descentralização político-administrativa e Territorialização;
- Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil;
- Financiamento;
- Controle Social;
- O desafio da participação popular/cidadão usuário;
- A Política de Recursos Humanos;
- A Informação, o Monitoramento e a Avaliação.

O SUAS foi instituído com o objetivo de garantir ações integradas de Assistência Social a população. Estes serviços estão presentes para a comunidade através dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), e dos CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social). Através das normas que regulam o SUAS, os dois principais eixos centralizadores da assistência prestada a comunidade, são o CRAS e o CREAS.

E importante destacar que o SUAS é uma ruptura com o legado de precarização e focalização dos serviços, colocando em prática vários tipos de estratégias.

De acordo com a autora, pontua algumas medidas tomadas, diz que,

É preciso dotar as medidas de proteção socioassistencial de conteúdos e estratégias que promovam a efetiva participação da população, na contramarcha dos processos de subalternização política de exploração econômica e exclusão sociocultural (PAIVA, 2006, p.7).

Brasil (2005) o modelo de proteção trazido pelo PNAS, a Proteção Social Básica foi estruturada para prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares.

A implantação da PNAS vai defini-la como política de proteção social aos que estão em situação de vulnerabilidade e risco social.

A Proteção Social de Assistência Social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social para redução e preservação do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional. (NOB/SUAS, 2005, p.16).

Como traz os autores, o serviço de proteção social, diz que,

Os serviços da Proteção Social Básica devem ser executados pelos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS ou pelas entidades de assistência social que estejam em sua área de abrangência, sendo sempre coordenado pelo órgão gestor da Política de Assistência Social por se tratar de uma unidade pública estatal. (COUTO, YAZBEK E RAICHELIS, 2004, p. 65).

De acordo com a PNAS, os serviços de atenção social básica são executados por intermédio dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. Organizados de maneira a atender os territórios mais demandados por proteção social, constituem uma importante ferramenta de trabalho socioassistencial.

O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange a um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social (PNAS 2004, p.29).

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu território, no seu contexto social, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Nesse sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF). No próximo Capítulo, essa temática de sistema proteção social no centro de referência da assistência social (CRAS), pontuaremos um breve histórico.

4 CONHECENDO O CAMPO DE PESQUISA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE LAJEADO/TO: O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA DE CAMPO

Esta quarta seção tem como finalidade abordar as principais discussões teóricas do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Sendo uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade. Este item dedica-se a entender os serviços de proteção social básica, organizando e articulando a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. Neste capítulo abordará o processo metodológico para a realização da pesquisa, buscando delinear o caminho percorrido de cada processo para sua efetivação.

4.1 Centro de Referência da Assistência Social e os Serviços de Proteção Básica

Em Lajeado do Tocantins, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) tem em sua estrutura institucional, uma coordenação específica responsável pela operacionalização das ações vinculadas ao Cadastro Único e ao Programa Bolsa Família. Sendo núcleo descentralizado da Assistência Social, o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS³⁰, localizado na Avenida dos Bandeirantes S/N, Setor Aeroporto. Atendimento à população beneficiária. De acordo com o PNAS (2004), o CRAS é uma unidade estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que deve atuar com foco na ação preventiva e matricialidade.

Segundo a PNAS/2004, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da Política de Assistência Social. O CRAS também busca uma articulação com outras políticas públicas a fim de integrar, sendo o objetivo de estimular as famílias e superar a situação de vulnerabilidade que se encontram (PNAS, 2004).

³⁰ “O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sócio familiar e comunitário” (BRASIL, 2005, p. 35). Entre suas atribuições, destacamos o acesso à informação e orientação para a população de sua área de abrangência, mapeamento e a organização da rede sócio assistencial, inserção das famílias nos serviços de assistência social local, o encaminhamento da população local para as demais políticas públicas e sociais (BRASIL, 2005).

O CRAS atua com famílias e indivíduos, sendo responsável pela proteção básica e o trabalho com famílias, promovendo a proteção e a socialização dos seus membros.

O Sistema de proteção social segundo a PNAS divide-se em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de alta e média complexidade.

PNAS (2004) a Proteção Social Básica vai destinar-se a famílias ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social, tendo por objetivo prevenir situações de risco social, e por meio do fortalecimento de vínculos familiares e acolhimento das famílias. Vão compor a proteção social básica os benefícios de prestação continuada.

Dentre os programas da proteção social básica destacam-se o Programa de Atenção Integral as Famílias (PAIF), que tem como função a proteção das famílias, promovendo o acesso aos direitos e fortalecendo os vínculos familiares (PNAS, 2004), e o Programa Bolsa Família (PBF) que na atualidade está entre um dos principais programas de transferência de renda do governo. O Programa Bolsa Família visa assegurar o direito à alimentação, procurando promover a segurança alimentar e contribuindo para a erradicação da fome, este programa está voltado para famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza.

O programa terá como objetivo “enfrentar o maior desafio da sociedade brasileira, que é o de combater a miséria e a exclusão social; promover a emancipação das famílias mais pobres” (MARQUES e MENDES, 2005 p.159 apud Ferreira, 2007).

Localização do Programa Bolsa Família, onde está situada uma sala específica dentro do CRAS de Lajeado -TO, com os equipamentos adequado para passar informações ao banco de dados e colher a entrevista do beneficiário. A equipe do Programa Bolsa Família, sendo composta por o gestor do Programa, a técnica e operadora de sistema e o digitador do Cadastro Único.

Essas famílias que se encontram em vulnerabilidade social, precisa de um acompanhamentos de serviços locais, a proteção social com o indivíduo sendo fundamental para a família.

Segundo a PNAS (2004) a Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se estão em situação de risco pessoal e social, devido a situações de abandono, maus tratos físicos ou, psíquicos, abuso sexual, situação de rua, situação de trabalho infantil. Essa proteção especial possui serviços de média e alta complexidade.

Os serviços de média complexidade serão prestados nos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS), para a família e indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas que ainda possuem seus vínculos familiares mantidos.

As duas Proteção Social e de suma importância, a diferença entre a Proteção Social Especial de Média Complexidade para a Proteção Social Básica é que esta última destina-se a um atendimento que se dirige as situações de violação de direitos.

Em relação a sua localização, o CRAS deve localizar-se em territórios onde se concentram o maior número de famílias em situação de vulnerabilidade social, devendo também ser um local de fácil acesso a população.

O CRAS é a unidade pública responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias - PAIF e, dessa forma, deve dispor de espaços que possibilitem o desenvolvimento das ações previstas por este Serviço. [...] O imóvel do CRAS, seja alugado, cedido ou público, deve assegurar a acessibilidade para pessoas com deficiência e idosas. Constitui fator relevante para a escolha do imóvel a possibilidade de adaptação de forma a garantir o acesso a todos os seus usuários. [...] O CRAS deve ser uma unidade de referência para as famílias que vivem em um território. (Orientações Técnicas do CRAS, 2019, p. 48).

Muitos dos CRAS são implantados em locais sem esse prévio conhecimento o que acaba atrapalhando a dinâmica da instituição.

De acordo com a autora, sobre o CRAS, afirma que,

Muitas vezes, o CRAS não é implantado observando os diagnósticos nem os princípios da lógica do território ou mesmo indicadores sociais; muitas vezes eles são implantados aproveitando estruturas já existentes. Nesse caso, a precariedade vai se desdobrar nas condições de trabalho e no atendimento aos/às usuários/as (BRAGA, 2011, p.148).

No caso do Lajeado – TO, o Centro de Referência de Assistência Social, está em uma localidade central de bom acesso a informações prestada para os usuários.

O trabalho no CRAS deve ser desenvolvido de forma interdisciplinar, pois se acredita que esta seja uma forma de superar as abordagens tecnicistas e por serem os objetos de ação nessa instituição muito complexos.

A interdisciplinaridade é um processo de trabalho recíproco, que proporciona um enriquecimento mútuo de diferentes saberes, que elege uma plataforma de trabalho conjunta, por meio da escolha de princípios e conceitos comuns.

Esse processo integra, organiza e dinamiza a ação cotidiana da equipe de trabalho e demanda uma coordenação, a fim de organizar as linhas de ação dos profissionais em torno de um projeto comum. (Orientações Técnicas do CRAS 2009, p.65)

Com relação a dimensão ética, é fundamental, porém as questões apresentadas se dão numa perspectiva aplicativa do sigilo e da relação com demais profissionais da equipe.

PNAS (2004) o papel do gestor municipal de Assistência Social, fazendo o mapeamento e a organização da rede socioassistencial de proteção básica e promover a inserção das famílias nos serviços local. Vale destacar que o encaminhamento da população local para as demais políticas públicas e sociais. A equipe do CRAS deve prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, sempre articulando com a rede de proteção social no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo os serviços.

São considerados serviços de proteção básica de assistência social, colocando a família como unidade de referência, o fortalecimento de vínculos que diante de tudo traz a convivência, a socialização e o acolhimento das famílias. De acordo com PNAS (2004) a promoção da integração ao mercado de trabalho, tais como:

- Programa de Atenção Integral às Famílias.
- Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza.
- Centros de Convivência para Idosos.
- Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças.
- Serviços socioeducativos para as crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- Programas de incentivos ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- Centros de informações e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos.

Podemos relatar os instrumentais utilizados pelos assistentes sociais no trabalho no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o atendimento individual, acolhida, escuta, visita domiciliar, abordagem de rua, trabalho

socioeducativo, grupo, planejamento familiar, atendimento familiar emergencial, liberação de documentos, orientação, reunião, grupo e palestras.

Então além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o CRAS possui a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades. Fazendo estratégias, com grupos, famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade.

A pesquisa de campo se efetivou com os dados foram coletados por meio de entrevista individual pautada em um roteiro norteador com questões fechadas e abertas, com duração média de 40 minutos a 1:00 hora cada. Sendo gravadas ou outras descritas de acordo com os critérios que o entrevistados pediam.

Vale destacar esse processo de procedimentos metodológicos da pesquisa, sendo uma parte fundamental do trabalho em si. Tendo uma finalidade muito importante no contexto geral do entrevistador. Esses processos se realiza por meios de instrumentos metodológicos.

Os Procedimentos Metodológicos utilizados na execução da pesquisa, que teve por finalidade compreender sobre o desligamento voluntário e o retorno garantido do Programa Bolsa Família em Lajeado/TO. O presente estudo, quanto a sua pesquisa se insere no marco da metodologia qualitativa de análise com a técnica da entrevista semiestruturada. Sua finalidade se mostra registros das estratégias metodológicas, tendo em vista as estratégias mantidas pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em condição de suspensão do benefício, tendo como objetivo central o desligamento voluntário e o retorno garantido. Mas também se constitui em um modo de compreender o objeto de estudo em suas múltiplas dimensões.

Para Demo (1985, p. 19), a metodologia trata das formas de se fazer ciência e cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. Ruiz (1996) diz que a metodologia é o caminho para atingir o objetivo, sendo na busca do conhecimento.

Conforme os autores, afirmam que,

“[...] a metodologia corresponde a um conjunto de procedimentos a ser utilizado na obtenção do conhecimento. É aplicação do método, por meio de processos e técnicas, que garante a legitimidade científica do saber obtido”. (BARROS e LEHFELD, 2007, p. 2).

Segundo a autora, e importante frisarmos a importância da pesquisa, diz que,

“[...] a pesquisa qualitativa é participante, nós também somos sujeitos da pesquisa [...]”. De acordo com Martinelli (1999) essa pesquisa qualitativa nunca é feita apenas para o pesquisador, seu sentido é social, portanto, deve retornar ao sujeito. (MARTINELLI, 1999, p.26).

O embasamento dialético crítico permitiu elencar as categorias de totalidade, mediação, contradição, historicidade e dialética. O autor faz um breve relato sobre a dialética, diz que,

A dialética “é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação”. Método justifica-se devido este estudo entender a política social como um processo contraditório. (KONDER, 2008, p.08).

Nesta pesquisa busquei identificar os mecanismos utilizados para desenvolver as atividades, a técnica a ser utilizada para coleta dos dados se dará por meio de entrevistas semiestruturadas, deixando o espaço aberto para o sujeito se expor realmente de forma tranquila, que possa passar confiança na compreensão da sua fala. No qual foi entrevistado o atual Gestor do Programa Bolsa Família e alguns beneficiários (as) do Programa Bolsa Família, no Município de Lajeado/TO.

Nesta perspectiva, os autores Lakatos e Marconi (2009) diz que na entrevista semiestruturada, o entrevistador fica à vontade para fazer a entrevista, assim como as indagações é aberta a ter respostas ao um diálogo.

Diante deste conceito, a entrevista semiestruturada para melhor apreensão da realidade que foi direcionada a pesquisa, essa técnica nos permitiu ter acesso ao gestor do Programa Bolsa Família, por meio de suas particularidades de fala e da visão sobre a realidade onde trabalha com as Famílias.

Sobre a entrevista semiestruturada, o autor informa que,

Podemos entender por entrevista semiestruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam a pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, frutos de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987, p.146).

Para Manzini (1990/1991), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual produzimos um roteiro com perguntas que tem como foco

principal da entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de alternativas.

Sendo assim, compreendemos que a prática da pesquisa é a aproximação da realidade, a partir da delimitação do objeto de análise, a partir da combinação particular e subjetiva entre teorias e dados. Assim, essa aproximação foi propiciada pela via qualitativa de análise.

Ainda de acordo com a autora, sobre a pesquisa qualitativa, afirma que,

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO, 2010, p. 04).

Sendo que numa pesquisa qualitativa, você apresenta os resultados em forma de discussão, discutindo o tema pesquisado, dialogando e analisando ao que foi pesquisado.

A visita domiciliar é um bom instrumento para a pesquisa qualitativa, pois permite ao profissional interagir com o meio em que o indivíduo permanece no cotidiano, observar, conhecer e compreender a realidade.

A técnica utilizada para a coleta de dados abrangeu a Entrevista Semiestruturada. “A entrevista é o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto”. Nesse aspecto, os autores conceituam a Entrevista Semiestrutura como,

É aquela em que o entrevistado segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao entrevistado são predeterminadas, ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano (LAKATOS; MARCONI, 2009, p.82).

Um ponto de estratégias para ambos os autores, se refere à necessidade de perguntas básicas e principais para atingir o objetivo da pesquisa. Dessa forma, Manzini (2003) afirma que é possível um planejamento da coleta de informações por meio da elaboração de um roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. O roteiro serviria, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar.

Sendo que o roteiro de entrevista estruturou em dois tipos de roteiros, sendo um roteiro para o Gestor do Programa Bolsa Família, e outro para os beneficiários (as) e um ex-beneficiário do Programa Bolsa Família. Assim esses

roteiros tiveram como divisão por dois blocos, assim sendo o blocos I e blocos II. Para o Gestor do Programa Bolsa Família, foram lançadas no bloco I, 12 questões da Identificação Social, em seguida no bloco II, foram lançadas 20 questões, perguntas mencionadas a respeito do Programa Bolsa Família e o “Desligamento Voluntário e o Retorno Garantido”. Para os beneficiários (as) do Programa Bolsa Família, foram lançados no bloco I, 16 questões da Identificação Social, em seguida no bloco II, foram lançadas 25 questões, perguntas mencionadas a respeito do Programa Bolsa Família e o “Desligamento Voluntário e o Retorno Garantido”.

A princípio a pesquisa foi planejada para 06 (seis) sujeitos, mais ao final foi desenvolvida com 05 (cinco) sujeitos. A última sujeita enrolou para a entrevista, marcando data, horários e dia, mais toda vez que corria atrás para entrevistar sempre colocava um contra tempo, marcando para outro dia, então foi quando desistir do sujeito.

As abordagens com os (as) participantes se deu pessoalmente com 05 (cinco) entrevistados (as). Durante o convite não tive nenhuma rejeição, todos concordarão fazer parte da pesquisa e aceitaram participar da entrevista. Apenas 01 (uma) ficou de dar a resposta, percebemos que uma beneficiária ficou constrangida em falar sobre as dificuldades que está passando, sobre os enfrentamentos das manifestações da questão social. Sendo assim, sobre a gravação as beneficiários (as) ficou com alguns receios, medo de falar errado, de não dar conta de responder o roteiro de entrevista, gerou algumas indagações, no final tudo deu certo.

No encontro entre pesquisador e entrevistado, é necessário construir uma ponte de confiança de um para com o outro do modo mais cuidadoso e o mais importante e manter a calma para transmitir ao o entrevistado, sendo um momento único. Para a realização das entrevistas, foi elaborado um roteiro de entrevista (formulário) formado basicamente por questões abertas e algumas questões objetivas ou fechadas (APÊNDICES A e B).

No intuito de respaldar o entrevistador e garantir o sigilo ético da pesquisa, fizemos uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde explicava que a participação na pesquisa não iria oferecer nenhum risco ou dano à pessoa entrevistada, a sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador. O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Para realização do processo de coleta de dados foram utilizados a técnica de entrevista, sendo um formulário para orientação das entrevistas e um questionário. As entrevistas foram efetivadas com o Gestor do (PBF) no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que realizam acompanhamento às famílias inseridas no Programa Bolsa Família, bem como com famílias beneficiárias do Programa, vinculadas a instituições. E com os beneficiários (as) do Programa.

A coleta de dados deu-se na residência das beneficiários (as), cada uma em seu endereço de origem. Em primeiro momento foi pensado executar no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, mais alguns beneficiários (as) pediram para ser em outro local. Após explicar o sigilo ético da pesquisa, através do TCLE, compareci a residência de cada beneficiários (as), disponibilizando a colaborarem com a pesquisa. Outros beneficiários (as) pediram para ser entrevistado em minha própria residência. O Gestor do Programa Bolsa Família, preferiu que a entrevista fosse no Centro de Referência de Assistência Social – (CRAS). Então acabei agendando os horários da entrevista de acordo com o seu pedido.

No quadro a seguir, podemos analisar a Identificação dos (as) entrevistadas, nomeados (as) por números 01 até o número 05, sendo no total de 05 entrevistados (as). Sendo que tinha uma estimativa de mais sujeitos a serem entrevistados. Alguns sujeitos desistiram e outros meios receosos.

Então desde já agradeço os demais por confiar no meu objeto de estudo, espero que depois dessa pesquisa, possam contribuir para outros tipos de pesquisa para ter a oportunidade de aproximação sobre o assunto debatido. Assim, nesta contribuição desta pesquisa quero deixar claro que estou à disposição para algo em prol do estudo da pesquisa obtida. Segue o quadro abaixo da Identificação dos Entrevistados (as) no próximo item nos resultados e discussões.

4.2 Apresentação e análise dos resultados e discussões

Neste título são apresentados os resultados obtidos pela elaboração do referencial teórico e pela realização do estudo de caso, levantamento da pesquisa de campo. Os dados obtidos por meio da pesquisa de campo ajudam a aprofundar alguns conceitos apresentados que trazemos neste trabalho.

No intuito de compreender sobre o tema exposto, as concepções dos (as) entrevistados (as) sobre o Programa Bolsa Família. A entrevista ocorreu com perguntas abertas e semiestruturadas, mas direcionada à situação social que indicou a necessidade da visita domiciliar.

É importante destacar de acordo com autor, a entrevista, diz que,

A entrevista nada mais é do que um diálogo, um processo de comunicação direta entre o Assistente Social e um usuário (entrevista individual), ou mais de um (entrevista grupal). Contudo, o que diferencia a entrevista de um diálogo comum é o fato de existir um entrevistador e um entrevistado, isto é, o Assistente Social ocupa um papel diferente – e, sob determinado ponto de vista, desigual – do papel do usuário. [...] Ambos os sujeitos (Assistente Social e usuário) possuem objetivos com a realização da entrevista – objetivos esses necessariamente diferentes. Mas o papel de entrevistador que cabe ao Assistente Social coloca-lhe a tarefa de conduzir o diálogo, de direcionar para os objetivos que se pretendem alcançar. (SOUSA, 2008, p. 126)

Já a observação ocorre no mesmo instante que a entrevista foi permitida, tendo uma visão ampla de tudo que acontece em sua volta, ao que não é falado, as relações entre os sujeitos envolvidos.

O método crítico dialético proporciona-nos ir além da aparência, ir além da essência, do imediato, do empírico. Contribui para pensarmos a realidade a partir do concreto. Assim, nas palavras do autor quando o mesmo afirma que,

[...] O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (NETTO, 2011, p. 22).

Então a fala do autor citado acima, o pesquisador tem que ir além da aparência, ao encontro da realidade concreta, buscar informações verídicas de fatos que constam no local da pesquisa. Alcançando sempre a essência do objeto que investigou. Essa coletas de dados sendo fundamental para o entrevistador.

Diante desta busca de informações de dados para a construção da pesquisa de campo. Foram entrevistados dois grupos, no quadro 1 (um) a seguir tendo

o ENTREVISTADO (01), onde há vários tipos de informações de sua identificação, segue o quadro abaixo;

Quadro 1- Identificação do Gestor entrevistado – 01

Gestor do Programa Bolsa Família - PBF	01 (um)
Idade:	29 anos
Naturalidade:	Tocantinópolis - TO
Sexo:	Masculino
Raça/Etnia:	Pardo
Religião:	Cristão
Graduação:	Cursando Direito
Estado Civil:	Solteiro
Tempo de atuação na instituição	2 (dois) anos
Carga horária semanal	40 (quarenta) horas

Fonte: Dados da entrevista realizada com o Gestor do Programa Bolsa Família, morador de Lajeado -TO, 2019.

Já no quadro 2 (dois) são entrevistados beneficiarias e um ex-beneficiário do Programa Bolsa Família, EX-BENEFICIÁRIO (02), BENEFICIÁRIA (03), BENEFICIÁRIA (04) e BENEFICIÁRIA (05) onde há vários tipos de informações de sua identificação, segue o quadro abaixo;

Quadro 2-Identificação dos beneficiários (as) entrevistados (as) 02-03-04-

05

Beneficiários (as)	02 (dois)	03 (três)	04 (quatro)	05 (cinco)
Idade:	58	37	31 anos	45 anos
Naturalidade:	Barro Duro-PI	Miracema - TO	Tocantínia-TO	Codó - MA
Sexo:	Masculino	Feminino	Feminino	Feminino
Raça/Etnia:	Negro	Negra	Parda	Parda
Religião:	Assembleia de Deus Madureira	Evangélica	Católica	Católica

Escolaridade:	Estudou mas não se Alfabetizou	Nível Médio Completo	Nível Médio Completo	Ensino Médio
Estado Civil:	Solteiro	Solteira	Solteira	Separada
N° de filhos:	Nenhum	04 (quatro)	02 (dois)	05 (cinco)
Ocupação:	Encostado pelo INSS	Serviço Gerais	Do lar	Do lar
Você Trabalha:	Não	Sim	Não	Não
Renda Familiar:	998,00	998,00	250,00	200,00
Recebe o Bolsa Família:	Não	Sim	Sim	Sim
Moradia:	Própria	Própria	Cedida	Própria
N° de Pessoas que moram residência:	01 (um)	06 (seis)	03 (três)	04 (quatro)

Fonte: Dados da entrevista realizada com beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), moradores de Lajeado -TO, 2019.

Constata-se que os (as) entrevistados (as) são naturais de diferentes regiões, onde o gestor 01(um) é natural de Tocantinópolis – TO, ex-beneficiário 02 (dois) é natural de Barro Duro-Piauí, beneficiária 03 (três) de Miracema–TO, beneficiária 04 (quatro) de Tocantinia–TO e a última beneficiária 05 (cinco) e do Codó-Maranhão, sendo que todos residem no Município de Lajeado do Tocantins, bastante tempo. Verifica-se que 03 (três) sujeitos entrevistados se consideraram pardos (as) e 02 (dois) sujeitos entrevistados se consideram negros. Todos entrevistados (as) possuem vínculo religioso, sendo Cristão, Evangélicos e Católicos (as).

Na sequência, analisamos que os (as) nossos sujeitos (as) de pesquisas ocupam diferentes lugares do estado civil, sendo que na maioria dos entrevistados (as) são solteiros e só 01 (uma) das entrevistada e separada. Ao remetermos sobre a profissionalização, com o objetivo de compreender quais lugares ocupam na sociedade, verificamos que 01 (um) Gestor, 01 (um) encostado pelo INSS 01 (uma) serviços gerais, e 02 (duas) do lar. Considera-se ainda que, dentre os (as) entrevistados (as), 03 (três) recebe o Bolsa Família, o outro já assinou o formulário do desligamento voluntário, com intuito de voltar qualquer hora, para o retorno garantido do Programa Bolsa Família.

Outro ponto importante, que a maioria dos beneficiários (as) entrevistados (as) possuem casa própria sem ter que pagar aluguel, só 01 (uma) das entrevistadas que mora em casa cedida, mais está lutando para realizar um dos seus sonhos.

O primeiro ponto de análise se referiu à adequação de usar a entrevista para entender o fenômeno estudado. O uso da entrevista é indicado quando a natureza da informação traz o acontecimento da realidade. Sobre fatos ocorridos que não puderam ser observados pelo pesquisador, como acontecimentos históricos ou em pesquisa sobre história de vida, sempre lembrando que as informações coletadas são versões sobre fatos ou acontecimentos.

A primeira entrevista se realizou no Centro de Referência de Assistência Social- (CRAS) no município de Lajeado – TO, o CRAS é responsável por prestar serviço municipal. O CRAS atua com famílias e indivíduos, sendo responsável pela proteção básica e o trabalho com famílias, promovendo a proteção e a socialização dos seus membros. Dentro do CRAS consta uma sala do Programa Bolsa Família, sendo uma equipe de três pessoas que trabalham naquele local.

No que refere a Proteção Social, PNAS (2004) afirma que a Proteção Social deve garantir as seguintes seguranças, sendo a segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar. A proteção social básica visa prevenir as situações de vulnerabilidade e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos sujeitos, e os serviços de proteção básica oferecidos no CRAS.

O primeiro entrevistado, o gestor do Programa Bolsa Família, sendo a pessoa responsável por todas as informações sobre o Programa Bolsa Família no município de Lajeado -TO. Esse foi o meu principal objetivo em entrevista-lo, para buscar informações do Programa Bolsa Família, para compreender como funciona o processo do desligamento voluntário e o retorno garantido dentro do cadastro único.

Como o CRAS está vinculado ao Programa Bolsa Família essa foi minha primeira questão em saber se realmente o gestor sabe descrever sobre o Centro de Referência de Assistência Social- CRAS.

Descreva-me sobre o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS),

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS ele é a porta de entrada da assistência social e um lugar público organizado prioritariamente em áreas com maiores vulnerabilidade social. Em cada município, tipo assim em Lajeado funciona no Setor Aeroporto, onde se concentra a maior, tipo onde tem mais prioridade na área que estão em vulnerabilidade social. E o papel

aqui do CRAS com o Bolsa Família e o seguinte, a questão do Bolsa Família sempre trabalha com os técnicos e sempre são acompanhado tipo aqui temos o Assistente Social e o Psicólogo realmente quando vão fazer a visita domiciliar os que estão encarregados as pessoas que estão omitindo informações, estão com informações inverídica a gente vai averiguar certinho vai o Assistente Social com o psicólogo e quando tem visita em loco ou quando e a primeira inclusão ou algo do tipo assim vai acompanhado do técnicos e os respaldo que dá a gente sempre e acompanhados por eles. (ENTREVISTADO 01)

Então sobre a fala do (Entrevistado 01), ele pontua sobre a pergunta abordada, dizendo que o CRAS ele é a porta de entrada da assistência social e um lugar público organizado em áreas com maiores vulnerabilidade social. o conceito de vulnerabilidade de acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004,

[...] À população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras). (PNAS, 2004, p.33).

De acordo com a PNAS (2004), o Centro de Referência da Assistência Social –CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social. Atuando com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando o convívio sociofamiliar.

Nesse sentido que Brasil (2006) destaca-se que o CRAS é um equipamento social público estatal de base territorial, responsável pela ofertas de serviços, essa proteção social básica de assistência social às famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Dentro do contexto do Programa Bolsa Família, ter mais informação saber sobre o Programa, pedi para o gestor, fale um pouco sobre o Programa Bolsa Família,

O Programa Bolsa Família é um programa que contribui para o combate da pobreza, a pobreza que é desigualdade no Brasil ele foi criado em outubro de 2003 ele possui três rendas principais que e o comprimento de renda, acesso ao direito e as articulação com outras ações. O Programa Bolsa Família hoje em Lajeado tem em torno de 205 Famílias. 205 Famílias e um total estimado assim por questão de habitantes ne, porque e o seguinte o MDS ele solicita que a pessoa venha no CRAS procura o serviço do cadastro único ele tem o perfil de participar do cadastro único a renda per capita por pessoa de 89,00 reais ou 89,00 a 178,00 reais, se está em torno do perfil do Programa Bolsa Família, aguarda o requisito do Governo Federal que é esse, a pessoa entra na lista de espera está com requisito para participar saiu uma pessoa que não precisa mais então automaticamente ele já e excluído do Programa e as pessoas que está com o cadastro atualizado ela tem o prazo de dois anos com o perfil de renda ele entra para o programa. Quando ocorre que esse

tipo de pessoa leva uma quantitativa de pessoas exemplo Lajeado tem 3.300 e poucos habitantes aqui recebe 205 beneficiários, então vem, exemplo tem mês que pode dá 210 a 215 que existe as transferências. (ENTREVISTADO 01).

Para o (Entrevistado 01), diz que o Programa Bolsa Família é um programa que contribui para o combate da pobreza. O gestor fala da criação do Programa, descreve o Programa Bolsa Família no município de Lajeado – TO, o total de famílias que recebe o benefício. O entrevistado ainda explica sobre as transferências são contadas já diretamente no município que o IBGE engloba a questão do, como e que se chama das famílias que já e incluídas né, tipo nesse sentido ela não conta com essas pessoas que já e daqui do Lajeado entendeu.

O PBF é um programa estratégico de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e pobreza extrema, possuindo os seguintes objetivos. De acordo com Silva e Lima (2010).

Combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram. (SILVA e LIMA, 2010, p.37)

Sendo assim, o Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O programa Bolsa Família tem por objetivos combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; combater a pobreza e outras formas de privação das famílias.

Antes de ser gestor do Programa Bolsa Família (PBF), você já conhecia o Programa,

E uma pergunta que todo mundo costuma me falar, o que que eu era antes de ser Gestor do Programa Bolsa Família. Quando assim que eu completei 18 anos em 2008, final de 2008 eu já entrei em 2009 com o meu primeiro emprego foi como Técnico do cadastro único entrevistador de entrevistador já tem praticamente 08 anos que já trabalho no Bolsa Família, comecei como entrevistador fui para digitador fui para operador de sistema do cadúnico, do cadúnico fui para operador máster do cadúnico que e o operador chefe do cadúnico e ai sucessivamente fui ser Gestor do Programa Bolsa Família e depois de técnico que fui ser Gestor do Programa Bolsa Família. Então desde de 2009 que eu trabalho na área do Bolsa Família, antes eu não tinha emprego fixo eu era menor de 18 anos né, então o meu primeiro emprego foi no cadastro único e Bolsa Família, já faz praticamente 08 anos já ne que

trabalho no Bolsa Família cadúnico, já trabalhei em São Bento do Tocantins, Araguatins e agora estou aqui no Lajeado sempre com o Programa Bolsa Família. (ENTREVISTADO 01).

O (Entrevistado 01), ele passou uma informação de suma importância, relatando que já trabalhava antes dentro do Programa, e cada dia que se passava ia se aperfeiçoando cada vez mais. Seu primeiro emprego foi no Programa Bolsa Família, como técnico do cadastro único do Programa, sendo o entrevistador, passou para digitador, depois foi operador máster e chefe, onde veio ser Gestor do Programa.

Diante disso queria me aprofundar na pesquisa e saber na realidade quanto tempo é gestor do Programa Bolsa Família, no Município de Lajeado – TO.

Já sou gestor do Programa Bolsa Família no município de Lajeado desde o primeiro 01 de janeiro de 2017 até hoje continua, aqui tipo em Lajeado a gente tem uma equipe que eu sou o Gestor do Programa Bolsa Família e técnico do e operador máster do sistema, a técnica do Bolsa Família a secretaria executiva e tem outro menino também por enquanto ele está de férias, ele trabalha com agente ele é técnico e digitador do cadúnico. (ENTREVISTADO 01)

Sendo assim o (Entrevistado I) relatou que já tem dois (02) anos que está nessa função de gestor, tendo bastante conhecimento nesta área, pois já trabalhava antes em outras funções dentro do cadastro único. Então diante do relato perguntei para o (Entrevistado 01) gostaria de entender o papel do Gestor dentro do Programa Bolsa Família,

O papel do Gestor do Programa Bolsa Família ele e que faz o acompanhamento com todas as famílias que em situação em que a pessoa vem tem que se fazer o acompanhamento se está quase bloqueado ou cancelado isso é aparte já do Gestor que faz e fazer a equipe intersectoridade do programa fazer ações, fazer movimentos, buscar famílias e ver a questão porque está com baixa frequência escolar porque está baixo acompanhamento da saúde, esse tipo de papel que a gente trabalha em conjunto com a saúde, assistência e educação os três juntos que o Gestor eles tem que estar com esse ligamento diretamente com ele. (ENTREVISTADO 01)

Compete aos gestores municipais, além de cadastrar as famílias no Cadúnico, verificar periodicamente a conformidade da situação das famílias beneficiárias do PBF e dos programas remanescentes aos critérios de elegibilidade desses programas, bem como capacitar os usuários; atender aos pleitos de informações e de esclarecimentos da Rede Pública de Fiscalização; divulgar as

informações relativas aos benefícios do PBF e dos programas remanescentes aos demais órgãos públicos locais e à sociedade civil organizada.

Referente aos dias do mês que realizam reuniões com os beneficiários,

Agente está realizando reuniões a cada em dois e dois meses com a equipe intersetorial que a gente faz com a Educação e Assistência a gente faz em dois e dois meses. Agora no final do mês de Março na serra e um dia depois a gente faz, perdão, faz aqui na sede do município depois no dia seguinte a gente faz na zona rural agente faz um mês sim e um mês não. Porque quando se trata de reunião e tem que fazer oficina e tudo mais a gente tem o índice o IGD do município a gente só trabalha com ele, então a gente tem que direcionar de acordo com a quantitativa de recurso que dá para fazer e manter suas reuniões, que a gente faz no mês sim e outro não. (ENTREVISTADO 01).

O (Entrevistado 01) que a equipe sempre realizam as reuniões para passar informações, e que as reuniões acontece muito mais do que outros municípios. Durante a entrevista perguntei para o (Entrevistado 01) qual a estratégia usada com os beneficiários do Programa Bolsa Família, diz que,

As estratégias que a gente usa e fazendo oficinas, comunica em carro de som em redes sociais. E por enquanto pra ter essas estratégias com eles, agente criou um grupo de WhatsApp creio que parece que nenhum outro lugar que a gente tem conhecimento no Estado, criou um grupo de WhatsApp que tem até 250 pessoas né que podem ser colocadas no grupo e a gente coloca todas as informações manda lá, quase todos veem os que não vê e porque não tem internet e nem tem acesso. Mais a gente tem acesso sim. (ENTREVISTADO 01).

Sobre as estratégias usadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família, passando dados de informações de suma importância. Um fato que chamou atenção sendo uma das estratégia o uso da tecnologia avançada, a criação de um grupo de WhatsApp, o gestor frisando que o grupo foi criado para passar as informações que o beneficiário precisa ficar por dentro.

Portanto entrei no ponto fundamental da pesquisa, no meu objeto de pesquisa como se dá o processo de desligamento voluntário,

O processo de desligamento voluntario e da seguinte forma a pessoa vem voluntariamente fazer o desligamento quando a pessoa não necessita agente faz a informação, faz a solicitação no sistema e depois atualiza o cadastro. Porque o seguinte o Governo Federal adotou um método mais rigoroso agora e no ano passado referente as pessoas que omitia as informações que não querem fazer o desligamento voluntário. O Cadastro Único ele tem até dois anos para você atualizar ele, nesse período de até dois anos a pessoa começou a trabalhar não atualizou e não veio informar que ultrapassou o

benefício automaticamente ele vai ter que entrar na averiguação da auditoria, quando entra na averiguação da auditoria ele ainda continua persistindo e omitindo as informações o benefício dele vai ser cancelado e a SEJU encaminha para polícia federal, a polícia investiga estas pessoas que esta omitindo as informações que não faz o desligamento voluntario e notifica cada pessoa e a pessoa tem que prestar depoimento lá na delegacia. (ENTREVISTADO 01).

Quando o beneficiário consegue arrumar uma renda seja através de emprego, empresa privada ou em órgão público e o próprio beneficiário procura o Cadastro Único para a atualização cadastral, a partir do momento que ele faz a sua atualização o operador o digitador lança no sistema, e o sistema consegue comparar as informações e detecta que a renda fugiu do perfil para ser beneficiário automaticamente o sistema bloqueia o benefício através do desligamento voluntário. Ou seja, resumindo o desligamento voluntário e promovido pelo próprio beneficiário.

Vale destacar sobre o retorno garantido, explique,

Para o retorno garantido, e igual já falei, a pessoa tem que vim aqui voluntariamente tem o retorno garantido até 48 meses né, a pessoa tem que está com o cadastro atualizado, fez tudo certinho, arrumou tudo a renda certinho a agente atualiza, assina a declaração faz a solicitação. E quando a pessoa não está mais trabalhando a pessoa vem aqui, agente atualiza normalmente e no mês seguinte já recebe normalzinho. (ENTREVISTADO 01).

De acordo com o (Entrevistado 01) retorno garantido ao programa, ele diz que só retorna quem desliga automaticamente do Programa Bolsa Família. Em seguida perguntei quantas famílias optaram pelo desligamento voluntário, no ano de 2018 a 2019,

No ano de 2018 foram entorno de 15 beneficiários, fizeram o desligamento voluntario né que ainda não tiveram retorno ainda porque continua trabalhando né. É esse ano de 2019 tivemos três ainda desde o início do ano pra cá né porquê, vou dar uma explicadinha, não é que a pessoa trabalha e não tem direito do bolsa família, sim todo mundo tem a pessoa pode ser aposentada, pode trabalhar de carteira assinada ser servidor público, mais tendo o perfil de abaixo de 89,00 per capita ou 178,00 tá recebe sim o Bolsa Família. (ENTREVISTADO 01).

E quantas famílias retornaram ao Programa, atrás do Retorno Garantidos,

No ano passado tiveram 02 (duas) pessoas já no final do ano que tiveram o retorno garantido entendeu, ai eles atualizaram os cadastro, informaram certinho e mês seguinte recebeu duas pessoas voltaram a receber porque não estavam mais trabalhando e solicitaram novamente. (ENTREVISTADO 01).

Outro ponto fundamental em saber por que as família não procuram o cadastro Único para solicitar o desligamento voluntário,

As famílias muitas vezes não procura solicitar porquê e o seguinte sempre quem tem quer mais, porque não sabe das consequência que tem que outras pessoas que também precisa e podiam tá recebendo no lugar e acha que eles não tem. E a questão e o seguinte com o cadúnico é são alto declaratório a gente não pode tipo obrigar a pessoa falar, agente suspeita e vai na casa e a gente procura o Assistente Social, muitas vezes não vem por causa disso, porque não e falta de informação, não e falta de aviso e nada, porque todas as reuniões agente bate na tecla sobre o desligamento voluntário e o que a gente mais fala em todas as reuniões. E quando a pessoa não vem e porque age de má fé. (ENTREVISTADO 01).

De que forma se dá o bloqueio dos beneficiários do Programa Bolsa Família,

A forma que se dá o bloqueio a questão e o seguinte quando entra na averiguação a pessoa omite as informações tipo não passam as informações verdadeiras e as mesma que estão no cadúnico no período de dois anos, quando tem baixa frequência escolar, quando está descumprimento das condicionalidades e o acompanhamento na saúde, esses três requisitos dá o bloqueio e tem outro a pessoa deixa o cadastro desatualizado mais de dois anos, ele ganha uma advertência, depois vem o aviso de bloqueio, depois já vem a suspensão definitiva do bloqueio. (ENTREVISTADO 01).

O cumprimento de condicionalidades pela família estava previsto desde a Lei de criação do programa, sua regulamentação onde foi concluída no dia 08 de novembro de 2005, com a publicação da portaria GM/MDS n 551.

Conhece os principais critérios e condicionalidades que a família precisa atender para receber o benefício do Programa Bolsa Família,

Os critérios para a pessoa receber né, tem que está escrito no cadastro único, tem que está com a renda per capita abaixo de 89,00 reais ou 178,00 reais. A criança tem que está estudando tem que está matriculada e adolescente 06 a 17 anos na escola, ter frequência pelo menos de 85%. Na saúde tem que levar né a questão da vacina, peso e medida, e a gestante tem que fazer o pré-natal na unidade básica de saúde, esses são os requisitos para poder participar do Programa Bolsa Família estando com tudo atualizado recebe normal. (ENTREVISTADO 01).

O Cadastro Único além de ser responsável de coletar as informações, apresenta como objetivo identificar todas as famílias que se encontram em uma situação de pobreza.

Segundo MDS, o acompanhamento do cumprimento ou descumprimento das condicionalidades é feito de forma articulada pelo Ministério da Saúde, Educação e Desenvolvimento Social nas três esferas de Governo. O desligamento da família por não cumprir as condicionalidades do PBF, e feita as advertências e suspensões.

Com os efeitos gradativos é possível permitir que as famílias que não cumprem as condicionalidades sejam identificadas e acompanhadas, a fim de que os problemas que geraram o descumprimento possam ser resolvidos. (BRASIL, MDS, 2009)

Outro ponto fundamental em saber se o gestor do Programa Bolsa Família é a favor do desligamento voluntário e o retorno garantido aos beneficiários,

Sim sou a favor do desligamento voluntário e o retorno garantido, sou a favor sim porque já pensou uma mãe está sem condições do benefício futuramente pode receber novamente a pessoa vem fazer o desligamento, e até dois anos se não tiver retorna novamente para o Programa e não tem consequência futuras com a justiça né, não ter que devolver o dinheiro que já teve casos aqui em Lajeado e não ter e participar futuramente de outros programas sociais, quando o benefício chega a ser cancelado por exemplo pelo MDS a pessoa nunca mais participa de nenhum programa sociais e considero como omissão de informação. (ENTREVISTADO 01).

Sobre o desligamento voluntário e o retorno garantido, o gestor disse que é a favor dessa temática, porque se a família não necessita do benefício mais, porque não passar para outra família que precisa, ceder a vaga para outra pessoa. Na questão do beneficiário que não quer desligar, fica omitindo as informações para o cadastro único.

Depois de colher todas essas informações de grande importância para o objeto da pesquisa. O (Entrevistado 01) sendo o gestor do Programa contribuindo muito com o trabalho. Agora vamos dar continuidade com as entrevistas, com os beneficiários (as) do Programa Bolsa Família.

Vale destacarmos que essas entrevistas nos possibilitaram identificar que o público alvo pesquisado trata-se dos (as) beneficiários (as) do Programa Bolsa Família, no Centro de Referência da Assistência Social-CRAS do município de Lajeado -TO.

Os beneficiários 02-03-04 e 05, tiveram suas entrevistas em locais de sua preferência, sendo em residência própria ou outros locais. A primeira pergunta e elaborada para os beneficiários do Programa Bolsa Família, era a respeito de sua vida antes de receber o benefício do Programa Bolsa Família (PBF), essa pergunta foram

elaboradas para todos os entrevistados. As falas dos entrevistados (as) foram citadas neste trabalho conforme a escuta realizada pela pesquisadora, ou seja sem alterações na ortografia.

A minha vida antes de receber o Bolsa Família, eu vivia capinando os lotes eu morava de aluguel, eu ganhava 40,00 reais mais não dava para pagar o aluguel e vivia de ajuda pelos outros e cheguei a trabalhar de faxina nas casas para sobreviver pra não passar fome aqui no Lajeado. (EX-BENEFICIARIO 02)

Minha vida, antes de receber o programa, dava faxina nas casas, fazia diárias e outros bicos. (BENEFICIARIA 03)

Antes de receber o bolsa família, eu sobrevivia de ajuda e fazendo bicos quando achava. (BENEFICIARIA 04)

Esses tempos que estava sem o bolsa família recebi doações minha filha que mora em Palmas mim ajuda bastante e eu preciso, no momento eu tenho muito, mas muito que agradecer graças a Deus apesar que e pouco mais e um pouco que mim ajuda principalmente em algumas necessidades como agua, energia ou um gás que necessito. (BENEFICIARIA 05).

Nos relatos dos entrevistados, o (ex-beneficiario 02) disse que vivia de ajuda e capinava os lotes, mais esse dinheiro não dava para suprir suas necessidades. A (beneficiaria 03) dava faxina, diárias e outros bicos. A (outra beneficiaria 04), também vivia de ajuda e bicos. E a última (beneficiaria 05) o relato dela e igual as demais que citaram que sobrevivia através de ajuda e doações. Todos os beneficiários (as) mencionados acima, viviam de ajuda para conseguir sobreviver.

De acordo com a autora, diz sobre a caridade,

A caridade e a beneficência acabavam por despir o público alvo da assistência social da condição de cidadão, de indivíduo capaz, ou seja, sujeito de direitos, transformando-o em incapaz, carente e necessitado da benevolência dos mais abastados da sociedade. A pobreza era considerada um atributo individual daqueles que não se esforçavam para superá-la e que, portanto, eram tidos como responsáveis pela situação de miséria em que se encontravam. Nesse contexto, a assistência será incorporada pelo Estado sob duas formas: “uma que se insinua como privilegiada para enfrentar politicamente a questão social; outra, para dar conta de condições agudizadas de pauperização da força de trabalho” (Sposati et al., 2007, p. 41).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988 apresenta os direitos no âmbito civil, político e social. Portanto, a Constituição Federal garante direitos, que visam superar a perspectiva assistencialista. A Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2005) surge justamente para reforçar a garantia da

Assistência Social como direito. Esse direito direcionado ao cidadão, para melhoria na sua condição de vida. Portanto, a garantia do acesso a direitos sociais básicos não é uma prática assistencialista, pautada na ideia do favor, da caridade, pelo contrário, o acesso a esses direitos são garantidos e fundamentados por lei.

Diante do contexto, pedi para os beneficiários (as) falar sobre o Programa Bolsa Família,

O Programa Bolsa Família é um Programa que ajuda muitas pessoas carentes, pessoas que não tem renda, e uma pessoa necessitado. Então o Bolsa Família é foi um projeto inventado pelo governo pra ajudar as pessoas que não tem renda suficiente que vêm energia vêm a água e as pessoas que não tem renda não tem um emprego, esse Bolsa Família melhorou muita situação de muitas pessoas brasileiros.
(EX-BENEFICIARIO 02)

O Programa é muito bom, ajuda famílias, porque ajuda muita gente com o benefício. O dinheiro serve para ajudar a comprar material escolar para os meninos. (BENEFICIARIA 03)

[...] o programa mim ajudou muito que ai eu tive curso como cabelereiro, mim ajudou como renda quando eu não tinha nenhuma renda só à renda do benefício para pagar agua, energia, não cumpria toda a necessidade mais servia bastante [...] (BENEFICIARIA 04)

Pra mim o bolsa família tem mim ajudado bastante, graças a Deus, não deu para suprir todas as necessidade devido e um dinheiro pouco, mas ajuda em alguma coisa, como ajudou bastante no remédio para meu filho, tem um filho com 12 anos que necessita de remédio para o problema de vitiligo que o meu filho tem, e o mais mim ajudou bastante não posso reclamar, apesar de ser pouco mais e um pouco que as vezes a gente nem isso tem, eu recebo o bolsa família e sou muito grata graças a Deus, mesmo pouco eu agora estou desempregada e esse dinheiro chegou em boa hora pelo menos dá pra comprar o gás que e necessitado para uma pessoa que nem eu que estou desempregada. (BENEFICIARIA 05).

Diante desta realidade, os beneficiários (as) afirmam que o Programa Bolsa Família, sendo um Programa que ajuda as pessoas, as famílias carentes, e essa ajuda sempre dá para pagar a água e energia dessas famílias. Esse programa na visão dos beneficiários (as) entrevistados tendo o foco principal como ajuda, nas quatro falas dos beneficiários (as) tendo o mesma visão do Programa. Percebemos que quando essas famílias recebem o Programa Bolsa Família não dá para elas garantirem seus sustentos.

O Bolsa Família é um Programa de Transferência de Renda que garante as famílias beneficiárias o acesso ao recurso financeiro, possibilitando desta forma

uma melhoria na condição de vida. Perguntei há quanto tempo você e beneficiário (a) do PBF,

Eu fui beneficiado pelo Bolsa Família há quatro (04) anos, ai desse quatro ano pra cá eu não passei a receber mais porque hoje eu tenho um salário mínimo de um auxílio de doença, então se foi a Dona Gaida foi quem me ajudou conseguir esse benefício do auxílio de doença porque a minha situação no e chegou o momento de eu não ter mais condições de trabalhar então se ela viu minha situação ela se prontificou de mim nos ajudar e hoje tenho um salário mínimo para mim sobreviver. (EX-BENEFICIARIO 02)
Recebo o benefício já faz uns seis (06) anos. (BENEFICIARIA 03)

Sou grata pelo benefício receber esse benefício a sete (07) anos e que mim ajudou na renda familiar. (BENEFICIARIA 04).

Há uns oito (08) anos, faz muito tempo (BENEFICIARIA 05)

De acordo com os beneficiários entrevistados do Programa Bolsa Família, o (Ex-beneficiario 02) recebeu o benefício há quatro anos, hoje em dia não recebe mais porque está recebendo um auxílio doença. A (Beneficiaria 03) recebe o benefício já faz uns seis anos. A outra (Beneficiaria 04) diz que já tem sete anos que recebe, sou grata pelo benefício. A última também destacou dizendo que há oito anos que recebo, faz muito tempo.

Segundo Silva (2010) os programas de transferência de renda são tidos como mecanismos para propiciar esse desenvolvimento sustentável no sentido de que a focalização na população pobre através do PBF.

Alguma vez o seu benefício foi bloqueado, qual o motivo do bloqueio do PBF,

Não meu benefício nunca foi bloqueado sempre eu recebia todo mês certo eu ia lá estava o meu benefício na conta. (EX-BENEFICIARIO 02)

Sim foi bloqueado, não cheguei a saber o motivo, ninguém sob explicar o motivo. (BENEFICIARIA 03)

Sim, o ano passado quando chegou a comunicação para mim fazer o desligamento e automaticamente fiz o desligamento, porque se a gente não fizer o desligamento se bloquear passa mais tempo para poder voltar o benefício, então eu fiz o desligamento autoticamente pra poder não acontecer isso. (BENEFICIARIA 04).

Sim, dois anos fiquei desligada do bolsa família por causa do ex-marido que o salário ultrapassou, de 39,00 reais para cada pessoa, ficou 142,00 reais para cada família então eu não passei no programa eu fui desligada durante dois anos, retornei agora recebendo 117,00. (BENEFICIARIA 05).

Desta temática, se o benefício foi bloqueado e qual o motivo, dos quatro beneficiários (as) entrevistados só o ex-beneficiário que o benefício nunca foi bloqueado, relatou que sempre recebia todo mês. Os outros entrevistados todos tiveram o seu benefício bloqueados por algum motivo.

Quais as dificuldades encontradas pela sua família no momento do bloqueio do benefício,

Eu cheguei trabalhar de faxina nas casas pra, as vezes eu trabalhava só mesmo pela comida mais o dinheiro era um agrado não tinha assim não era um como se diz não era muita coisa era pouquinho mesmo só pra as vez comprar mistura do arroz, o feijão mais pra outra coisa não dava, então se eu cheguei a trabalhar de faxina um ano, um ano trabalhei de faxina uns pagavam e outros não pagavam e outros ainda hoje me deve inclusive eu já até esqueci já. (EX-BENEFICIÁRIO 02)

Quando eu estava desempregada, quando o benefício era bloqueado, não tinha o dinheiro para pagar à água e energia. (BENEFICIÁRIA 03)

Não, até porque já estava trabalhando e eu não sentir tanta falta assim do benefício porque eu sabia que eu já estava trabalhando ne, então a gente eu como já tinha feito o desligamento, muitas famílias poderia está precisando mais do que eu que já estava trabalhando. Sou grata pelo benefício receber esse benefício as sete anos e que mim ajudou na renda familiar que agora graças a Deus não preciso mais, mais do benefício. (BENEFICIÁRIA 04).

Eu precisava comprar remédio para o meu filho, tem um filho de 12 anos que necessita de remédio para o problema de vitiligo que o meu filho tem. (BENEFICIÁRIA 05).

Os entrevistados cada beneficiários (as) com as suas dificuldades encontradas durante o processo de bloqueio do benefício. (Ex-beneficiário 02) trabalhou de faxina nas casas, as vezes eu trabalhava só mesmo pela comida. Na entrevista com a (Beneficiária 03) não tinha o dinheiro para pagar à água e energia. No outro relato da (Beneficiária 04) disse que não sentiu tanta falta, porque já estava trabalhando na época que foi bloqueado o benefício. A última (Beneficiária 05) eu precisava comprar remédio para o meu filho, tem um filho de 12 anos que necessita de remédio para o problema de vitiligo. Esses foram o relato de desespero dos (as) beneficiários do Programa por falta da distribuição de renda.

Assim, as famílias que se encontram na situação de vulnerabilidade extrema, enfrentam muitas dificuldades, alimentos, remédios, carências, ou seja, quando faltam elementos básicos de se viver em sociedade, que garanta o mínimo de dignidade pra essa família.

Portanto, é interessante destacarmos que esse é o ponto fundamental na minha entrevista, o que significa o desligamento voluntário e o retorno garantido, dentro do Cadastro Único,

O significado do desligamento do cadastro único e assim do benefício e quando a pessoa veja já está recebendo que aí não depende mais dele, aí você vai lá e faz o desligamento porque você já tem outro benefício que já dá pra resolver a situação. O retorno garantido e quando você tá precisando que aí você vai lá e renova o cadastro único pra poder continuar recebendo o benefício. (EX-BENEFICIÁRIO 02)

Sim, o desligamento quando você tiver desempregado, você desliga. O retorno garantido, quando você precisa voltar para o Programa. (BENEFICIÁRIA 03)

Sim o voluntário e quando você vai lá e assina o papel aí você faz o desligamento atualmente e quando você é bloqueada passa mais tempo para voltar o benefício. (BENEFICIÁRIA 04).

Mas a questão do desligamento eu não entendi, não sabia como era, mais e só ruim que as vezes eles desliga agente do programa e não fala o porquê, foi no meu caso quando bloquearam o meu benefício aí eles foram mim avisar depois que eu já tinha desligada a mais de dois meses, não sei o motivo voltei de novo mais uma vez pra receber o benefício. (BENEFICIÁRIA 05)

Entre as entrevistas dadas a pesquisa, cada beneficiários (as) entrevistados do Programa Bolsa Família, entendiam o significado do desligamento voluntário e o retorno garantido, somente uma das entrevistadas, sendo a (Beneficiária 05) não entendeu muito bem como fazer esse processo de desligamento voluntário. Dando continuidade ao mesmo assunto, perguntei se alguma vez solicitou o pedido do desligamento voluntário,

Eu pedi, porque na época quando eu passei a receber o meu benefício por auxílio de doença, então se falaram pra mim que eu não podia receber dois salário, então eu tinha que ir lá fazer o desligamento pra poder ficar recebendo só um porque pela Lei não pode ficar recebendo dois benefício. (EX-BENEFICIÁRIO 02).

Ainda não, mais vou solicitar. (BENEFICIÁRIA 03)

Sim, quando chegou a comunicação para mim fazer o desligamento e automaticamente fiz o desligamento, porque se a gente não fizer o desligamento se bloquear passa mais tempo para poder voltar o benefício, então eu fiz o desligamento automaticamente pra poder não acontecer isso. (BENEFICIÁRIA 04).

Acho que não, mais benefício já foi bloqueado (BENEFICIÁRIA 05)

Ainda dentro do contexto abordado, teve algum tipo de palestra ou reunião falando sobre a importância do desligamento voluntário e o retorno garantido,

Olha quando sempre quando surgia reunião lá no CRAS eu era duns que ia participar pra ouvir o que falava sobre o desligamento do Bolsa Família, então eu fui uns que participei da reunião e falaram que quando uma pessoa tem um benefício que recebe outro benefício e continua recebendo o Bolsa Família então pela Lei não pode ficar recebendo dois tem que ser só um, então você sede a vaga pra outra pessoa que tá carente que não tem renda nenhuma. (EX-BENEFICIARIO 02).

Sim, nas reuniões (BENEFICIARIA 03)

Sim, quando eu ia para reunião eles sempre alertava para fazer o desligamento ne, porque era bem mais garantido. (BENEFICIARIA 04).

Também participo das reuniões participo das palestras pra mim ter mais um conhecimento como funciona o bolsa família. Mas a questão do desligamento eu não entendi muito bem. (BENEFICIARIA 05)

A maioria dos (as) Beneficiários (as) em sua fala acima citados, todos participavam das reuniões e palestras que tinham informações sobre a importância do desligamento voluntário e o retorno garantido, eles ouviam falar da temática. Somente uma das beneficiarias participava das reuniões. Mas a questão do desligamento eu não entendi muito bem, diz a (Beneficiaria 05).

Você sabe o que são Condicionalidades,

A condicionalidade do Bolsa Família e assim por exemplo toda data que recebe o Bolsa Família e necessário que a pessoa tem que pesar pra saber se a pessoa está alimentando ou ta denutrido pra poder ter uma alimentação saudável. (EX-BENEFICIARIO 02).

Sim. Informação do peso é comparecer na escola, frequência escolar. (BENEFICIARIA 03)

Sim, ir no posto de saúde pesar a criança, está estudando sem faltar aula, tem que levar isso tudo no cadastro único do bolsa família. (BENEFICIARIA 04).

Todas as vezes que temos reuniões nos finais dos meses eu participo levo peso todos os pesos dos meus filhos, pego a declaração da escola todo o começo de ano, graças a Deus que meus filhos nunca mudaram de escola até porque são duas escolas no Município. (BENEFICIARIA 05)

Os (as) Beneficiários (as) atribuem as condicionalidades somente a política de educação ou a política de saúde, como foi demonstrado nos depoimentos logo acima, assim, as famílias acabam desconhecendo o compromisso de cumprir as

condicionalidades, portanto, não é apenas da família o compromisso mas também do poder público.

Para Cunha (2009), tanto as famílias quanto o governo são responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades, cabe as famílias manter as crianças na escola e o cartão de vacina em dias com o peso sempre atualizados.

Você acredita que o Programa Bolsa Família tem contribuído para melhorar sua condição de vida? Explique,

Olha pra mim melhorou bastante assim no sentido das despesas de água, energia e mais sobre a alimentação não dava pra alimentar não dava pra comprar fazer uma compra de casa, mais por um lado foi me ajudou bastante. (EX-BENEFICIARIO 02).

Sim, porque o dinheiro serve para muitas coisas, comprar material escolar, lanche, pagar a água e luz. (BENEFICIARIA 03).

Sim, dá para pagar agua e luz, comprar alguma coisa para o filho comer, esse dinheiro ajuda bastante. (BENEFICIARIA 04)

Graças a Deus ajuda muito, apesar que e pouco mais e um pouco que mim ajuda principalmente em algumas necessidades como água, energia ou um gás que necessito. (BENEFICIARIA 05).

Os (as) Beneficiários (as) define o Programa Bolsa Família como um benefício que veio para “ajudar sua família”, proporcionando uma qualidade de vida melhor e satisfatória. Relato da (Beneficiaria 05) graças a Deus ajuda muito, apesar que e pouco mais e um pouco que mim ajuda principalmente em algumas necessidades como agua, energia ou um gás que necessito.

Esta pergunta mencionei para o (Ex-beneficiario 02) que recebe outro benefício, você já imaginou hoje sua vida sem o benefício? Se você não tivesse nem um outro Benefício,

A minha vida ia ser muito mais difícil e pior porque assim, vem a despesa de água a energia, alimentação e não tinha nem como sobreviver porque no dia de hoje que você olha para essa cidade maravilhosa que a gente mora e uma cidade que não tem uma facilidade de você arrumar um emprego, não tem um e uma cidade que é boa mais não tem um desenvolvimento e a pessoa as vezes acaba sofrendo as consequências de uma carência muito grande. (EX-BENEFICIARIO 02).

O que é família para você,

A família e muito importante na vida da gente, porque você ta convivendo com a família, que você tem um conforto tem alegria e no momento da doença

you e acompanhado pela sua família e you está amparado pela família. (EX-BENEFICIARIO 02).

Família é tudo, minha vida. Pessoas que mais amo. (BENEFICIARIA 03).

A família é a base, meus filhos são tudo. (BENEFICIARIA 04).

E muito importante a família, minha família e tudo, sinto falta dos meus pais. (BENEFICIARIA 05).

Nos depoimentos vistos, a maioria refere-se  compreensão do termo família como um laço de amor e segurança que se tornou um núcleo de fundamental importância em suas vidas.

Qual o seu papel na família,

Eu no momento eu não convivo com a minha família, porque eu moro no Estado do Tocantins que  Lajeado e aqui a minha família está muito distante de mim, a minha família e do Piauí e outras de Brasília e não tenho ligação não tenho contato com a minha família, então pra mim seria importante eu t presente com a minha família mais na realidade a minha família não está presente comigo aqui. (EX-BENEFICIARIO 02).

Meu papel  cozinhar, lavar, cuidar dos filhos, ir na escola saber como está o filho. (BENEFICIARIA 03).

O meu papel é cuidar dos meus filhos, levar para a escola, pro posto de saúde, arrumar a casa, a comida. Porque eu que sou a mãe e o pai deles. (BENEFICIARIA 04).

Cuidar do lar e dos filhos, dar educação. (BENEFICIARIA 05).

Segundo, Miotto (2010), a autora afirma o conceito de família, diz que,

A família, nas suas mais diversas configurações constitui-se como um espaço altamente complexo.  construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado. (MIOTTO, 2010, p.167 – 168).

Neste sentido, a sociedade vem enfrentando mudanças significativas no que se refere à vida familiar, desta forma para uma diversidade de configurações familiares que estão sendo construídas e reconstruídas constantemente na vida do ser humano.

Sendo assim finalizo a entrevista pedindo, qual a sua opinião sobre o PBF? You acha que esse programa tem sido eficiente no combate à pobreza das famílias,

Olha Marta tem sido eficiente sobre a pobreza sabe porque através do Bolsa Família tem melhorado a situação de muitas pessoas carentes, pessoas que não tinha renda, não tinha como sobreviver foi a melhor coisa que o governo e sempre ele ajudou conseguir esse Bolsa Família pra que as pessoas carentes participassem do Bolsa Família pra melhorar a situação de muitas pessoas necessitado carente. (EX-BENEFICIARIO 02).

Sim, porque ajuda muitas famílias, tem família que não está trabalhando. Igual a crise que veio, as pessoas procuravam o serviço nas casas e não acham para trabalhar. Esse dinheiro ajuda muito as famílias. Eu mesmo ajudou muito, e como ajudou. (BENEFICIARIA 03).

Sim, porque a família que não tem condições de comprar nada, quando ganha esse benefício todo mês sabe que vai dar para pagar sua água, energia e comprar algum alimento. Claro que o dinheiro não e muito mais dá pra ajudar o pobre. (BENEFICIARIA 04).

Tem sido, esse programa é muito bom ajuda muito quem não tem condições de comprar e pagar nada, me ajudou muito. (BENEFICIARIA 05).

Percebe-se que a maioria dos (as) beneficiários (as) falam que o programa veio para combater a pobreza no Brasil. Dessa forma, essas famílias que se encontram nessa condição vivem em condições precárias de alimentação, moradia, essas famílias necessitam de políticas públicas voltadas a esse público alvo, mas que realmente essas políticas sejam efetivadas e garantidas e que seus direitos sejam efetivados, ou seja, acessados para que esse público possa sair da condição de vulnerabilidade. Que essas famílias consiga uma oportunidade de se inserir no mercado de trabalho para que possa garantir o sustento de sua família.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa colaborou com a construção de conhecimento sobre a temática, onde foi possível adquirir novos conhecimentos e confirmar conceitos já existentes. Possibilitando novas estratégias com base nas fundamentações teóricas e a realidade prática. A pesquisa visa compreender o processo do desligamento voluntário e o “retorno garantido” desses beneficiários, com algumas normas e diretrizes estabelecidas dentro do PBF, sendo o preenchimento de um formulário, com a atualização do cadastramento único, colhendo algumas informações específicas desse beneficiário.

Diante disso a pesquisa teve como o objetivo geral, compreender o processo do desligamento voluntário e o retorno garantido do Programa Bolsa Família em Lajeado -TO.

A partir dessa análise dos dados coletados durante a entrevista com o gestor do Programa Bolsa Família, com ex-beneficiário e com as beneficiárias do Programa Bolsa Família. A pesquisa mostra que o estudo também apresenta que a maioria das famílias entrevistadas conhecem o processo do desligamento voluntário, que sempre nas reuniões no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, a equipe sempre passa informações sobre o processo. Já o gestor do Programa Bolsa Família, também esclarece como o desligamento voluntário e o retorno garantido funciona dentro do Programa. O gestor passa uma informação importante, que alguns beneficiários tem o seu benefício bloqueado porque ficam omitindo as informações para o cadastro único, por exemplo a renda da família, diz que não estão trabalhando. No relato do Entrevistado 01, sendo o gestor, tudo está funcionando de formas cabíveis dentro do Programa. O entrevistado ainda diz que desligamento voluntário e promovido pelo próprio beneficiário.

(ENTREVISTADO 01) sendo o gestor diz que, processo de desligamento voluntário e da seguinte forma a pessoa vem voluntariamente fazer o desligamento quando a pessoa não necessita agente faz a informação, faz a solicitação no sistema e depois atualiza o cadastro. Porque o seguinte o Governo Federal adotou um método mais rigoroso agora e no ano passado referente as pessoas que omitia as informações que não querem fazer o desligamento voluntário. O Cadastro Único ele tem até dois anos para você atualizar ele, nesse período de até dois anos a pessoa começou a

trabalhar não atualizou e não veio informar que ultrapassou o benefício automaticamente ele vai ter que entrar na averiguação da auditoria.

O ex-beneficiário e as beneficiárias também relatam o processo de desligamento voluntário, a maioria dos entrevistados falam que sabe direitinho como funciona esse processo, porque sempre participam das reuniões e estão informados pela a equipe técnica do cadastramento único.

Constata-se que o objetivo geral foi atendido porque efetivamente o trabalho conseguiu compreender sobre o desligamento voluntário e o retorno garantido do Programa Bolsa Família em Lajeado –TO.

Os objetivos específicos, tendo o primeiro como analisar o Programa Bolsa Família (PBF) no município de Lajeado –TO. Diante desta realidade, os beneficiários (as) afirmam que o Programa Bolsa Família, sendo um Programa que ajuda as pessoas, as famílias carentes, e essa ajuda sempre dá para pagar a água e energia dessas famílias. Esse programa na visão dos beneficiários (as) entrevistados tendo o foco principal como ajuda, nas quatro falas dos beneficiários (as) tendo o mesma visão do Programa. Constata-se que nesse primeiro objetivo específico, que essa análise não atendida, porque na visão dos entrevistados o Programa Bolsa Família só serve como ajuda, só isso e nada mais. Na realidade os entrevistados não sabem do contexto geral do Programa Bolsa Família, como ele foi criado, qual o maior objetivo e seu público alvo.

Embora não possamos descartar essa contribuição do programa à melhoria das condições de vida dessas famílias, não podemos dizer que ele possibilitou superar as condições de vulnerabilidade, no máximo ele é uma forma de enfrentamento a esta, mas que não deve ser atribuído a ele a “salvação” dos pobres. Portanto, diante do exposto, identificamos neste estudo a partir dos beneficiários (as) que foram entrevistados, que o Bolsa Família proporciona não somente apenas uma recurso financeiro que os possibilita uma condição de vida mais digna, mas sobretudo apresenta a perspectiva de superar sua condição de vulnerabilidade.

O segundo objetivo específico, investigar como as famílias ficavam sabendo das informações sobre o desligamento voluntário e o retorno garantido. Durante a pesquisa na coleta de informações, as beneficiárias disseram que sempre acontecem reuniões e palestras específicas para tratar da temática abordada. De acordo com um relato de uma beneficiária entrevistada, quando perguntei se haveria alguma reunião específica, ela diz que, sim, quando eu ia para reunião eles sempre

alertava para fazer o desligamento ne, porque era bem mais garantido. (BENEFICIARIA 04). Na minha pesquisa constata-se essa investigação foi feita durante a entrevista, essas reuniões e palestras acontecendo sempre no intuito de passar as informações precisas. O foco principal do gestor era passar essas informações para os beneficiários (as), criando até estratégias da tecnologia avançada, fazendo um grupo de WhatsApp com todos os beneficiários que tem acesso com as informações, o gestor ainda frisou os que não tem o aparelho do acesso a WhatsApp ficam do mesmo jeito sabendo das informações, os que tem passam para os outros que não usam essa tecnologia. E que essa estratégia usada no município, creio que no Estado do Tocantins, o município de Lajeado seja o primeiro a cria-lo.

O terceiro objetivo específico, identificar quais as dificuldades encontradas pela família no momento do bloqueio do benefício. E essas dificuldades foram encontradas de acordo com cada relatos dos beneficiários (as). Destaquei três entrevistas que chamou muito atenção.

Eu cheguei trabalhar de faxina nas casas pra, as vezes eu trabalhava só mesmo pela comida mais o dinheiro era um agrado não tinha assim não era um como se diz não era muita coisa era pouquinho mesmo só pra as vez comprar mistura do arroz, o feijão mais pra outra coisa não dava (EX-BENEFICIARIO 02).

Quando eu estava desempregada, quando o benefício era bloqueado, não tinha o dinheiro para pagar à água e energia. (BENEFICIARIA 03).

Eu precisava comprar remédio para o meu filho, tem um filho de 12 anos que necessita de remédio para o problema de vitiligo que o meu filho tem. (BENEFICIARIA 05).

Esses relatos dos entrevistados acima faz voltar no contexto da pobreza, no capítulo dois, quando menciona o indivíduo vivendo a escassez da pobreza e suas mazelas. Essas dificuldades sendo encontradas quando o benefício está bloqueado por algum motivo. Ao considerar os objetivos específicos desse estudo, foram atendidos as minhas inquietações.

Essa pesquisa foi realizada a partir da minha inquietação em querer saber quais os motivos que os beneficiários do Programa Bolsa Família, não se desligava do programa quando arrumava algum emprego ou alguma condições de vida melhor, deixando o seu benefício bloquear.

Os procedimentos metodológicos, utilizados na execução da pesquisa, se insere no marco da metodologia qualitativa de análise com a técnica da entrevista semiestruturada. Nesta pesquisa busquei identificar os mecanismos utilizados para desenvolver as atividades, a técnica a ser utilizada para coleta dos dados, gravador, questionário. Para fazer essas entrevistas precisou elaborar um planejamento de organização, delimitar o horários e o espaço físico onde foram realizadas as entrevistas. A observação tendo como um ponto principal da entrevista.

Houve certa dificuldade na abordagem de alguns participantes, pois sentiram receio de falar sobre o assunto proposto, principalmente as beneficiárias nunca tinham participado de entrevista, gravando a sua voz, as falas dos entrevistados (as) foram citadas neste trabalho conforme a escuta realizada pela pesquisadora, ou seja sem alterações na ortografia. Diante disso, todos os objetivos específicos e o objetivo geral proposto diante da pesquisa foram todos alcançados, onde foi possível compreender realmente o processo do desligamento voluntário e o retorno garantido do Programa Bolsa Família no município de Lajeado – TO.

A conclusão da minha pesquisa, que a compreensão do processo do desligamento voluntário e o retorno garantido do Programa Bolsa Família no município de Lajeado, depois dos relatos, das entrevistas, da pesquisa com o gestor e os beneficiários (as) do Programa, realmente pude compreender como se dá esse processo. O Programa Bolsa Família, para o beneficiário permanecer nele, tem que seguir algumas normas e diretrizes estipuladas pelo programa. Que o papel do gestor e passar informações, apresentar os procedimentos do cadastro único como funciona essa ferramenta de bancos de dados. Os beneficiários (as) do programa com a visão que o programa seja só uma ferramenta de ajuda no processo da sobrevivência. Quero aqui destacar que de acordo com PNAS (2005) a Constituição Federal de 1988 apresenta os direitos no âmbito civil, político e social. Portanto, a Constituição Federal garante direitos, que visam superar a perspectiva assistencialista pautada na ideia do favor, da caridade, pelo contrário, o acesso a esses direitos são garantidos e fundamentados por lei. A Política Nacional de Assistência Social – PNAS surge justamente para reforçar a garantia da Assistência Social como direito.

Conforme toda a leitura, a pesquisa, a coleta de dados, o Programa Bolsa Família, ao mesmo tempo em que ele inclui também exclui o próprio beneficiário. Banalizam-se alguns aspectos que o desligamento voluntário e o “retorno garantido” nos traz dois conceitos que pude compreender depois da entrevista com os

entrevistados, quando o programa inclui o beneficiário tem que mostrar extrema pobreza, preencher o cadastramento único com uma renda mínima para passar no critério permitido, para continuar dentro do programa tem que cumprir normas e diretrizes estipuladas. E quando aquele pobre deixar de ser um pouco mais pobre tem que informar e solicitar o desligamento voluntário, e se depois de tudo isso ele não conseguir se manter no emprego, o beneficiário volta de novo a pobreza de origem onde é encaixado no retorno garantido pelo Programa Bolsa Família.

Neste momento quero deixar a minha contribuição com a pesquisa expondo o meu pensamento enquanto acadêmica de Serviço Social foi muito prazeroso trabalhar essa temática, porque de alguma forma adquirir outro olhar, compreensão, saber ver o outro lado da moeda, a não julgar o indivíduo sem saber da sua vida cotidiana, o que realmente se passa com as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Quando eu mencionei que a pesquisa foi realizada a partir da minha inquietação, foi no intuito de dizer que um dia já fui digitadora, preenchia o cadastro único, colhendo informações para o banco de dados do sistema. Tinha uma visão totalmente diferente na qual tenho hoje, naquela época não entedia do processo, era apenas uma digitadora com um olhar fixado em uma máquina. A observação e fundamental nesse processo que nos leva a colher informação no intuito da pesquisa. Não só a pesquisa ensinou algo diferente, mas o ser humano nos traz refletir o dia a dia de nossas vidas, sabendo dar valor as pequenas coisas.

Para finalizar minhas falas, foi muito gratificante produzir um trabalho de conclusão de curso – TCC do Serviço Social, no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Lajeado – TO. Essa pesquisa e de suma importância em minha vida. Agradeço todos que contribuíram com a minha pesquisa de alguma forma, em especial o gestor do Programa Bolsa Família e os beneficiários(as) do Programa, meu muito obrigado.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Luís Eduardo. **Um Estudo dos Aspectos Distributivos da Previdência Social no Brasil**. Tese de Doutorado em Economia. São Paulo: FEA/ USP, 2003.

ALVORI, Ahlert A. **Eticidade da educação**: o discurso de uma práxis solidária/universal. Coleção Fronteiras da Educação. 2.ed. Ijuí-RS: UNIJUI,2003.

AMÂNCIO, Julia Moretto. **Parcerias entre Estado e Sociedade Civil**: Significados e Desafios na Gestão de Políticas Públicas. O Caso da Assistência Social em São Paulo. Campinas: Unicamp, 2008.

AMARO, Sarita. **Visita Domiciliar**: Guia para uma abordagem complexa. Porto Alegre: AGE; 2003. 2ª ed. 2007.

ANDRADE, Eli Lôla Gurgel. **Estado e Previdência no Brasil**: uma breve história. In: MARQUES, Rosa Maria et al. A Previdência Social no Brasil. Coleção Cadernos da Fundação Perseu Abramo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003 (a).

ANTUNES, Ricardo. **A erosão do trabalho**. Folha de São Paulo, 01/05/2009, A/3.

BARCA, V. CHIRCHIR, R. **Single registries and integrated MISs**: De-mystifying data and information management concepts. Department of Foreign Affairs and Trade of the Australian Government, 2014.

BARROCO, Maria Lucia. **“Ética: fundamentos sócio históricos”** 3º Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BARROS, Aidil J. da S.; LEHFELD, Neide Aparecida de S. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007

BARROS, R. P et al. **Sobre as utilidades do Cadastro Único**. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia. (Org.). Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: Ipea, 2010, v. 1,2010. p. 179 a 212.

BARTHOLO. L. et al. **Contribuições e potencialidades do Cadastro Único para a implementação de políticas sociais no Brasil**. In: BRASIL. Fome Zero. Uma história brasileira. Brasília/DF: MDS, Assessoria Fome Zero, 2010. Disponível em: <http://www.pachamama.agr.br/biblioteca/Fome%20Zero%20Vol3.pdf>

BATTINI, O. **Atitude investigativa e prática profissional**. In: BAPTISTA, M. V.; BATTINI, O. A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento. São Paulo: Veras Editora, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamento e história**. 9 ed. – São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 2).

BOSCHETTI, Ivanete; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. **Imprecisão conceitual e pulverização dos recursos federais na Função Assistência Social**. In: Revista Ser Social. Brasília: UnB, 2003.

BRASIL, Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL/ SECRETÁRIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Diagnóstico do Sistema Previdenciário Brasileiro**. Brasília: MPS, SPS, 2003. Disponível em: www.previdenciasocial.gov.br/reforma.

_____. MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Orientações para a fiscalização e controle social do Programa Bolsa Família**. Brasília, DF: 2010c.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE **Lei Orgânica da Assistência Social (PNAS)**. Brasília: MDS\SNAS, 1993.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, MDS, 2004.

_____. **Sistema único da Assistência Social - Norma Operacional Básica**. 2005. Disponível em: [http:// www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br). Acesso em: 15 jul. 2010.

CARDOSO JR., José Celso; JACCOUD, Luciana. **Política Social no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal**. Questão social e políticas sociais no Brasil Contemporâneo. Brasília: IPEA -2005.

CARNEIRO, Carla B. L. **Concepções sobre pobreza e alguns desafios para intervenção social**. Serviço Social e Sociedade. Nº 84, ano 26. P.66-90. Nov/2005

CARVALHO, Graziela Figueiredo de. **A assistência social no Brasil: da caridade ao direito**. 2008. 58 f. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **O lugar da família na política social**. In: CARVALHO, M. do C. Brandt de (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC / Cortez, 2000.

_____, Maria do Carmo Brant de. **A família contemporânea em debate**. A priorização da família na agenda da política social. 1997, p. 11-21

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2006.

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 1993.

COGGIOLA, Osvaldo. **Observações sobre o Bolsa Família, a fome e políticas sociais focais no governo Lula**. In: *A estatística da miséria e a miséria da estatística*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

COHN, Amélia. **Previdência Social e Processo Político no Brasil**. São Paulo: ed. Moderna, 1980.

_____. **Programas de transferência de renda e a questão social no Brasil**. Rio de Janeiro: Fórum Nacional, 2004. (Estudos e Pesquisas, n. 85). Disponível em: <http://www.forumnacional.org.br/publi/ep/EP0085.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2007.

Costa, Alfredo Bruto da (2007), **Exclusões Sociais**. Lisboa: Gradiva.

COTRIM, Gilberto. **História e Consciência do Mundo**. 1. Ed. São Paulo: Saraiva.

DALLARI, Dalmo. **Direitos humanos e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna 2004. (Polemica)

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: direito de família. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 5.

DRAIBE, Sônia Miriam. BRASIL 1980-2000: **proteção e insegurança sociais em tempos difíceis**. In: Taller Inter-Regional "Protección Social en una Era Insegura: Un Intercambio Sur-Sur sobre Políticas Sociales Alternativas en Respuesta a la Globalización". Santiago, Chile, Mayo 14-16, 2002.

ESTEVIÃO, Ana Maria R. **O que é Serviço Social**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FALEIROS, Vicente. **Renda mínima uma avaliação**. In: SPOSATI, Aldaíza. Renda mínima e Crise Mundial: saída ou agravamento? São Paulo: Cortez, 1997. P.11 – 46.

FARIA, V. E. Brasil: **Compatibilidade entre a estabilização e o resgate da dívida social, in Pobreza e Política Social**. CADERNOS ADENAUER, nº 1. São Paulo: Fundação Konrad Adeunauer, 2000.

FEHLBERG, M. P. A. **Serviço Social**: influências religiosas, constituição da profissão e os desafios atuais: EST/PPG, 2009. 123 p.

FORTI, V. **Ética, crime e loucura**: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FREITAS, T. P. **Serviço Social e medidas socioeducativas**: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos. Serv. Soc. Soc. nº. 105, São Paulo Jan./Mar. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>

FROTA, Maria Helena de Paula (Org); OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira (Org). **Família, Gênero e Geração**: temas transversais. [et.Al]. Fortaleza: EDUECE, 2004.p.242.

GARCIA, Joana. **O acompanhamento de famílias na Política de Assistência Social**. Contribuições para Proteção Básica e Proteção Especial. In: Cadernos da Assistência Social. v.1. 2011. p. 69-85.

GENTIL, Denise Lobato. **A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira** – Análise financeira do período 1990-2005. Tese de Doutorado em Economia. Rio de Janeiro, RJ: IE/ UFRJ, setembro de 2006.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia/Anthony Giddens**; tradução Sandra Regina Netz. – 4.ed.- Porto Alegre: Artmed, 2005, 600 p.

GOLDANI, A. M. **Reinventar políticas para as famílias reinventadas**: entre la “realidad” brasileña y la utopia. Lineamientos de acción y propuestas de políticas hacia las familias. Serie Seminarios y Conferencias, Chile, n. 46, CEPAL, p.319-345, 2005.

GUIAQUETO, Adriana. **A descentralização e a intersetorialidade na Política de Assistência Social**. Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. IX, n.10, Dez. 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. E CARVALHO R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: CFESS; ABEPSS. SERVIÇO SOCIAL: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios Críticos.12. Ed. São Paulo. Cortez, 2013.

JACCOUD, Luciana. **Proteção social no Brasil**: debates e desafios. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Edições UNESCO, 2009.

KASLOW, F. W. (2001). **Families and family psychology at the millennium**. American Psychologist, 56, 37-46.

KÜNNEMAN, R. **Transferências de renda e meta de desenvolvimento do milênio**: uma abordagem de direitos humanos. Passo Fundo: IFIBE, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LESSA, Sérgio. **Abaixo à família monogâmica/** Sergio Lessa. – São Paulo: Instituto Lukács, 2012. 112 p.

LESSA, Sergio. TONET, Ivo. **Introdução À Filosofia de Marx.** 1. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LIMA, Arlette Alves. **Serviço Social no Brasil:** a ideologia de uma década. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1987.

LÔBO, P. Direito Civil: **família.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 2

LONARDONI, Eliana; GIMENES, Junia Garcia; SANTOS, Maria Lucia dos. **O processo de afirmação da assistência social como política social.** Revista Serviço Social, Londrina v. 8 n.2, jan/jun. 2006.

MALTHUS, Thomas Robert. **An essay on the principle of population;** or, a view of its past and present effects on human happiness; with an inquiry into our prospects respecting the future removal or mitigation of the evils, which it occasions. Vol. II. Washington: Roger Chew Weightman, 1809.

MANTOUX, Paul A. **A Revolução Industrial no século XVIII:** estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra. São Paulo: Editora da UNESP, 1988.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social.** Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

_____. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada.** In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina:eduel, 2003. p.11-25.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social:** identidade e alienação. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1991, p. 27-121.

MENEZES, Francisco; SANTARELLI, Mariana. **Da estratégia fome zero ao plano Brasil sem miséria:** elementos da seguridade social no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), 2011. 72 p.

MESTRINER, Maria Luíza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social.** – 3.ed. – São Paulo, Cortez, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MIOTO, Regina Célia Tamaso **Família, trabalho com famílias e o serviço social.** V.12, n.2, p.163-176, 2010.

_____. **Perícia Social: proposta de um percurso operativo.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 67, 2001.

_____. **Novas proposta e velhos princípios:** a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: Política Social, família e juventude: uma questão de direito. Sales, Matos & Leal (orgs.). São Paulo: Cortez, 2004.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento.** São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, Ana Elizabete; MARANHÃO, Cezar Henrique; SITCOVSKY, Marcelo. **As tendências da política de assistência social, o SUAS e a formação profissional.** In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Família, pobreza e gênero:** o lugar da dominação masculina. Fortaleza: EDUECE, 2001.

PAIVA, Beatriz Augusto de. **O SUAS e os direitos socioassistenciais:** a universalização da seguridade social em debate. Revista Serviço Social e Sociedade, n.87. São Paulo: Cortez, 2006.

PAULO NETTO, Jose. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PAULO NETTO, Jose; Falcão, M. do C. **Cotidiano:** conhecimento e critica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PEREIRA, Potyara. A. P. **Assistência Social na Perspectiva dos Direitos**: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: DF Thesaurus. 1996. 142 p.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Mudança Social, Política Social e o papel da família**: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: Mione Apolinário Sales, Maurilio Matos, Cristina Leal. (Org.). *Política Social, família e juventude; uma questão de direitos*. São Paulo/Rio de Janeiro: Cortez Editora/ Uerj, 2004, v., p. 25-41

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

QUINONERO, Camila Gomes; ISHIKAWA, Carlos Takeo; NASCIMENTO, Rosana Cristina Januário, MANTOVAN, Rosimeire Aparecida. **Princípios e diretrizes da Assistência Social**: da LOAS à NOB SUAS. *Revista O Social em Questão*, v. XVII, n. 30, 2013.

REGO Leão Walquiria de e PINZANI Alessandro. **Resenha de Vozes do Bolsa Família**: Autonomia, dinheiro e cidadania. (São Paulo: Editora Unesp, 2013).
ROCHA, Sonia. **Indicadores de pobreza**, segundo unidades de federação, regiões e estratos de residência — 2014.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? / Sonia Rocha. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 244 p.

_____. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? / Sonia Rocha. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

_____. **Pobreza no Brasil**: Afinal, do que se trata? Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

ROCHA, Sônia. **Transferências de renda**: o fim da pobreza / Sonia Rocha. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 216 p.: 23 cm.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A Família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 199 pp.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. 4 ed. São Paulo, SP (Brasil): Editora Brasiliense, 1998.

SANTANA, Jomar Á. **A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família.** In: SEMINÁRIO POPULAÇÃO E DESIGUALDADE, 2007, Belo Horizonte: Associação Brasileira e Estudos Populacionais, 2007.

SANTOS, I. L. **Texto do Serviço Social.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1983.

SANTOS, J. S. (2012). **Questão Social:** particularidades no Brasil (1ª ed.). São Paulo: Cortez.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como ordem simbólica.** Escola Paulista de Medicina – UNIFESP. Psicologia USP, 2004, 15(3), 11-28

SENNA, Mônica de Castro et al. **O Programa Bolsa Família:** uma nova institucionalidade no campo da política social brasileira. In: Revista Katálysis. Florianópolis, vol 10. n. 1, p. 86-94 jan/jun 2007.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. **A trajetória dos programas de transferência de renda e seus desafios atuais:** articulação com políticas estruturantes e unificação. Pensar BH/Política Social, 2006.

_____. **O bolsa família:** verso e reverso/ Campinas: Papel Social, 2016. 260 p.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da Seguridade Social brasileira:** entre a política pública e o mercado/ Ademir Alves da Silva. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Janaína Vilares da; CORGOZINHO, Juliana Pinto. **Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária:** possíveis Articulações. Psicologia & Sociedade, Palmas. V. 23, p. 3 – 4. 21. Dez. 2011.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **Avaliando o Bolsa Família:** unificação, focalização e impactos. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Avaliando o Bolsa Família:** unificação, focalização e impactos/ Maria Ozanira da Silva e Silva (coord.), Valeria Ferreira Santos de Almada Lima. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **O Bolsa Família:** problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. Ciênc. saúde coletiva. 2007, vol.12, n.6, pp. 1429-1439.

_____. **Renda mínima e reestruturação produtiva.** São Paulo: Cortez; EDUFMA, 1997. 168 p.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; DI GIOVANNI, Geraldo. **A Política Social Brasileira no Século XXI.** A prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo. Cortez, 2014.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Os programas de Transferência de Renda na Política Social Brasileira:** seu desenvolvimento, possibilidades e limites. Revista de Políticas Públicas, v. 8, n. 2, 2004, p. 113-133.

_____. **Formação profissional do Assistente Social.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SOARES, Laura Tavares. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina.** - Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** São Paulo: Cortez, 2002.

SOUSA, Charles Toniolo de Sousa. **A prática do assistente social:** conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. In: Emancipação, Ponta Grossa, n ° 08, 2008.

SPOSATI, Aldaíza et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras:** uma questão em análise. 9º. ed.. São Paulo: Cortez, 2007. 112 p.

_____. **Assistência Social em Debate:** direito ou assistencialização? In: CFESS. O Trabalho do Assistente Social no SUAS. Brasília: CFESS, 2011. Mesa-Redonda, p. 32-51.

_____. **Contribuição para a construção do Sistema Único de Assistência Social:** SUAS. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Ano 24, n. 78, p. 171-187, jul. 2004.

_____. **Mínimos sociais e seguridade social:** uma revolução da consciência da cidadania. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, nº 55, p. 9-38, nov. 1997.

STOTZ, Eduardo Navarro. **Pobreza e Capitalismo**. In: VALLA, Victor Vincent; STOTZ, Eduardo Navarro; ALGEBAILLE, Eveline Bertino. **Para compreender a pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto: Escola Nacional de Saúde Pública, 2005.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda Básica de Cidadania: a resposta dada pelo vento**. Porto Alegre: L&PM, 2006. (Coleção L&PM Pocket, n. 501).

_____. **Renda de Cidadania: a saída é pela porta**. 2. ed. São Paulo: Cortez: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2002.

SZYMANSKI, Heloisa. **Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança**. Serviço Social & Sociedade. 71 ano, XXIII, Especial: família. São Paulo, ano 23, n.71, p.9-25, 2002.

TAKAGI, M. **A implantação do Programa Fome Zero do governo Lula**. In: Aranha, A. (Org.). **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Brasília: MDS, 2010, v. 1, p. 54-73.

TAVARES Priscilla Albuquerque e PAZELLO Elaine Toldo. **Uma avaliação do Programa Bolsa Escola Federal: focalização e impacto na distribuição de renda e pobreza**. Caxambu MG, 2006.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto, N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

UZIEL, Anna Paula. **Família e homossexualidade: velhas questões, novos problemas**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

VIEIRA, A. M. M. **A multiestatégia de implementação do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único no período 2005 a 2007**. (Dissertação de Mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. ENSP/FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2011.

VITALE, Maria Amália Faller. **Famílias monoparentais: indagações**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 71. Ano XXIII, São Paulo: Cortez, 2002.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa família**: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil/ Marco Aurélio Weissheimer. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. 160 p.

WERNECK VIANNA, Maria Lucia Teixeira. **Estado, Sociedade e Cidadania**. Laboratório de Economia Política da Saúde/ UFRJ, julho 2005. Disponível em: www.enap.gov.brAcesso: março de 2007.

YAZBEC, M. C. **Pobreza e exclusão social**: expressão da Questão social no Brasil. In: Revista Temporalis, 2ª. ed. Ano 2, n.3 (jan./Jul. 2001). Brasília/DF: ABEPSS, Gráfica Odisséia.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA AO GESTOR DO PROGRAMA
BOLSA FAMILIA.**

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA – BENEFICIARIOS (A)S DO
PROGRAMA BOLSA FAMILIA.**

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE MIRACEMA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA AO GESTOR DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA – LAJEADO-TO

Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): Desligamento Voluntário e o “Retorno Garantido” do Programa Bolsa Família em Lajeado – TO.

Discente: Marta Regina Aires da Silva

Orientadora: Dra. Maria Helena Cariaga

Entrevistas nº: Data ___/___/___ Duração:_____ Gravação:_____

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

BLOCO I IDENTIFICAÇÃO SOCIAL

- 1) Nome: _____
- 2) Data de Nascimento: _____
- 3) Naturalidade: _____ Estado: _____
- 4) Sexo: () Masculino () Feminino
- 5) Raça/Etnia: () Branca/o () Negra/o () Parda/o () Amarela/o () Indígena
() Outro
- 6) Religião: _____
- 7) Graduação: _____ () Pública () Privada

- 8) Estado Civil: _____
- 9) Profissão/atividade/ocupação: _____ 10)
- Carga hora: _____
- 11) Tempo de atuação na Gestão Municipal: _____
- 12) () Concursado () Contrato () Outro: _____

BLOCO II

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) – PROGRAMA BOLSA FAMILIA – LAJEADO-TO.

- 01) Descreva-me sobre o Centro de Assistência Social (CRAS)
- 02) Fale um pouco sobre o Programa Bolsa Família?
- 03) Antes de ser gestor do Programa Bolsa Família (PBF), você já conhecia o Programa?
- 04) Quanto tempo é gestor do Programa Bolsa Família, no Município?
- 05) Qual o Papel do Gestor?
- 06) Quantas Famílias recebem o Bolsa Família no Município?
- 07) Quantos funcionários trabalham no Programa Bolsa Família?
- 08) Qual os dias e horário de funcionamento do Programa?
- 09) Quantos dia do mês realizam reuniões com os beneficiários?
- 10) Qual a estratégia usada com os beneficiários do Programa Bolsa Família?
- 11) Como se dá o processo de desligamento voluntário?
- 12) E o Retorno Garantido, explique?
- 13) Quantas famílias optaram pelo desligamento voluntário, no ano de 2018 a 2019?
- 14) Quantas famílias retornaram ao Programa, atrás do Retorno Garantidos?
- 15) Por que as família não procuram o cadastro Único para solicitar o desligamento voluntário?
- 16) De que forma se dá o bloqueio dos beneficiários do Programa Bolsa Família?
- 17) Conhece os principais critérios e condicionalidades que a família precisa atender para receber o benefício do Programa Bolsa Família?
- 18) Qual mecanismo usado para passar informações para os beneficiários?
- 19) Você como Gestor do Programa Bolsa Família e a favor do desligamento voluntario e o Retorno Garantido aos beneficiários?
- 20) Na sua opinião o que pode ser realizado para melhorar o PBF?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE MIRACEMA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA – BENEFICIARIOS (A)S DO
PROGRAMA BOLSA FAMILIA – LAJEADO-TO**

Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): Desligamento Voluntário e o “Retorno Garantido” do Programa Bolsa Família em Lajeado – TO.

Discente: Marta Regina Aires da Silva

Orientadora: Dra. Maria Helena Cariaga

Entrevistas nº: Data ___/___/___ Duração:_____ Gravação:_____

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

BLOCO I IDENTIFICAÇÃO SOCIAL

1) Nome:_____

2) Data de Nascimento:_____

3) Naturalidade:_____

4) Sexo: () Masculino () Feminino

5) Raça/Etnia:

() Branca/o () Negra/o () Parda/o () Amarela/o () Indígena () Outro

6) Religião:_____

- 7) Qual a sua Escolaridade?
() Não Estudou () Estudou, mas não se Alfabetizou
() Nível Fundamental Incompleto () Nível Fundamental Completo
() Nível Médio Incompleto () Nível Médio Incompleto () Nível Superior em Conclusão
() Nível Superior Completo.
- 8) Estado Civil: () Solteira () Casada () Divorciada () União Estável
- 9) Números de Filhos: _____
- 10) Você Trabalha? () Sim () Não
- 11) Qual a sua Renda? _____
- 12) Qual a sua profissão/atividade/ocupação? _____
- 13) Você recebe algum benefício do Governo Federal? Qual? _____
() Sim () Não
- 14) Sua moradia é:
() Própria () Alugada () Cedida
- 15) Possui água Encanada: () Sim () Não.
- 16) Qual o número de pessoas que moram na mesma residência?

BLOCO II

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) – PROGRAMA BOLSA FAMILIA – LAJEADO-TO.

- 01) Como era a sua vida antes do Programa Bolsa Família (PBF)? Especifique:
- 02) Fale do Programa Bolsa Família?
- 03) Há quanto tempo você é beneficiária (a) do PBF?
- 04) Qual a renda familiar (sem considerar o PBF)?
- 05) Qual o valor do benefício que a família recebe?
- 06) Sua Renda Per Capita é toda proveniente do Programa Bolsa Família?
() Sim () Não
- 07) Que outras atividades realiza para complementar a Renda? Especifique:
- 08) Você tem acesso a outros Serviços ofertados no CRAS/Lajeado, além do PBF? ()
Sim () Não. Quais Serviços?
- 09) Alguma vez o seu benefício foi bloqueado, qual o motivo do bloqueio do PBF?
- 10) Você sabe o que significa o “Desligamento Voluntário e o Retorno Garantido”, dentro do Cadastro Único?

- 11) Você alguma vez solicitou o pedido do desligamento voluntário?
- 12) Você teve algum tipo de palestra ou reunião falando sobre a importância do desligamento voluntário e o retorno garantido?
- 13) Você está tendo acesso às informações acerca dos critérios para acessar o PBF?
() Sim () Não, Especifique:
- 14) Quais as dificuldades encontradas pela sua família no momento do bloqueio do benefício?
- 15) Como sua família faz para se manter no momento em que o benefício está bloqueado?
- 16) Qual a situação atual do Benefício? () Advertido () Bloqueado () Suspenso () Cancelado () Liberado
- 17) Você sabe o que são Condicionais? () Sim () Não, Especifique?
- 18) Quais são suas maiores "Necessidades"?
- 19) Você acredita que o Programa Bolsa Família tem contribuído para melhorar sua condição de vida? Explique:
- 20) Com o que você mais gasta quando recebe o Recurso do Benefício?
- 21) O que o Programa Bolsa Família proporcionou em sua vida? Explique:
- 22) Você está tendo acompanhamento por outros profissionais no CRAS/Lajeado?() Sim () Não
- 23) O que é família para você?
- 24) Qual o seu papel na família?
- 25) Qual a sua opinião sobre o PBF? Você acha que esse programa tem sido eficiente no combate à pobreza das famílias?

**APÊNDICE C –
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE MIRACEMA**

Desligamento Voluntário e o “Retorno Garantido” do Programa Bolsa Família em
Lajeado - TO.

Orientadora Responsável: Dra. Maria Helena Cariaga

Pesquisadora de Trabalho de Conclusão de Curso

Discente: Marta Regina Aires da Silva.

Endereço: Rua Tia Dica, nº 2539 – Setor Aeroporto CEP: 77645-000.

Lajeado do Tocantins (TO)

Telefone: (63) 9 8427-1407

E-mail: martaairesmm@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

O (A) Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa de trabalho de conclusão de curso - Desligamento Voluntário e o “Retorno Garantido” do Programa Bolsa Família em Lajeado - TO. Neste estudo pretendemos: a) visa analisar o processo do Programa Bolsa Família (PBF) aos beneficiários em situação do desligamento voluntário, entre os anos de 2018 a 2019; b) Identificar quais as famílias que não optaram para fazerem esse processo de desligamento voluntário; c) Analisar como se dá o processo de desligamento voluntário. Nesse intuito, a pesquisa de trabalho de conclusão de curso- visa compreender melhor como é feito esse desligamento voluntário e o “retorno garantido” desses beneficiários, com algumas normas e diretrizes estabelecidas dentro do Programa Bolsa Família. Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos: aplicação de um roteiro de entrevista com perguntas semiestruturadas, tendo duração aproximada de 01 (uma) hora e será devidamente gravada. Os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes das participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito, que venha a ser publicado. Destacamos que todos os procedimentos utilizados nesta pesquisa estarão subsidiados e obedecendo

aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos, conforme especifica a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, não havendo riscos para a integridade física dos/as pesquisados/as e/ou entrevistados/as. Ressaltamos ainda que ao participar desta pesquisa o/a participante não terá nenhum benefício direto. No entanto, esperamos que este estudo contribua com informações relevantes, acrescentando assim, elementos importantes à literatura e aos estudos voltados a esta temática, onde o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos. Informamos também que o/a participante não terá nenhum tipo de despesa participando desta pesquisa, assim como nada será pago pela participação.

Reiteramos novamente que, para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador. O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa de trabalho de conclusão de curso estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Assim, o (a) Sr. (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, na UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS e a outra será fornecida a você. Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade Nº _____ Órgão expedidor _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo Desligamento Voluntário e o “Retorno Garantido” do Programa Bolsa Família em Lajeado – TO, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Lajeado do Tocantins (TO), _____ de _____ de 2019.

Assinatura do/a Participante

Assinatura da Pesquisadora